

JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

Volume 3, Número 2, Outubro de 2014

Monarquias parlamentares democráticas

Alfred Stepan, Juan J. Linz e Juli F. Minoves

**Direitos dos homossexuais:
Por que a democracia importa**

Omar G. Encarnación

**O flerte dos nacionalistas russos
com a democracia**

Pål Kolstø

Dossiê Ucrânia

A casa que Yanukovych construiu

Serhiy Kudelia

Sociedade civil e democratização

Lucan Way

CONSELHO EDITORIAL

Bernardo Sorj

Sergio Fausto

Diego Abente Brun

Mirian Kornblith

CONSELHO ACESSOR

Fernando Henrique Cardoso

Larry Diamond

Marc F. Plattner

Simon Schwartzman

TRADUÇÃO

Fabio Storino

REVISÃO TÉCNICA

Sergio Fausto (coord.)

Isadora Carvalho

Apresentação

Esta edição do Journal of Democracy em Português traz uma novidade em relação às anteriores: a inclusão de um artigo sobre a luta dos homossexuais pelo reconhecimento pleno de seus direitos, inclusive o de se casar com pessoa do mesmo sexo. Esse é um tema em geral ausente das publicações sobre democracia e relações internacionais, o que contrasta com o crescente protagonismo assumido por movimentos LGBTs em vários países. Em seu texto, Omar G. Encarnación recupera a história e o passado recente da luta dos homossexuais nos Estados Unidos, na Europa e, para surpresa de muitos, na América Latina, o Brasil inclusive. As conquistas obtidas deram lugar à reação de setores mais conservadores, alguns abertamente homofóbicos. Mais contida e restrita em países ocidentais, mostra Encarnación, a reação é virulenta em países da África, do Oriente Médio e na Rússia, em geral liderada pelos próprios governos nacionais. Constatado esse contraste entre países não autoritários e países autoritários, o autor explora as razões pelas quais a democracia e os direitos dos homossexuais andam de mãos dadas. Conclui-se tratar de um casamento não isento de tensões, mas no qual os dois cônjuges se reforçam mutuamente: a democracia propiciando as condições para o desenvolvimento das lutas pelos direitos dos homossexuais e estas aprofundando a democracia pela ampliação do alcance dos direitos humanos.

Aparentemente mais sisudo, o artigo sobre como regimes monárquicos podem ou não se tornar democráticos não é menos atual. Escrito por três cientistas políticos, entre eles dois de grande renome, Alfred Stepan e Juan Linz, o artigo avalia algumas monarquias árabes atuais a partir da experiência histórica europeia (sete dos dezesseis países democráticos da Europa com mais de um milhão de habitantes são monarquias). A análise da experiência europeia lhes serve para

identificar cinco fatores que impulsionam ou impedem a passagem de uma monarquia absolutista para uma monarquia constitucional e desta para uma monarquia democrática. Das monarquias árabes atuais, as do Golfo surgem como as menos propensas à democratização. Já o Marrocos “diferentemente da Arábia Saudita, (tem) eleições, partidos e parlamento (...) significativos (...) e uma família real (...) pequena e não (...) especialmente poderosa”. Apesar disso, reconhecem os autores, também no Marrocos frustram-se até agora as maiores esperanças da “primavera árabe”.

Segue esta edição com um par de artigos sobre processos e atores políticos na Ucrânia e outro sobre a política na Rússia, temas e países cada vez mais entrelaçados. Ucrainiano de origem, o cientista político Sierhiy Kudelia dissecou o regime de Yanukovitch, analisa a sua queda em fevereiro deste ano e avalia as condições para a consolidação da democracia naquele país. Sua conclusão é de que a Ucrânia já não se amolda mais a um governo autoritário, o que “não significa que uma nova tentativa de construir um sistema democrático duradouro será bem sucedida”. Por sua vez, o também cientista político Lucan Way põe em foco o papel da sociedade civil ucraniana na deposição de Yanukovitch e discute as possíveis contribuições de organizações não governamentais à democratização do país. Way coloca em xeque a ideia de que o ex-presidente tenha sido deposto pela força da sociedade civil ucraniana. Analisando os protestos e a disputa de poder que resultou na mudança de regime na Ucrânia, ele enxerga mais debilidade do que fraqueza na sociedade civil. Faltaria àquele país uma rede de organizações capaz de fazer a diferença na institucionalização democrática do novo regime. Já os grupos mais bem organizados, mobilizados na onda de protestos que varreu o país, gravitam em torno de identidades regionais e políticas excluídas, não raro marcadas pela intolerância. Assim como Kudelia, Way vê mais pontos escuros do que claros no horizonte da democracia na Ucrânia.

O texto que completa o núcleo de artigos desta edição examina o panorama político na Rússia a partir de um ângulo surpreendente. Pal Kolsto, da Universidade de Oslo, identifica a crescente intercessão entre duas vertentes até aqui separadas na política russa: o liberalismo-democrático e o nacionalismo. Nas suas palavras, “não apenas há partes da oposição russa pró-Occidente, liberal e democrática, se aproximando de posições nacionalistas, como muitos nacionalistas russos estão agora preparados para abraçar valores e princípios democráticos, levando a novas constelações políticas”. Sintomaticamente, o título de seu artigo é “O flerte dos nacionalistas russos com a democracia”. Ou seja, se trata de um fenômeno que ainda está em suas etapas preliminares. Se o flerte se tornar namoro firme, o nacionalismo autocrático de Vladimir Putin conhecerá um novo e perigoso adversário. Dadas as posições e pretensões geopolíticas do Kremlin, o tema interessa não apenas àquele país, mas ao mundo em geral e aos vizinhos da Rússia em particular, em especial os antigos membros da União Soviética.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Diretores de Plataforma Democrática

Monarquias parlamentares democráticas*

Alfred Stepan, Juan J. Linz e Juli F. Minoves

Alfred Stepan é professor de Governo na Universidade Columbia e diretor fundador de seu Centro para o Estudo da Democracia, Tolerância e Religião (CDRT). Juan J. Linz (1926–2013) foi professor emérito de Ciência Política e Ciências Sociais da Universidade Yale. Juli F. Minoves é professor-assistente de Ciência Política e diretor-adjunto do Instituto de Estudos Internacionais (ISI) da Universidade de La Verne, Califórnia.

Estudantes do tema da democratização fariam bem em pensar mais sobre a monarquia. Em particular, deveriam prestar mais atenção no papel desempenhado pelas monarquias na evolução da democracia. É sabido que muitas das mais antigas democracias da Europa desenvolveram-se a partir de “monarquias governantes” não democráticas. Na verdade, sete das dezesseis democracias da Europa Ocidental com população de um milhão ou mais são monarquias: Bélgica, Dinamarca, Países Baixos, Noruega, Espanha, Suécia e Reino Unido. E, claro, o Japão é uma monarquia.

Mesmo assim surpreende que, embora historiadores e cientistas políticos tenham produzidos estudos excelentes sobre os países, a política comparada tenha contribuído muito pouco para a análise geral de como as monarquias se movem em direção à democracia.¹ Em particular, a literatura acadêmica sobre transições democráticas oferece poucas obras comparadas sobre as tentativas — tanto fracassadas quanto bem suce-

*Publicado originalmente como “*Democratic Parliamentary Monarchies*”, *Journal of Democracy*, Volume 25, Número 2, Abril de 2014 © 2014 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

didadas — de se adotar a plena democratização de monarquias. Oferecer tal perspectiva comparada é uma das tarefas centrais do presente ensaio.

As razões para a omissão são, sem dúvida, inúmeras, mas uma delas pode ser o fato de que das quarenta ou mais democracias que surgiram desde 1973, e que tem sido foco de recentes estudos sobre democratização e transição, apenas a Espanha era uma monarquia. Também há razões conceituais para a omissão.

Muitos dos excelentes relatos históricos de um único país sobre a evolução de monarquias usam implicitamente uma tipologia de duas partes: “monarquias governantes” versus “monarquias constitucionais”. Isso é completamente inadequado para os estudos comparados mais amplos sobre a democratização plena de monarquias. A inadequação existe porque um regime pode ter uma lei básica que constanja o monarca (portanto tornando o regime “constitucional”) e, ainda assim, permanecer não democrático. No Império Alemão, o kaiser tinha que governar constitucionalmente com a câmara baixa “eleita com base no sufrágio masculino, e essa assembleia legislativa gozava de consideráveis poderes orçamentários”.² Ainda assim, o regime não era democrático, já que o kaiser não apenas “indicava pessoalmente (e exonerava) o chanceler e comandava as Forças Armadas, mas também dispunha do direito de convocar e dissolver o parlamento bicameral federal”.³

Propomos, portanto, uma tipologia de tipo ideal composta por três partes, que distingue entre “monarquia governante”, “monarquia constitucional” e o que chamaremos de “monarquias parlamentares democráticas” (ou MPD). Para nós, a característica que define uma MPD é que *apenas* o parlamento livremente eleito forma e encerra o governo. Em uma monarquia constitucional, em contraste, há um forte elemento de dupla legitimidade, na qual o parlamento e o monarca precisam do apoio um do outro para formar ou encerrar um governo. Em contraste ainda maior, em monarquias governantes o monarca frequentemente pode unilateralmente formar ou encerrar o governo.

Além disso, como mostra nossa tabela, cada um desses três tipos vem com seus próprios padrões no que diz respeito ao Estado de direito, restrições constitucionais sobre o monarca, o status do parlamento e a relativa autonomia do judiciário. As profundas diferenças entre “monarquias governantes”, “monarquias constitucionais” e as MPD que a tabela enumera têm o objetivo de deixar claro quão equivocada é, tanto no sentido histórico quanto no analítico, juntar MPD com monarquia constitucional. Essa tipologia de três partes também deve ajudar a focar a atenção de pesquisa nas *mudanças de limite* entre os diferentes tipos de monarquias, em particular a mudança pouco teorizada e, portanto, pouco documentada de monarquia constitucional para MPD.

Essa “mudança de limite”, ao que parece, frequentemente leva mais tempo para ocorrer do que normalmente se admite. A Revolução Gloriosa da Grã-Bretanha (1688–9) levou à deposição do rei Jaime II, com a ajuda do Parlamento e a rápida passagem de uma Declaração de Direitos para limitar os poderes reais. Episódios como esse, e a ampliação do sufrágio iniciada com a lei de reforma eleitoral de 1832, podem passar a impressão de que a Grã Bretanha moveu-se de maneira suave e linear em direção à MPD. Contudo, uma MPD surgiu apenas após a Primeira Guerra Mundial. Em 1885, quando o primeiro-ministro do Partido Liberal, William Gladstone, apoiou o movimento pela autonomia da Irlanda (*Home Rule*), “a hostilidade [da rainha Vitória] não tinha limites. Ela fazia intrigas pelas costas de Gladstone, junto com membros *Whigs* de seu partido, para formar uma coalizão “patriótica” com os conservadores para derrotar a *Home Rule*”.⁴ Após ler a correspondência de 1914 de seu neto George V, Vernon Bogdanor conclui que “não há dúvidas de que o rei acreditava que poderia vetar a legislação e que pretendia fazê-lo no caso da *Home Rule*”.⁵ Apenas a eclosão da Primeira Guerra Mundial naquele ano evitou uma grande crise constitucional, tirando por anos a *Home Rule* da agenda.

Tabela: Três tipos ideais de monarquia em Estados territoriais modernos

<i>Características definidoras de cada tipo</i>	Monarquia governante	Monarquia constitucional	Monarquia parlamentar democrática
Formação ou encerramento de governo	Monarca forma e encerra o governo.	Formação e encerramento de governo necessitam de apoio tanto do monarca quanto do parlamento eleito.	Somente o parlamento eleito de maneira livre forma e encerra o governo.
<i>Conjunto de padrões relacionados característicos de cada tipo</i>	Monarquia governante	Monarquia constitucional	Monarquia parlamentar democrática
Estado de direito	Alguma legalidade, algumas autoridades judiciais, mas em muitas áreas o monarca não está efetivamente limitado por leis externas.	Estado de direito substancial porém incompleto governa a monarquia e o sistema político.	Monarquia, governo, sociedade política e sociedade civil estão sujeitos às leis.
Restrições constitucionais sobre a monarquia	Restrições ao poder podem ainda não estar constitucionalmente vinculadas.	O monarca precisa seguir muitas regras tradicionais ou leis aprovadas pelo parlamento, como as sobre tributação.	Reina, mas não governa.
Status do parlamento	Alguns órgãos coletivos interagem com o monarca em relação ao governo, mas na maior parte das áreas o monarca não está limitado pelo parlamento.	Ampla compartilhamento de poder entre a monarquia e o parlamento, incluindo poder legislativo e de indicação de cargos do governo.	O parlamento age por meio de membros eleitos e exercita poder de governo em nome dos cidadãos.
Autonomia relativa do judiciário e outros órgãos em relação à monarquia	Normalmente parcialmente indicado pelo monarca e servindo às suas vontades.	Juízes e principais servidores públicos normalmente indicados pelo parlamento; uma vez no cargo, gozam de independência do monarca.	O monarca não pode indicar ou exonerar unilateralmente importantes membros do Executivo nem do Judiciário.

O que ajuda ou atrapalha as mudanças de limite monárquico?

Para fins de análise comparada, é possível identificarmos algumas das principais variáveis que contribuem para o fracasso ou o sucesso de transições para uma MPD plena? Fenômenos históricos complexos sempre envolvem muitas variáveis, mas as cinco seguintes parecem possuir um potencial preditivo particularmente bom no que se refere à avaliação das condições que impedem ou facilitam o movimento em direção à MPD. Essas variáveis são:

1. Pressão política. Sem isso, a maior parte dos monarcas governantes permanecerá assim. Quanto maior a pressão política sobre o monarca para tolerar um parlamento e para negociar com seus representantes eleitos ligados a partidos, e quanto maiores as demandas da sociedade e do parlamento por poder político, maiores são as chances de que o monarca será forçado a se tornar um “monarca constitucional”, e terá eventualmente que escolher entre aceitar a MPD ou ser deposto. Mas outras variáveis podem intervir no bloqueio de tais pressões. Incluindo:

2. A família monárquica. As principais distinções aqui são entre o que chamamos de “pequenas famílias monárquicas hereditárias” e “grandes famílias dinásticas governantes”. Na primeira, apenas o monarca tende a ocupar uma alta posição no Estado, portanto tornando a mudança em direção ao constitucionalismo e (eventualmente) à MPD mais provável de acontecer do que no caso de uma grande família real cujos membros ocupam importantes cargos no governo.⁶ Na última, a família controla os principais recursos militares, financeiros e econômicos que fornecem tanto os motivos quanto os meios para manter as prerrogativas dinásticas. Nesse caso, um monarca pessoalmente disposto a ceder poderes para um parlamento pode ser impedido por parentes. Um monarca que governe sozinho, sem uma bateria de parentes espalhados pelo alto comando do poder do Estado, terá

comparativamente uma tendência maior a desmantelar ameaças revolucionárias consentindo com uma reforma, talvez até mesmo a ponto de aceitar uma MPD.

3. *Tributar ou não tributar?* Um monarca que precise de dinheiro —inicialmente de “nobres”, e depois de uma legislatura — é um monarca vulnerável. De maneira inversa, um monarca com pouca ou nenhuma necessidade de tributar (porque, digamos, as rendas advindas de recursos naturais encham os cofres do Estado) pode ser capaz de financiar serviços de segurança e subsídios públicos em volumes grandes o bastante para manter a paz e adiar qualquer necessidade de tolerar, negociar ou acomodar uma legislatura eleita.

4. *Divisões étnicas e religiosas.* Se o advento de uma MPD significará mais poder para uma maioria étnica ou religiosa antes marginalizada, e menos para a minoria há muito dominante, a família governante e seus aliados estarão mais inclinados a resistir. Incentivos para a aceitação de uma MPD podem ser mais fortes, no entanto, se uma mudança naquela direção parecer contribuir para pôr fim a ameaças e apaziguar tensões étnicas ou sectárias.

5. *Atores internacionais.* Um monarca com aliados estrangeiros poderosos que sejam hostis à plena democratização estará menos inclinado a abraçá-la, ou mesmo ceder ao constitucionalismo. Ainda assim, caso o cenário internacional mudar de maneira a tornar os aliados do monarca menos avessos à democracia, o constitucionalismo e mesmo a MPD tornam-se mais prováveis.

A experiência da Europa Ocidental

Todas essas variáveis desempenharam um papel na história da Europa Ocidental. Talvez a mais influente — ora funcionando a favor da MPD, ora contra — tenha sido o clima internacional. Isso era especialmente verdade durante dois distintos “momentos” políticos. O primeiro foi a era da Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas

(1789–1815). Esse quarto de século viu o rei da França ser primeiro deposto e depois decapitado (em 1793), e posteriormente testemunhou a ascensão das repúblicas nacionalistas de base territorial como as novas reivindicadoras da legitimidade de Estado. A era se encerrou com grande parte das famílias reais tradicionais da Europa Ocidental reconquistando seus tronos, mas por um preço: tiveram que concordar com constituições que restringiam alguns de seus poderes, e mudaram a origem de legitimidade do “direito divino” para “a nação”.⁷

Um século mais tarde veio um evento ainda mais célebre para todas as monarquias europeias: a Primeira Guerra Mundial. Esse cataclismo testemunhou a destruição de todas as principais monarquias que o adentraram coroadas e detendo fortes poderes executivos, e o terminaram do lado dos derrotados. As dinastias dos Romanov, dos Hohenzollern e dos Habsburgo foram todas derrubadas (como a otomana). Conflitos étnico-religiosos, agravados pela guerra, alimentaram as chamas que consumiram os impérios multiétnicos czarista e austro-húngaro. No clima nacionalista e democratizante que se seguiu ao fim da guerra em 1918, surgiram das cinzas do reinado dos Habsburgo as repúblicas austríaca, checoslovaca, húngara e eslava meridional surgiram.⁸ O regime czarista da Rússia havia balançado diante de uma importante disputa revolucionária em 1905, e uma década mais tarde viu-se dominado pelas dificuldades trazidas pelo prolongado combate em massa e uma enxurrada de demandas vindas da Polônia, Ucrânia, Bessarábia* e dos Estados bálticos.⁹

Problemas relacionados à etnia e religião também pairavam sobre algumas monarquias remanescentes da Europa. Havia a questão irlandesa no Reino Unido, e também uma questão étnico-nacionalista menos conhecida, porém explosiva, na Dinamarca. Os dinamarqueses haviam adotado uma constituição relativamente liberal em 1849, mas foi somente em 1901 que o rei Christian IX concordou em formar um governo que teria a confiança da câmara baixa nacional eleita. Em

*Nota dos editores: Região que compreendia partes do território da Moldávia e da Ucrânia.

1919, seu neto Christian X declarou formalmente que não formaria nenhum governo sem uma maioria na câmara baixa. No entanto, apenas um ano mais tarde ele não agiu de acordo com sua promessa. O Tratado de Versalhes exigia que a Alemanha e a Dinamarca realizassem plebiscitos no norte e no centro de Schleswig, respectivamente (áreas que a Dinamarca havia perdido para a Prússia em uma guerra em 1864). O norte de Schleswig votou massivamente a favor da volta ao domínio dinamarquês, enquanto no centro de Schleswig o resultado foi o inverso. Christian X ficou ao lado dos nacionalistas dinamarqueses, e ordenou ao Primeiro-ministro que ignorasse a votação do centro de Schleswig e reivindicasse a área para a Dinamarca. Quando o premiê se negou, o rei o exonerou junto com seu gabinete.

Esse último grande choque entre um monarca dinamarquês e o parlamento terminou apenas quando o rei, preocupado com as multidões que protestavam em Copenhague e o exemplo do controle bolchevique na Rússia, aceitou o direito do parlamento de ser a autoridade final a respeito de políticas públicas. Nenhum monarca dinamarquês desde então ousou desafiar um primeiro-ministro liderando uma maioria parlamentar. A Dinamarca finalmente havia se tornado uma MPD. Na Suécia, também, o espectro da revolução desempenhou um papel na ascensão da MPD. O Reino da Suécia tornou-se cada vez mais constitucionalizado após a Primeira Guerra Mundial. Em seu estudo clássico sobre a emergência da democracia sueca, Dankwart Rustow observou que, quando o líder da Câmara Baixa pediu para que o rei Oscar II dissolvesse-a, permitindo uma votação sobre a ampliação do sufrágio e a redução dos poderes de veto da Câmara Alta, eleita de forma menos democrática, ele “recusou-se categoricamente”.¹⁰ Foi somente no contexto ameaçador de 1918 — quando os monarcas alemão e russo haviam sido depostos e os suecos estavam protestando em nome do republicanismo, e até mesmo da revolução — que o filho de Oscar, o rei Gustavo V, consentiu com o sufrágio masculino em ambas as casas e, portanto, na avaliação de

Rustow, finalmente aceitou um “governo ministerial parlamentarista” (ou seja, uma MPD).

A experiência do mundo árabe

Dois fatores têm sido cruciais para manter de pé as monarquias autoritárias do mundo árabe: um é o tamanho e o poder político da família real; o outro é a relativa ausência de tributação. Em contraste, nas monarquias da Europa Ocidental do século XIX, apenas o detentor da coroa (ou um parente próximo desempenhando o papel de regente) ocupava o cargo mais alto do governo, e a primogenitura era a regra de sucessão aceita.¹¹ Isso eliminava qualquer perspectiva de rivalidades intrafamiliares, hostilidades e lutas pelo poder que tanto afligiram os grandes clãs governantes do Oriente Médio e norte da África, onde o rei, ou talvez sua família estendida, pode escolher o sucessor e onde a realeza possui um interesse em bloquear a ascensão de um parlamento livremente eleito que escolhe o primeiro-ministro.

E há também a questão da tributação ou, mais precisamente, a presença ou ausência da necessidade de tributar. Nenhuma monarquia europeia foi um Estado rentista — todas tiveram que arrecadar impostos, com todas as pressões por cooperação entre a coroa e o parlamento que isso implica. Das oito monarquias árabes atuais, em contraste, todas, com exceção da Jordânia e do Marrocos, são “petro-Estados” nos quais o dinheiro do petróleo elimina a necessidade de tributar os cidadãos e disponibiliza aos governantes amplos meios de controlar a sociedade por meio de subsídios e coerção. A necessidade de tributar é uma força a favor da MPD praticamente ausente no Oriente Médio, mas há muito presente na Europa. Embora elas tenham sobrevivido à guerra e ao conflito étnico, as monarquias europeias — com sua necessidade de tributação e ausência de grandes e politicamente poderosas famílias reais — tornaram-se sujeitas a pressões políticas pró-MPD, como ilustram os casos da Suécia e da Dinamarca.

Regimes com características sultanescas — a Líbia de Muammar Gaddafi ou a Síria de Bashar al-Assad — não possuem uma opção de “saída pacífica”. Uma disputa séria de poder terminará ou com a morte do governante ou, caso consiga se manter no poder, com um sistema político devastado pela guerra civil. Uma partilha ou seu equivalente de fato pode ser um resultado no curto prazo; a democracia, não.¹² Monarquias constitucionais, em contraste, possuem a MPD como saída. Nesse cenário, o monarca deixa de governar, mas continua a reinar, e a mudança ocorre de maneira ordenada, com as pessoas, o prestígio e a propriedade da realeza permanecendo intactos. A monarquia segue como um símbolo da nação, suas tradições e sua unidade. Não há guerra civil e em nenhum momento a qualidade de “Estado” do país é posta em dúvida. A democracia surge como uma perspectiva crível.

Por que nenhum monarca árabe jamais escolheu essa opção?¹³ Não pode ser porque o Islã e a democracia são incompatíveis — mais de trezentos milhões de pessoas vivem em países de maioria muçulmana que são ao menos democracias eleitorais (Indonésia, Turquia, Senegal e Albânia).¹⁴

Marrocos

Talvez nossas cinco variáveis ajudem a lançar luz sobre a questão. Nosso contraste inicial será entre o país que argumentamos ter as condições mais favoráveis (mas, no momento em que escrevíamos este texto, ainda bastante insuficientes) para uma MPD, o Marrocos, e o principal país com as condições menos favoráveis, a Arábia Saudita. (Três pequenas monarquias do Golfo, Omã, Qatar e Emirados Árabes Unidos foram ignoradas por questão de espaço, e porque seria redundante, dado que seus valores em nossas cinco variáveis-chave são essencialmente os mesmos que os da Arábia Saudita.)

O Marrocos está geograficamente próximo da Espanha (muitos cidadãos marroquinos trabalharam lá), e tem mais conhecimento do que qualquer outro lugar no mundo árabe da transição democrática espa-

nhola. Os marroquinos assistem à televisão espanhola. O rei Mohamed VI é pessoalmente próximo do rei Juan Carlos da Espanha, e conhece bem os diferentes fins que tiveram as monarquias espanhola e grega.

Visto inicialmente com desconfiança por alguns por ter sido indicado por Franco, Juan Carlos fortaleceu seu trono ao defender publicamente a democracia diante da breve tentativa de golpe de 23 de fevereiro de 1981. Na Grécia, em contraste, seu primo, o rei Constantino, havia ficado ao lado dos coronéis durante o golpe de 1967, que terminou com a abolição da monarquia via plebiscito após a restauração da democracia, em 1974. Caso o rei do Marrocos se visse diante de uma crise, seria de seu interesse seguir o exemplo de Juan Carlos em vez do de Constantino. Poderia uma crise ser um caminho possível para uma MPD no Marrocos?

Há aspectos singulares da monarquia do Marrocos que podem levar tanto a uma oposição democrática, caso estivesse pronta para governar, quanto a uma monarquia ameaçada utilizando tal opção de saída da crise. Considerados os “comandantes dos fiéis” e descendentes diretos de Maomé, os reis do Marrocos combinam carisma com legitimidade procedimental.¹⁵ Possuem mais prestígio pessoal do que os monarcas do Golfo. Mohamed VI ampliou suas credenciais reformistas em 2006 ao cooperar com uma coalizão de feministas e islamistas moderados para assegurar a aprovação unânime pelo parlamento marroquino do mais progressista código de família do mundo árabe depois do da Tunísia.¹⁶ Em uma mudança em direção à MPD ele provavelmente reteria grande parte de seu prestígio e influência, bem como algumas valiosas prerrogativas.

O arco político mais amplo do Marrocos possui alguns componentes positivos. Diferentemente da Arábia Saudita, eleições, partidos e parlamento são significativos. Os socialistas recentemente cumpriram um mandato inteiro como a principal coalizão do parlamento. O atual primeiro-ministro veio do Partido Justiça e Desenvolvimento (PJD, na sigla em francês), uma composição com raízes islâmicas que emergiu

das eleições de novembro de 2011 como o maior partido do parlamento. Ele pretende ser conhecido como um partido muçulmano moderado, na mesma linha de grupos que assim se identificam na Turquia (o Partido Justiça e Desenvolvimento turco, ou AKP) e Tunísia (o Partido da Renascença).

A “Primavera Árabe” chegou no Marrocos na forma dos protestos de 20 de fevereiro de 2011. As manifestações, agora chamadas de M20, ocorreram em 53 cidades, e foram as maiores da história do Marrocos. Infelizmente para as chances de avanço da democracia, escreve o importante analista político Ahmed Benchemsi (antigo editor do principal semanário marroquino, *TelQuel*, agora exilado), “o dia 20 de fevereiro nunca fora uma extensão dos partidos políticos estabelecidos ou de organizações da sociedade civil. Pelo contrário: seus líderes sempre insistiram na sua independência em relação aos grupos políticos existentes”.¹⁷

Entendemos que o M20 cometeu um grave erro ao clamar por mudanças constitucionais sem também demandar eleições livre e justas para uma assembleia constituinte. Isso permitiu ao rei cooptar a iniciativa. Em importante discurso no dia 9 de março, Mohamed VI propôs mudar a constituição para tornar explícito que, após uma eleição, o maior partido do parlamento é o primeiro ao qual o monarca precisa consultar para formar um governo. Ele também propôs que o *tamazight*, a língua tradicional dos berberes, a maior e por vezes a mais inquieta minoria étnica do Marrocos (os berberes estavam bem representados no M20), recebesse reconhecimento como uma língua oficial do Estado. Um referendo convocado às pressas em julho de 2011 aprovou por maioria esmagadora todas as propostas do rei, tornando-as parte da constituição.

Onde se encontra o Marrocos hoje, três anos após os protestos de fevereiro de 2011 e das mudanças constitucionais do rei, quando visto sob a luz de nossa tabela? Uma análise atenta do que foi mudado pelo referendo e o que não foi deixa claro que o Marrocos certamente *não é*

uma MPD, nem se move nessa direção. Uma característica definidora da MPD, lembremos, é que “*somente* o parlamento eleito de maneira livre forma e encerra o governo”. No Marrocos, o rei não abriu mão de seu poder de escolher os representantes dos principais ministérios (Defesa, Interior, Relações Exteriores, Justiça e Religião), nem sofre muita pressão para fazê-lo.

De fato, alega Benchemsi, a nova constituição, elaborada por conselheiros do rei, contém ambiguidades e lacunas suficientes para que o rei na prática ainda “indique o primeiro-ministro e os membros dos ministérios como quiser, tenha o poder de dissolver o parlamento por qualquer motivo e controle os membros do Judiciário, que fazem justiça em seu nome”.¹⁸ O *makhzen* (palácio real) também detém poder e exerce influência de maneira excessiva, completamente incompatível com a MPD.

Atualmente, as perspectivas de intensificação da pressão política parecem menores do que há três anos. Muitos jovens desempregados continuam a escolher “saída” em vez de “voz”: ao menos um décimo da população do Marrocos trabalha no exterior, a maior parte na Europa. Boa parte da classe empresarial do país se sente confortável com o rei, vendo-o como alguém relativamente competente, legítimo e (mais importante) seguro à luz de seus interesses.

No entanto, alguns especialistas especulam que a falta de mudança pode levar a uma explosão. Tal explosão (como aquela na Rússia e na Alemanha após a Primeira Guerra Mundial ou no Irã em 1978) obviamente anularia a opção de uma MPD ao destruir a monarquia.

Caso o rei sofresse intensa pressão para permitir que outros tentassem governar de maneira mais eficiente e democrática, entretanto, resta a possibilidade teórica e empírica de que tal pressão possa acabar removendo-o do poder, mas mantendo-o (ou seu sucessor constitucionalmente designado, seu filho de dez anos) como um monarca que reina, mas não governa. Na prática, então, o Marrocos se tornaria uma MPD.

Em sua análise crítica a Mohamed VI, Benchemsi argumenta que, durante a Primavera Árabe, os tunisianos e egípcios exigiram a saída de seus respectivos chefes de Estado. Porém

[...] manifestantes marroquinos eram incapazes de fazer tal demanda. Há três razões principais para isso. Primeiro, a monarquia marroquina possui uma profunda legitimidade, baseada em doze séculos de história. Segundo, o atual rei, por mais que seja não democrático, não reprimiu seu povo ou se comportou de maneira tirânica o bastante para elevar um sentimento geral revolucionário entre seus súditos. Por fim, os marroquinos atribuem amplamente à monarquia a coesão de sua população étnica e culturalmente diversa. Se esse símbolo de unidade desaparecesse, acreditavam eles, de maneira correta ou não, a nação se desintegraria, dissolvendo-se em sangrentos conflitos sectários. Quaisquer que fossem suas convicções e ideologias, os ativistas marroquinos estavam bastante cientes de que exigir o fim da monarquia alienaria a grande maioria de seus seguidores. [...] Remover o rei não é uma opção viável.¹⁹

Caso surjam circunstâncias nas quais atores-chave julguem que não poderiam permitir que um monarca impopular e ineficiente continuasse governando, mas também sintam que o fim da monarquia como um todo seja um passo ruim, a criação de uma MPD pode emergir como a “saída” mais viável. Ainda assim, essa opção apenas será escolhida se, no curso da próxima década, os partidos políticos do Marrocos (como aqueles da Europa Ocidental há mais de um século) puderem começar a agir como um sucessor crível. Se assumirmos que isso possa acontecer — e, neste momento, está é uma conjectura ousada —, então pode se tornar altamente relevante o fato de que as condições do Marrocos são potencialmente mais “favoráveis”, à luz de nossas cinco variáveis-chave, do que as condições em qualquer outra monarquia árabe.

A família real do Marrocos é pequena e não é especialmente poderosa. Mohamed VI possui apenas um irmão (que não ocupa cargo no governo senão um par de patentes militares sem importância) e um fi-

lho de dez anos. Michael Herb afirma categoricamente que os parentes do rei do Marrocos “não possuem qualquer tipo de monopólio sobre os principais cargos ministeriais”.²⁰ Na Arábia Saudita, em contraste, pode haver até sete mil príncipes, e figuras importantes entre elas comandam os principais ministérios governo. O fundador do atual regime, Ibn Saud (1876–1953), possuía 22 esposas e 45 filhos. A maioria de seus filhos também possuía inúmeras esposas e muitos filhos. Desde a morte de Ibn Saud, há mais de sessenta anos, todo rei saudita foi um de seus filhos, incluindo o atual ocupante do trono, Abdullah, de 89 anos. O herdeiro presuntivo, príncipe Salman, o meio-irmão de 78 anos de Abdullah, é também o primeiro vice-premier da Arábia Saudita e seu ministro da Defesa. “Diz-se que a família real estendida”, escreve um observador da imprensa, “inclui aproximadamente trinta mil membros”, que controlam quase todos os cargos importantes do governo.²¹

No que se refere à variável tributação, Herb classifica o Marrocos e Jordânia como as únicas monarquias árabes que não são Estados rentistas. O Estado saudita flutua sobre um mar de dinheiro vindo do petróleo, e cidadãos não pagam impostos sobre a renda. O Marrocos possui uma estrutura tributária progressiva que chega a 38% na faixa superior de renda. Por conta da necessidade de tributar seus cidadãos, a monarquia marroquina possui um ponto de contato clássico para realizar acordos com a sociedade, como o que promoveu a democracia na Europa Ocidental. Não há tal ponto de contato na Arábia Saudita.

Quanto à variável étnica e religiosa, o rei do Marrocos é o “comandante dos fiéis” e, portanto, possui ligações com o ulemá,** mas ele, ou seu sucessor, teria um grau muito maior de liberdade para optar por uma MPD do que o rei saudita, cuja família está envolvida em uma aliança de longo prazo com poderosos grupos fundamentalistas, como os *wahhabis*.²² ***

** Líder religioso dos muçulmanos, versado em leis e religião. [N. T.]

*** Movimento fundamentalista islâmico. [N. T.]

Por fim, chegamos à variável internacional. Os principais aliados do Marrocos são a França, a Espanha e os Estados Unidos. Parece seguro prever que, caso as condições internas se tornem favoráveis a uma mudança em direção a uma MPD, essas três potências a apoiariam.

Kuwait

Além do Marrocos, a monarquia árabe que antes da Primavera Árabe parecia mais bem posicionada para uma mudança em direção a uma MPD era a do Kuwait. Esse emirado do Golfo iniciara o caminho para longe do absolutismo e em direção aos princípios de uma monarquia constitucional durante a primeira metade do século XX — bem antes de Marrocos. O motivo eram os impostos. Durante boa parte do século XIX, os mercadores costeiros dominavam os negócios kuwaitianos de tal forma que a família reinante al-Sabah não conseguia coletar nenhum imposto e dependia, portanto, das “doações voluntárias [dos mercadores], [...] feitas explicitamente em troca de serviços prestados”.²³ Em 1938, os comerciantes criaram um *majlis* (parlamento), e usaram-no para levantar fundos (na forma de obrigações aduaneiras) para melhorias municipais, uma força policial, e “as bases para o moderno Estado kuwaitiano”.²⁴

Os Sabah conseguiram posteriormente retomar muitos poderes, mas, como observa Michael Herb, até hoje “o Kuwait realiza eleições parlamentares livres e justas de maneira geral, com sufrágio quase universal”.²⁵ F. Gregory Gause, um pesquisador atento do país, observa que “o parlamento kuwaitiano pode remover do cargo ministros e até mesmo o primeiro-ministro. Até hoje, ou o ministro pediu exoneração antes da votação, ou o ministério inteiro renunciou”.²⁶ De fato, desde 2006, pressões vindas da sociedade e do parlamento “obrigaram o emir a dissolver seu governo [...] mais de dez vezes, e realizar novas eleições legislativas cinco vezes”.²⁷

Por mais que possa parecer impressionante, não foi o bastante para elevar o Kuwait ao status de MPD. O problema não é um conflito étnico ou religioso ou aliados inúteis. Amaney Jamal argumenta que o islamismo militante no Kuwait (diferentemente da maioria dos países árabes) não é ameaçador o bastante para fazer com que tanto a classe média do país ou aliados poderosos, como os Estados Unidos, oponham-se à democratização.²⁸ O problema é o tamanho da família no poder e os importantes cargos que ela ocupa. O emir é o chefe de Estado. Ele indica um membro da família para ser o primeiro-ministro, e os parentes do emir e do primeiro-ministro sempre ocupam todos os principais cargos ministeriais, permitindo-os bloquear qualquer tentativa de transformar o Kuwait em uma MPD.²⁹

As coisas poderiam ser diferentes caso a oposição fosse capaz de produzir uma maioria parlamentar numerosa e coerente, mas esse não tem sido o caso. Além disso, “nenhum grupo organizado no Kuwait manifesta o desejo de derrubar a monarquia ou de empregar a violência para mudar o *status quo*. Não há hoje no Kuwait nenhuma ameaça de revolução das forças armadas, do braço político do islã ou de qualquer outro setor”.³⁰ A explicação para essa situação pode ser encontrada em duas palavras: “petróleo” e “impostos”. O Kuwait possui muito do primeiro, e pouco do último.

Descrever o Kuwait como um “petro-Estado” é um eufemismo. Ele exporta três vezes mais petróleo por habitante do que seu vizinho maior, a Arábia Saudita. De 1972 a 1999, o Kuwait excedeu todos os outros estados rentistas em relação à participação da venda de seu principal recurso natural na receita governamental (88%).³¹ Como a Arábia Saudita, o Kuwait não possui imposto sobre a renda — de fato, mal existem tributos de qualquer natureza — e, portanto, não há preocupação em relação a protestos relacionados a impostos como fonte de demanda de mudança política. Protestos existem, mas dizem respeito a assuntos como o sistema eleitoral e dissoluções do parlamento.

Graças à indústria do petróleo e à riqueza trazida por ela, o desemprego é baixo para os padrões regionais, e os cidadãos gozam de inúmeros subsídios públicos. Dois terços de todos os residentes não possuem cidadania no país. Eles ganham menos do que cidadãos kuwaitianos, mas ainda assim ganham bem pelos padrões mundiais. Herb argumenta que tais circunstâncias demográficas são uma razão importante pela qual pressões por mudanças políticas elementares são tão fracas por parte de cidadãos e não cidadãos. Em sua avaliação, os membros da família al-Sabah “protegem os cidadãos de uma (potencial) democracia da maioria não cidadã, e protege os não cidadãos de uma democracia da minoria cidadã. Esta é a base na qual está construído um autoritarismo duradouro”.³²

Bahrein

Ao longo dos anos 1990 e início dos anos 2000, por medo de perder o trono, o monarca do Bahrein viu-se diante de uma crise latente que o impediu de fazer concessões ao constitucionalismo. Uma década mais tarde, nenhuma monarquia árabe sofreu pressão maior durante a Primavera Árabe do que o Bahrein. Nas eleições de outubro de 2010 para a câmara baixa, realizadas pouco *antes* dos primeiros protestos na Tunísia, as forças de oposição oriundas das linhas sectárias do Bahrein (o maior grupo era o partido islâmico xiita al-Wifaq, mas também havia sunitas na oposição) conquistaram 18 ou 19 dos 40 assentos, apesar de uma demarcação deliberada dos distritos eleitorais com vistas a prevenir uma maioria xiita. Quando o monarca bloqueou reformas que limitavam o poder de veto da câmara alta da pequena ilha, cujos membros eram apontados pelo rei, o que asseguraria maior influência da câmara baixa sobre as indicações ministeriais e faria mais uso dos recursos do Estado para beneficiar a maioria xiita do Bahrein, a oposição tomou as ruas.

Durante o auge, estima-se que um de cada cinco cidadãos do Bahrein tenha participado dos protestos da Praça da Pérola no início

de 2011 — tornando-os proporcionalmente os maiores da Primavera Árabe. Em 2001, o rei havia prometido instituir uma monarquia constitucional, com separação de poderes. No início das manifestações de 2011, o rei nomeou seu filho, o príncipe herdeiro — uma figura de reputação conciliatória —, para negociar algumas mudanças. Caso o rei tivesse consentido com as demandas por reforma que atingiram seu ápice uma década após a promessa feita em 2001, o Bahrein teria dado um importante passo em direção à MPD. Em vez disso, foi dado um importante passo para trás em direção ao absolutismo, com uma violenta repressão à vista.

Para entendermos por que as coisas deram tão errado no Bahrein, é importante olhar para as outras quatro variáveis além da pressão política (que foi grande). Juntas, as quatro criaram condições negativas que a pressão pró-MPD não foi capaz de superar. Os Khalifa, a família dinástica governante do Bahrein, vem da minoria sunita. O mesmo membro linha-dura e alinhado aos sauditas da família — tio do atual rei bareinita — é o primeiro-ministro desde 1970. Ele se opôs ao movimento reformista e aos protestos, com forte presença xiita em ambos. Com o apoio do rei, os membros da família al-Khalifa ocupam quase metade dos 25 cargos ministeriais e comandam todos os principais ministérios. Houve poucos ministros da maioria xiita do Bahrein, e certamente nenhum deles jamais ocupou um importante ministério. As forças de segurança são firmemente ocupadas pelos sunitas e pela família real; seu comandante (outro al-Khalifa) foi uma das pessoas pertencentes ao círculo governante que defenderam a repressão e se opuseram à acomodação.³³

Quanto à nossa variável “tributar ou não tributar”, a receita estatal do Bahrein advinda de tributos é zero. Desde o início de 2010, quatro quintos da receita do governo vêm do petróleo, a maior parte do qual vem de um campo sob administração saudita. A vizinha Arábia Saudita — como o Bahrein, uma monarquia sunita — é de longe o mais importante aliado do Bahrein. Com o consentimento da maioria dos

Khalifa, a Arábia Saudita enviou mil tropas bem armadas através da ponte para impedir os dois cenários abominados por Riad: uma revolução liderada pelos xiitas ou uma MPD. Desse modo, uma grande família dinástica, tensões sectárias e a dependência em relação a um aliado avesso a reformas se juntaram para impedir o movimento em direção a uma MPD no Bahrein.

Jordânia

Como o Marrocos, a Jordânia se destaca entre as monarquias árabes devido à ausência de uma grande família dinástica governante. Também é praticamente desprovida de depósitos de petróleo, e precisa que seus cidadãos paguem tributos sobre, entre outras coisas, sua renda pessoal. O país precisa viver dentro dos limites impostos por recursos limitados: estimulado pelo Fundo Monetário Internacional, o rei Abdullah II relutantemente cortou diversos subsídios oferecidos à população, e enxugou a folha de pagamentos do Estado ao mesmo tempo em que aumentou impostos sobre os combustíveis. Essas medidas de austeridade fiscal têm sido dolorosas o bastante para que até mesmo as tribos beduínas ao sul, há muito firmes apoiadoras da monarquia hachemita, protestassem.

Se olharmos para o histórico do rei Abdullah, de 52 anos, podemos pensar que ele consideraria responder a essas pressões com alguma variante de MPD que tão bem conhece, graças a seus extensos laços pessoais e educacionais com a Inglaterra e os Estados Unidos. Em entrevistas, ele repudia “monarquias absolutistas”, embora permaneça livre para demitir primeiros-ministros e possa dissolver quando bem entender a Assembleia Nacional parcialmente eleita.³⁴ Em 2011, escreveu: “O futuro da Jordânia dita que sigamos em frente com a democratização para garantirmos que todos os jordanianos sintam que possuem voz em seu governo”. Apesar disso, rapidamente citou como uma barreira a tal progresso “a terrível situação regional, que frequentemente traz desafios que tornam prioridades a segurança e a estabilidade”.³⁵

Em nossos termos, ele falava sobre o efeito interativo de três variáveis — divisões étnicas, pressão política e atores internacionais — que são muito menos amigáveis à MPD no caso da Jordânia do que no Marrocos. Como Bahrein, a Jordânia exibe uma antiga e profunda clivagem entre uma minoria favorecida pelo palácio (nesse caso, a parte da população na margem oriental do rio Jordão, essencialmente tribal) e uma maioria (nesse caso, aqueles com raízes na Cisjordânia, a maior parte palestina). Em setembro de 1970, o pai de Abdullah, rei Hussein, usou o Exército da Jordânia (essencialmente tribal) para defender seu trono. Durante a guerra civil de 1970–1, foi a presença armada da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) na Jordânia que deu início ao conflito. A Jordânia havia perdido a Cisjordânia para Israel em 1967. Em 1970–1, o exército jordaniano expulsou as unidades de guerrilha da OLP para o Líbano.

Nesse contexto de grave clivagem étnica, Abdullah II deu continuidade ao costume de manter os habitantes da margem oriental do rio de fora dos principais cargos de segurança do Estado. O rei também permitiu o redesenho dos distritos eleitorais, de maneira a permitir a super-representação dos habitantes da margem oriental e sub-representação dos da margem ocidental (Cisjordânia) na câmara baixa. Dessa forma, conquistar um assento em Amã, região predominantemente palestina, requer quatro vezes mais votos do que é tipicamente necessário em redutos beduínos, como nas cidades de Karak, Tafilah e Ma'an, ao sul. O palácio também desempenhou um papel na construção de um sistema eleitoral baseado no voto único não transferível, que não é usado em nenhuma outra parte do mundo além do Afeganistão. O sistema favorece a eleição de líderes individuais (na Jordânia, frequentemente líderes tribais), e torna difícil a formação de amplas coalizões de partidos entre palestinos.³⁶ O *status quo* da lei eleitoral impede uma representação justa da maioria etnicamente palestina da Jordânia e, ao fazê-lo, dá aos habitantes não palestinos da margem oriental uma razão para não pressionarem por

reformas democráticas que poderiam submetê-los ao comando de uma maioria hostil.

Voltando-nos para a variável dos atores internacionais, imediatamente notamos que a Jordânia situa-se em uma posição geopolítica estratégica — e vulnerável —, fazendo fronteira com Israel, a Autoridade Palestina, Síria, Iraque, Arábia Saudita e Egito. Em 1994, a Jordânia se tornou o único país de maioria árabe além do Egito a reconhecer e assinar um tratado de paz com Israel. Após ter recebido 420 mil refugiados iraquianos ao longo da última década, a Jordânia (que possui apenas 5 milhões de cidadãos) agora lida com os refugiados de guerra da Síria, estimados em meio milhão de pessoas. Autoridades jordanianas alertam publicamente que militantes islâmicos podem ter se infiltrado na Jordânia ao se juntar a essa massa de refugiados. Com isso em vista, nem os Estados Unidos nem a União Europeia, os dois principais aliados de Amã, têm se mostrado inclinados a pressionar por uma MPD. Enquanto isso, o valor atribuído ao papel da Jordânia enquanto fonte de estabilidade em uma região vital, ainda que instável, levou o país a se tornar o terceiro maior recipiente de ajuda externa per capita dos Estados Unidos (com base em números de 2011), atrás apenas de Israel e do Afeganistão. Juntamente com esse apoio material, tanto Washington quanto Bruxelas frequentemente oferecem apoio ideológico na forma de elogios às reformas “modernizantes” e “democratizantes” empreendidas pelo rei Abdullah.

Levando-se tudo isso em conta, onde a Jordânia se situa em nossa tabela? Abdullah não está comandando nada parecido com uma MPD. Mesmo após as reformas constitucionais de 2011, que constituem a resposta do palácio à Primavera Árabe — elaboradas por uma comissão real antes de sua aprovação pelo parlamento —, a câmara alta continua sendo integralmente indicada pelo rei (artigo 36), e possui poder de veto em relação à câmara baixa (artigo 91). O rei sinalizou que planejava consultar a legislatura antes de nomear um primeiro-ministro — algo inédito na Jordânia. (Dez homens, todos eles “independen-

dentes” em relação a partidos políticos, ocuparam o cargo a pedido de Abdullah desde que ele começou seu reinado, em fevereiro de 1999.) Não obstante as promessas reais, a Constituição de 2011 ainda afirma que “o Rei indica o Primeiro-Ministro, podendo destituí-lo” (artigo 35), e que “o Rei pode dissolver a Câmara de Deputados” (artigo 24).

Mesmo que não seja uma MPD, estará a Jordânia se democratizando? Não se “democratizar” significar que direitos políticos estejam se ampliando. De 1991 a 1994, a nota dada pela Freedom House à Jordânia para direitos políticos (sendo 1 a melhor nota, e 7 a pior) foi de 3,8 na média. Ainda assim, pela maior parte do ciclo mais recente de quatro anos, 2010 a 2013, a média da Jordânia para direitos políticos deteriorou para abismais 6,0, o que a Freedom House classifica como território “não livre”, e coloca o país no mesmo grupo de Irã, Afeganistão, Argélia, Camboja e quatro outras monarquias (Bahrein, Omã, Qatar e Emirados Árabes Unidos). A Arábia Saudita recebeu a pior nota possível, 7,0.

* * * * *

Uma das últimas questões que fizemos a Juan Linz enquanto trabalhávamos neste ensaio juntos, apenas três dias antes de sua morte, em 1º de outubro de 2013, foi o que ele considerava ser algumas das implicações para os países árabes deste artigo que quase havíamos concluído. Sempre o analista político que explorava possibilidades, Linz respondeu: “A criação de uma MPD sempre levou bastante tempo. As pessoas deveriam continuar tentando, gerando mais pressões políticas.”

Notas

1. Sobre a carência de estudos comparados com foco na monarquia, ver Juli F. Minoves, “Monarchy, a Democratic Paradox: The Head of State in European Parliamentary Democracies” (tese de doutorado, Universidade Yale, 2011), p. 3; e Michael Herb, “Princes and Parliaments in the Arab World”, *Middle East Journal*, 58(3), Summer 2004, p. 369.

2. W. M. Spellman, *Monarchies: 1000–2000* (Londres: Reaktion, 2001), p. 217.
3. *Ibid.*
4. Vernon Bogdanor, *The Monarchy and the Constitution* (Nova York: Oxford University Press, 1995), p. 32.
5. Bogdanor, op. cit., p. 131. Ver também p. 316, onde Bogdanor observa que o rei George V considerava à época não apenas vetar a *Home Rule*, mas também dissolver o governo.
6. Michael Herb, *All in the Family: Absolutism, Revolution, and Democracy in the Middle Eastern Monarchies* (Albany: SUNY Press, 1999), cap. 1, 2, 9 e 10.
7. Minoves, op. cit., pp. 25–28.
8. Sobre questões nacionalistas na Áustria-Hungria, ver Robin Okey, *The Habsburg Monarchy c. 1765–1918: From Enlightenment to Eclipse* (Nova York: St. Martin's, 2001), pp. 283–309.
9. Hugh Seton-Watson, *The Decline of Imperial Russia, 1855–1914* (Londres: Methuen, 1952), pp. 231–45.
10. Dankwart A. Rustow, *The Politics of Compromise: A Study of Parties and Cabinet Government in Sweden* (Princeton: Princeton University Press, 1955), p. 68. Ver também Nils Andrén, *Modern Swedish Government* (Estocolmo: Almqvist and Wiksell, 1961), p. 105; e Raymond Fusilier, *Les monarchies parlementaires* (Paris: Editions Ouvrières, 1960), pp. 79 e 200.
11. Max Weber, *Economy and Society: An Outline of Interpretive Sociology*, vol. 1 (Berkeley: University of California Press, 1978), pp. 247–48. Ele afirma que a primogenitura “facilitou enormemente a consolidação de grupos políticos, ao eliminar a luta entre uma pluralidade de candidatos da mesma família carismática.”
12. Sobre as características sultanescas da Líbia e da Síria, e o isolamento das saídas pacíficas lá, ver Alfred Stepan e Juan J. Linz, “Democratization Theory and the ‘Arab Spring’”, *Journal of Democracy*, 24(2), abril de 2013, pp. 26–28.
13. Ver Sean L. Yom e F. Gregory Gause III, “Resilient Royals: How Arab Monarchies Hang On”, *Journal of Democracy*, 23(4), outubro de 2012, pp. 74–88.

14. Alfred Stepan, “Rituals of Respect: Sufis and Secularists in Senegal in Comparative Perspective”, *Comparative Politics*, 44(4), julho de 2012, pp. 390–91.

15. Elbaki Hermassi, *Leadership and National Development in North Africa: A Comparative Study* (Berkeley: University of California Press, 1972), pp. 45 e 71.

16. Katie Zoglin, “Morocco’s Family Code: Improving Equality for Women”, *Human Rights Quarterly*, 31(4), novembro de 2009, pp. 964–84.

17. Ahmed Benchemsi, “Morocco’s Makhzen and the Haphazard Activists”, in: Lina Khatib e Ellen Lust, (Ed.), *Taking to The Streets: The Transformation of Arab Activism* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2014), p. 206.

18. Benchemsi, *op. cit.*, p. 206.

19. Benchemsi, *op. cit.*, pp. 224–25.

20. Herb, *All in the Family*, p. 222.

21. Karen Elliot House, *On Saudi Arabia: Its People, Past, Religion, Fault Lines—and Future* (Nova York: Vintage, 2012), p. 125.

22. Para uma análise bem informada e menos otimista, ver Ahmed Benchemsi, “Morocco: Outfoxing the Opposition”, *Journal of Democracy*, 23(1), janeiro de 2012, pp. 57–69.

23. Herb, *All in the Family*, p. 69.

24. Herb, *All in the Family*, p. 72.

25. Michael Herb, “A Nation of Bureaucrats: Political Participation and Economic Diversification in Kuwait and the United Arab Emirates”, *International Journal of Middle East Studies*, 41(3), agosto de 2009, p. 379.

26. Comunicação pessoal com F. Gregory Gause, janeiro de 2014.

27. Yom e Gause, “Resilient Royals”, p. 79.

28. Amaney Jamal, *Of Empires and Citizens: Pro-American Democracy or No Democracy at All?* (Princeton: Princeton University Press, 2012), pp. 89–102.

29. Em relação ao controle por mais de seis décadas dos principais cargos governamentais do Kuwait pela família no poder, ver Herb, *All in the Family*, p. 80 e 85, figuras 4.6 e 4.7.

30. Herb, *All in the Family*, 158.

31. Ver Michael Herb, “No Representation Without Taxation? Rents, Development, and Democracy”, *Comparative Politics*, 37(3), abril de 2005, p. 299, tabela 3.

32. Herb, “A Nation of Bureaucrats”, p. 392.

33. Sobre o Bahrein, ver Lin Noueihed e Alex Warren, *The Battle for the Arab Spring: Revolution, Counter-Revolution and the Making of a New Era* (New Haven: Yale University Press, 2012), pp. 135–63.

34. A citação vem de sua entrevista com Jeffrey Goldberg, “The Modern King in the Arab Spring”, *The Atlantic*, abril de 2013.

35. Para essas citações, ver Rei Abdullah II da Jordânia, *Our Last Best Chance: The Pursuit of Peace in a Time of Peril* (Nova York: Viking, 2011), pp. xvii e 174–75.

36. Ellen Lust-Okar, “Reinforcing Informal Institutions Through Authoritarian Elections: Insights from Jordan”, *Middle East Law and Governance*, 1(1), 2009, pp. 3–37.

Direitos dos homossexuais: Por que a democracia importa*

Omar G. Encarnación

Omar G. Encarnación é professor e diretor de estudos políticos do Bard College. É autor de Latin America's Gay Rights Revolution [“A revolução dos direitos dos homossexuais na América Latina”], a ser publicado pela Oxford University Press.

Mesmo antes de o ano de 2013 oficialmente terminar, ativistas homossexuais já declaravam aquele “o ano mais gay da história gay”. Barack Obama, chamado pela *Newsweek* de “o primeiro presidente gay dos Estados Unidos”, começou o ano de maneira promissora ao se tornar o primeiro presidente norte-americano na história a fazer referência aos direitos dos homossexuais em seu discurso inaugural. “Nossa jornada não estará completa até que nossos irmãos e irmãs homossexuais sejam tratados como qualquer outra pessoa perante a lei”, disse o presidente ao inaugurar seu segundo mandato, acrescentando que a luta pela igualdade no casamento pertencia ao panteão das lutas pelos direitos civis na história norte-americana, junto às das mulheres e dos negros. Em junho de 2013, no caso *Estados Unidos versus Windsor*, a Suprema Corte derrubou a Lei de Defesa do Casamento (DOMA, na sigla em inglês), transformada em lei em 1996 por maioria absoluta para prevenir que casamentos entre pessoas do mesmo sexo fossem reconhecidos pelo governo federal, e também invalidou a proibição de casamento entre pessoas do mesmo sexo do

*Publicado originalmente como “Gay Rights: Why Democracy Matters”, *Journal of Democracy*, Volume 25, Número 3, Julho de 2014 © 2014 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

estado da Califórnia (Proposição 8), aprovada por referendo popular em 2008.

Após o caso *Windsor*, o cenário político e jurídico transformou-se consideravelmente em favor dos direitos dos homossexuais nos Estados Unidos. Houve uma virtual corrida de políticos — incluindo cerca de trinta senadores (três deles do Partido Republicano) — para apoiar o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Nova Jersey, Delaware, Havai, Illinois, Novo México e Pensilvânia legalizaram o casamento entre pessoas do mesmo sexo, subindo para dezenove o total de estados (além do Distrito de Columbia) com casamento gay, ou cerca de 45% da população norte-americana, e tribunais federal e estaduais em treze estados, incluindo os tradicionalmente conservadores estados de Utah e Texas, julgaram que proibições ao casamento entre pessoas do mesmo sexo violam a cláusula de igualdade de direitos da 14ª Emenda à Constituição dos Estados Unidos. Tudo isso sugere o que antes se julgava impossível: o casamento entre pessoas do mesmo sexo está se tornando um direito sem que seja necessária uma imposição pela Suprema Corte.

Alguns acontecimentos em diversos outros países em 2013 também foram favoráveis aos direitos dos homossexuais, talvez ainda mais. O casamento entre pessoas do mesmo sexo tornou-se legal na Inglaterra, País de Gales e França, fazendo da Itália e da Grécia as únicas democracias da Europa Ocidental que ainda não permitem casamento ou união civil de casais do mesmo sexo. O Brasil e o Uruguai se juntaram à Argentina e a vários estados mexicanos (além do Distrito Federal da Cidade do México) na legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, e a Nova Zelândia tornou-se o primeiro país do Pacífico a legalizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Com isso, aumenta para quinze o número de países que legalizaram o casamento entre pessoas do mesmo sexo desde que os Países Baixos se tornaram o primeiro a fazê-lo, em 2001.

Ironicamente, entretanto, o ano de 2013 também testemunhou a tendência oposta: a ascensão de algumas das mais odiosas legislações contra gays da história. Uganda aprovou uma lei que prevê prisão perpétua para atos homossexuais, e uma pena de sete anos de prisão para quem conduzir uma cerimônia de casamento entre pessoas do mesmo sexo*. Na verdade, isso era menos severo do que a legislação original de 2009, a infame lei “morte aos gays”, que previa a pena de morte para ugandenses gays e sentenças de até sete anos para familiares e amigos que não os delatassem às autoridades. A Rússia aprovou uma lei banindo a promoção de “sodomia, lesbianismo, bissexualidade e transgenerismo”, uma lei tão ampla que tornava ilegal as paradas de orgulho gay, demonstrações públicas de afeto entre casais do mesmo sexo, símbolos gays como a bandeira arco-íris, e até mesmo uma admissão pública de homossexualidade, exceto se feita de uma maneira a denegrir a homossexualidade. A Suprema Corte da Índia reintroduziu uma proibição ao ato homossexual da era colonial, o que dobrou “o número de pessoas gays no mundo que podem ser encarceradas por conta de sua sexualidade”.¹

A maneira esquizofrênica pela qual terminou o ano de 2013 em relação às políticas de direitos dos homossexuais destaca as ambiguidades das tendências globais: os direitos dos homossexuais estão se expandindo em alguns países e se retraindo em outros. Além disso, os eventos de 2013 revelam sérias limitações de fatores transnacionais para explicar a disseminação global de direitos dos homossexuais — como a crescente aceitação desses direitos como normas de direitos humanos. Fica evidente a necessidade de se investigar a fundo o ambiente doméstico para entender por que os direitos de homossexuais estão prosperando em países como a Argentina e patinando em outros, como na Rússia.

* Nota dos editores: em agosto de 2014, a Corte Constitucional de Uganda anulou essa lei por considerá-la ilegal, alegando que ela havia sido aprovada pelo Parlamento sem a presença de um quórum mínimo.

Riqueza e religião são os fatores mais discutidos por trás da chamada divisão global sobre a homossexualidade. No conjunto, quanto mais afluente e secular é a nação, maior a probabilidade de que ela aceite os direitos dos homossexuais; de maneira inversa, quanto mais pobre e religiosa é a nação, maior a probabilidade de que ela reprima a homossexualidade. Menos estudado e, portanto, menos entendido, entretanto, é o efeito do regime político, especialmente se o país é ou não democrático. Embora os direitos dos homossexuais não existam em todas as democracias, eles praticamente inexistem em regimes não democráticos. Entre os muitos fatores que tornam a democracia um aparente pré-requisito para os direitos dos homossexuais estão as oportunidades que ela oferece para a *advocacy* — incluindo acesso à justiça, ao sistema partidário e à legislatura —, bem como um ambiente social que permite às pessoas gays viver sua vida aberta e honestamente, um fator crítico, mas frequentemente negligenciado no avanço da aceitação social da homossexualidade.

Não é surpresa, portanto, que o ambiente mais favorável para os direitos dos homossexuais seja encontrado onde as liberdades políticas, a sociedade civil e o Estado de direito estão arraigados, especialmente em décadas recentes, como na Espanha, África do Sul e América Latina. Em contraste, os direitos dos homossexuais estão enfraquecidos onde o autoritarismo está em ascensão e a sociedade civil está sob ataque, como na Rússia, na maior parte da África e em praticamente todo o Oriente Médio. Esses achados são importantes para entender não apenas como se desenvolvem os direitos dos homossexuais mas, principalmente, para pensar sobre a melhor maneira de promover os direitos dos homossexuais em um âmbito global.

A ascensão dos direitos dos homossexuais

Embora seja frequentemente considerado um fenômeno surgido da noite para o dia — um argumento que ficou famoso ao ser frisado pela fala do ministro da Suprema Corte dos Estados Unidos Samuel Alito

durante as deliberações sobre a DOMA, segundo a qual “o casamento entre pessoas do mesmo sexo é mais novo do que telefones celulares ou a Internet” —, a luta pelos direitos dos homossexuais vinha sendo gestada há muito tempo. O Comitê Científico-Humanitário da Alemanha, uma organização com sede em Berlim fundada em 1897 e fechada pelos nazistas em 1933, é considerado a primeira organização mundial em defesa dos direitos dos homossexuais. Ela defendia direitos e igualdade para os homossexuais. A ampla influência da organização está refletida no movimento “homófilo” inaugurado pela Mattachine Society, um grupo fundado em Los Angeles em 1950 e amplamente considerado a primeira organização pelos direitos dos homossexuais viável, e a Daughters of Bilitis, fundada em San Francisco em 1955 como a primeira organização lésbica norte-americana. Esses grupos instavam os homossexuais a “maneirar”, evitando travestismo e comportamentos estereotipados, conformando-se com uma agenda assimilacionista baseada na ideia de que a única coisa diferenciando homossexuais de heterossexuais é o que fazem na cama.

Os distúrbios de Stonewall em Nova York, em 1969, desencadearam uma segunda onda de ativismo gay. Essa série de confrontos violentos entre a polícia e gays, lésbicas e travestis comuns teve início após uma batida policial no Stonewall Inn, um bar no bairro de Greenwich Village, em Manhattan. Esses distúrbios são geralmente considerados a base de lançamento do atual movimento pelos direitos dos homossexuais. O ativismo pós-Stonewall distanciou-se da civilidade e passividade do movimento “homófilo” ao promover uma ideologia de “libertação sexual”. Personificada pela Frente de Libertação Gay (GLF, na sigla em inglês) de Nova York, essa ideologia defendia que apenas a total destruição do patriarcado heterossexual por meio de uma revolução social poderia pôr fim à opressão contra minorias sexuais. Para tanto, a GLF criticava valores e preconceitos dominantes e restritivos e defendia o orgulho gay como componente-chave da libertação sexual.

A GLF ajudou a construir uma reorientação fundamental dos direitos dos homossexuais, passando dos direitos “negativos” para os direitos “positivos”. Enquanto os direitos negativos exigem pouco do Estado além de permitir que pessoas gays sejam elas mesmas, ao pôr fim à discriminação legal contra gays, direitos “positivos” demandam que o Estado estenda direitos civis à população homossexual, incluindo proteções legais contra a discriminação e o reconhecimento de relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo. Em sua busca por direitos positivos, o movimento pelos direitos dos homossexuais inspirou-se em outros movimentos sociais. Nos Estados Unidos, grupos como a Força-Tarefa Nacional de Gays e Lésbicas emularam o movimento norte-americano pelos direitos civis e começaram a entrar com recursos judiciais para derrubar leis discriminatórias contra gays, especialmente leis contra a sodomia, argumentando que violavam as garantias de direitos iguais existentes na Constituição.

Em outros países, no entanto, a campanha pelos direitos dos homossexuais foi enquadrada como parte de uma luta por direitos humanos internacionalmente reconhecidos. Esse foi um desenvolvimento crucial na evolução dos direitos humanos, dado que a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 não faz menção a questões de orientação sexual, apesar de reconhecer coisas como moradia, educação e lazer como direitos humanos “básicos”.² No entanto, ativistas gays se basearam em vários artigos da Declaração — especialmente no artigo 2º, que afirma que “todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma”, incluindo de sexo. No começo dos anos 2000, a estratégia de direitos humanos decididamente rendia dividendos, com tribunais da Europa, Canadá e América Latina julgando sobre questões caras aos homossexuais — especialmente adoção, imigração e relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo — a partir da perspectiva de que a discriminação contra gays configurava uma afronta a direitos humanos universais.

À campanha por direitos positivos que emergiram após a revolta de Stonewall somou-se a devastação trazida pela epidemia de HIV/Aids, que começou a matar homens gays aos milhares desde o princípio, no início dos anos 1980. Dessa crise emergiu uma clara consciência dentro da comunidade gay a respeito da necessidade de se obter o reconhecimento pelo Estado dos relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo. Como nunca antes, a Aids forçava gays, especialmente homens gays no auge de sua vida, a confrontar as limitações legais de seus relacionamentos pessoais em relação a atendimento médico e herança. O medo da Aids também transformou a discriminação contra gays em uma epidemia em si, na medida em que gays de todas as origens se deparavam com uma discriminação sem precedentes nas políticas governamentais, habitação e no ambiente de trabalho.

Ao advogar por direitos positivos, ativistas gays começaram a reorientar seu ativismo para longe da “libertação social” e em direção à “integração social”. Chave para avançar na integração social era trazer a homossexualidade para o *mainstream*, adotando as normas da sociedade como um todo — sobretudo o casamento. Essa agenda de integração, que constituiu uma terceira onda de ativismo pelos direitos dos homossexuais, foi promovida por uma nova classe de organizações pelos direitos dos homossexuais liderada pela Campanha pelos Direitos Humanos, fundada em 1980 para eleger candidatos simpáticos à causa gay a cargos estaduais e federais, e por intelectuais gays conservadores como Andrew Sullivan, que argumentou que “casamento gay” não era uma ideia radical que pretendia destruir a sociedade heterossexual, mas uma ideia conservadora, que contribuiria para o aperfeiçoamento tanto dos gays como da sociedade como um todo. Uma mudança visível na retórica acompanhava a justificativa para o casamento entre pessoas do mesmo sexo por defensores da integração. Enquanto as demandas iniciais por igualdade no casamento fossem expressadas em termos de direitos iguais, o novo argumento enfatizava que a busca dos gays pelo direito ao casamento baseava-se

no amor, compromisso e responsabilidade — as mesmas razões dadas por heterossexuais para justificar seu próprio desejo de se casar.

Três abordagens teóricas distintas porém complementares podem ser destacadas para explicar como o arco de direitos dos homossexuais lançado pelos distúrbios de Stonewall conseguiu encontrar seu caminho mundo afora. A mais sugestiva delas é, indiscutivelmente, a “socialização”, ou o processo pelo qual países são introduzidos na sociedade internacional.³ Esse processo não acontece no vácuo, mas por meio de estreita interação com outros Estados e atores internacionais não estatais. Seus motores principais são as “redes internacionais de *advocacy*” do Ocidente. Por conta de seu status de atores “não estatais”, essas redes têm uma capacidade única de mobilizar estrategicamente informações para persuadir, pressionar e até mesmo constranger países para que mudem seu comportamento em relação a uma série de questões, especificamente aquelas relacionadas aos direitos humanos. A mais influente rede internacional de *advocacy* dedicada aos direitos dos homossexuais é a Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais (ILGA, na sigla em inglês). Desde sua fundação em 1978, em Coventry, Inglaterra, a ILGA tem sido bem sucedida em pressionar a comunidade internacional de direitos humanos e governos do Ocidente para incorporarem os direitos dos homossexuais como uma norma de direitos humanos, e em expor o tratamento repugnante dado à população gay em muitas partes do mundo.

Uma segunda abordagem é a “disseminação de políticas”, que sustenta que a formulação de políticas públicas é frequentemente marcada por momentos extraordinários, quando um conjunto de políticas similares aparecem em um período relativamente curto de tempo em muitos Estados diferentes.⁴ Em funcionamento, aqui, está uma espécie de “contágio”, algo que irrompe em um ou poucos países e é rapidamente transmitido para vários outros. A disseminação de políticas é promovida de diversas formas, incluindo cooperação tecnocrática

entre governos, legalismo transnacional, consultores internacionais, ativismo interestatal de ONGs, centros de estudos internacionais e organizações multinacionais. Exemplos recentes de disseminação de políticas incluem a democratização, a reforma econômica (privatização, em particular), a reforma do sistema de saúde, a reforma da previdência e, claro, o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Por último, mas não menos importante, é a “queerização global”. Por trás dessa ideia está a noção de que a comunidade gay inclui uma ampla gama de identidades, culturas e políticas disseminadas por todo o mundo pela internacionalização da homossexualidade norte-americana, conduzida pelo imperialismo cultural norte-americano e por sua hegemonia econômica.⁵ Entre as forças que disseminam a queerização global dos Estados Unidos pelo resto do mundo está a popularidade de séries de tevê norte-americanas tais como *Família Moderna* (*Modern Family*), e a influência de “bairros gays” tais como o Greenwich Village em Nova York e o Castro em San Francisco. Desde seu surgimento, nos anos 1970, as práticas culturais desses enclaves gays, especialmente as paradas de orgulho gay, com a finalidade de aumentar a visibilidade dos gays e afirmar uma identidade gay, espalharam-se para outras cidades norte-americanas e ao redor do mundo como consequência do capitalismo global, da Internet, do comércio internacional e do turismo.

O HIV/Aids é outra fonte influente de queerização global. O legado da epidemia para a globalização da cultura gay é extenso e complexo, e vai muito além da profissionalização (e até mesmo homogeneização) do ativismo pelos direitos dos homossexuais ao redor do mundo. Em especial, campanhas ambiciosas e muitas vezes controversas sobre sexo seguro, desenvolvidas para conter a expansão da epidemia, são acusadas de disseminar um “modelo ocidental de homossexualidade”. Essas campanhas — que se originaram nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, e foram posteriormente exportadas para o mundo em desenvolvimento por ONGs, organizações multilaterais como o Ban-

co Mundial e a Organização Pan-americana de Saúde e instituições de caridade privadas, como a Fundação para Pesquisa da Aids — quebraram muitos tabus em regiões como a América Latina, ao apresentar imagens de casais do mesmo sexo, especialmente masculinos, e linguagem franca sobre maneiras de prevenir o contágio pelo HIV.

Uma divisão global

Apesar de toda a influência transnacional da socialização, difusão de políticas e queerização global na ampliação da disseminação dos direitos dos homossexuais ao redor do mundo, os desenvolvimentos contraditórios nas políticas de direitos dos homossexuais em 2013 claramente demonstram que os direitos dos homossexuais não estão se expandindo de maneira equilibrada — longe disso, na verdade. De fato, apesar toda a conversa a respeito de uma disseminação global dos direitos dos homossexuais, a abrangência geográfica dessa disseminação é muito menos impressionante do que geralmente se supõe. Os direitos dos homossexuais parecem estar se aprofundando mais do que se espalhando, intensificando-se em algumas regiões ao mesmo tempo em que retrocedem em outras.

“The Global Divide on Homosexuality”, um estudo de 2013 do Pew Research Center, examina o desequilíbrio da disseminação global dos direitos dos homossexuais. O Pew perguntou para 40 mil respondentes de 39 países: “A sociedade deveria aceitar a homossexualidade?”⁶ Os resultados ilustram uma divisão gritante a respeito do assunto, com maior aceitação nas Américas e na Europa Ocidental porém baixa no resto do mundo (exceto por algumas notáveis exceções, como Austrália, Nova Zelândia e Japão).

Encabeçando a lista de países que acreditam que a sociedade deva aceitar a homossexualidade está a Espanha (88%), República Tcheca (80%), Austrália (79%), França (77%), Inglaterra (76%), Argentina (74%) e Itália (74%). Na extremidade oposta do espectro está a Ni-

géria, onde espantosos 98% do público desaprovam a homossexualidade, seguida da Jordânia (97%), Senegal (96%), Uganda (96%), Gana (96%), Egito (95%), Tunísia (94%), Indonésia (93%), Palestina (93%), Quênia (90%) e Rússia (84%).

Aprofundando-se ainda mais nos dados do Pew é possível se obter uma visão mais detalhada do avanço da aceitação social da homossexualidade ao redor do globo. Desde meados dos anos 2000, a aceitação da homossexualidade tem se expandido de forma constante na América do Norte, Europa Ocidental e América Latina, com alguns países, incluindo os Estados Unidos, registrando aumentos de dois dígitos. Em 2007, menos da metade dos norte-americanos considerava que os gays deveriam ser aceitos pela sociedade, comparado com os 60% de hoje. Em contraste, os dados do Pew mostram que as atitudes sociais em relação à homossexualidade na África, no Oriente Médio, na maior parte da Ásia e na Rússia permaneceram em grande medida inalteradas. Essa consistência sobre o tema em tantas partes do mundo explica por que o número total de países que criminalizam o comportamento homossexual declinou de maneira apenas modesta nos últimos anos, de 85 países em 2007 para 76 em 2013. Compreensivelmente, descriminalizar o comportamento homossexual, e não promover o casamento ou a união civil entre pessoas do mesmo sexo, é a maior prioridade para os ativistas dos direitos dos homossexuais nas principais organizações internacionais de direitos humanos.

De acordo com o Pew, no coração da divisão global sobre a homossexualidade estão duas variáveis que frequentemente andam juntas: riqueza e o papel da religião na vida pública. Quanto mais rico e mais secular for o país, maior tende a ser o nível de aceitação da homossexualidade; de maneira inversa, quanto mais pobre e mais religioso for o país, menor tende a ser a aceitação da homossexualidade pelo público. Esses achados refletem algumas mudanças dramáticas nos padrões religiosos observados em muitas partes do mundo. Na Europa

Ocidental e na América Latina discute-se muito o “desaparecimento gradual do catolicismo” ocorrido nas últimas décadas.⁷ A Espanha e a Argentina estão entre os casos mais extremos. Nessas sociedades esmagadoramente católicas, menos de um quinto dos católicos alega que a fé é uma parte importante de sua vida.⁸ Nos Estados Unidos, um quinto do público e um terço dos adultos com menos de trinta anos declaram não professar uma religião — as maiores porcentagens já registradas.⁹

Em contraste, nas últimas décadas, em muitas partes da Ásia, África e Oriente Médio, a crescente popularidade do Islã tem impulsionado os esforços para adequar as leis do Estado à lei islâmica (xaria), que torna a homossexualidade um crime capital. A última incursão veio da pequena nação de Brunei, no sudeste asiático, onde as leis inspiradas na xaria tornam a sodomia e o adultério puníveis com a pena de morte, incluindo apedrejamento. Em partes da América Latina atrasadas em relação aos direitos dos homossexuais, como na América Central e Caribe, houve um aumento do protestantismo, que é menos simpático em relação à homossexualidade do que o catolicismo. Mas o desenvolvimento mais surpreendente vem da Rússia, onde a religião fez um retorno espetacular nos últimos anos. De acordo com o Pew, entre 1991 e 2008, a proporção de adultos russos que se identificam como cristãos ortodoxos cresceu de 31% para 72%.¹⁰ Durante o mesmo período, a porcentagem de russos que não se identificam com nenhuma religião caiu de 61% para 18%. Também houve um aumento do envolvimento com a religião. A proporção de russos que alegam ser ao menos um pouco religiosos saltou de 11% em 1991 para 54% em 2008, enquanto a proporção de adultos que disseram acreditar em Deus aumentou de 38% para 56%.

A diferença que a democracia faz

Um fator certamente pouco explorado na divisão global sobre a homossexualidade é a presença ou ausência de democracia. A democracia certamente não é uma apólice de seguro contra a discriminação

contra os gays, muito menos uma garantia de que os direitos dos homossexuais serão protegidos, mesmo após esses direitos terem sido assegurados em lei. A democracia pode ser usada tanto por inimigos da comunidade gay, para enfraquecer os direitos dos homossexuais, quanto por seus defensores, para fortalecê-los, como ensina a experiência norte-americana.

Veja o caso das cerca de trinta emendas a constituições estaduais banindo o casamento entre pessoas do mesmo sexo aprovadas nos Estados Unidos por referendo popular desde 2004, que zombam da democracia ao sujeitar os direitos de uma minoria aos caprichos da maioria. O mais conhecido desses referendos, a Proposição 8 na Califórnia, invalidou uma decisão de 2008 da Suprema Corte da Califórnia, que considerava a exclusão dos casais do mesmo sexo do casamento uma violação da constituição do estado. A campanha deixou um legado cultural pernicioso. De acordo com Mark Joseph Stern, da revista *Slate*, a Proposição 8 foi “o evento mais traumático e degradante contra os homossexuais na história norte-americana recente”. Ele acrescenta que as táticas da campanha “não eram apenas homofóbicas. Elas foram criadas para explorar os medos mais profundos e irracionais dos californianos em relação às pessoas gays, doutrinando um estado inteiro com propaganda -antigay”.¹¹

Ainda assim, como mostram os dados, há uma correlação entre direitos dos homossexuais e democracia. O “Índice de Respeito ao Gays”,¹² que quantifica o respeito pelos direitos dos homossexuais ao redor do mundo, ranqueia 117 países com base em critérios como tolerância legal a atividades sexuais entre pessoas do mesmo sexo, reconhecimento de relacionamentos e adoção por pessoas do mesmo sexo, participação aberta de gays no exército, e se o país possui proteção legal contra discriminação. De acordo com esse índice, a natureza do regime político é um preditor melhor dos direitos dos homossexuais do que tanto o desenvolvimento econômico ou fatores culturais, como religião. A Human Dignity Trust, uma ONG britânica que trabalha

pela descriminalização da homossexualidade no mundo, relata que a ausência de liberdades políticas é a característica mais compartilhada pela maioria das 82 jurisdições com leis que criminalizam a conduta sexual privada e consensual entre adultos do mesmo sexo.

Uma correlação entre direitos dos homossexuais e democracia também é sugerida pelo que aconteceu com os direitos dos homossexuais no contexto da “terceira onda” de democratização — o grande número de transições democráticas que ocorreu no último quarto do século vinte.¹³ É notável que os direitos dos homossexuais tenham progredido mais exatamente nos lugares onde a terceira onda foi mais bem sucedida, e que os direitos dos homossexuais tenham patinado nos lugares onde a terceira onda também enfrentou mais dificuldades para avançar, ou sequer avançou. A Espanha — frequentemente vista como a mais bem sucedida de todas as democracias da terceira onda, por ter superado o legado de uma guerra civil brutal e quarenta anos de ditadura — tornou-se em 2005 o primeiro país de maioria católica a aprovar em lei o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Essa lei era um componente-chave de políticas da “segunda transição” da gestão de Zapatero (2004-11), que pretendiam completar a inacabada “primeira transição”, iniciada após a morte de Franco, em 1975. Em 2006, a África do Sul, outro “milagre” da democratização, tornou-se o primeiro país do mundo em desenvolvimento a legalizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo, após aprovar uma nova constituição que bane a discriminação com base na orientação sexual.

Na América Latina, onde a terceira onda praticamente varreu os governos autoritários durante as décadas de 1980 e 1990, a ascensão dos direitos dos homossexuais tem sido simplesmente espetacular. Desde que o Panamá removeu a sodomia da lista de crimes de seu código penal em 2008, a homossexualidade tem sido completamente descriminalizada na América Latina e, hoje, praticamente todos os países latino-americanos têm em sua legislação leis que proíbem a discriminação com base na orientação sexual. Com a legalização

do casamento entre pessoas do mesmo sexo no Brasil, em 2013, a porcentagem da população latino-americana que goza do direito ao casamento ou da união civil entre pessoas do mesmo sexo aproximou-se agora de 50%. Esses desenvolvimentos colocam grande parte da América Latina à frente dos Estados Unidos na legislação dos direitos dos homossexuais no nível nacional. Os poucos lugares da América Latina onde os direitos dos homossexuais ainda não criaram raízes são de fato aqueles ainda não atingidos pela terceira onda, tais como a comunista Cuba, ou nos quais a democracia sofre intimidação, como a Venezuela.

É revelador o fato de que os direitos humanos tenham enfrentado dificuldade em ganhar força nos lugares onde a terceira onda fez pouca ou nenhuma incursão, como na maior parte da África e no Oriente Médio, e na China, onde a homossexualidade foi descriminalizada em 1997, mas o ativismo gay permanece essencialmente proibido, visto pelo Estado como subversivo. Ainda mais reveladores, talvez, sejam os lugares onde a democracia estagnou, como na Rússia. Os direitos dos homossexuais tiveram bom começo na Rússia em 1991, em seguida ao colapso do comunismo, quando o país descriminalizou a homossexualidade e conquistou uma classificação de “parcialmente livre” pela Freedom House. A conduta homossexual havia sido banida sob o comunismo, alinhado à visão da homossexualidade como o sinal conclusivo de decadência burguesa. Contudo, os direitos humanos começaram a sofrer abalos à medida que a democracia começava a recuar, um processo marcado pelo rebaixamento da Rússia pela Freedom House, em 2004, de “parcialmente livre” para “não livre”, onde permanece até hoje. Desde então, mas especialmente durante o segundo mandato de Vladimir Putin como presidente, começando em 2012, as liberdades políticas e civis na Rússia têm estado sob severo ataque.

Os efeitos da democracia

Correlação obviamente não implica causalidade. Entretanto, parece haver uma série de maneiras pelas quais a democracia induz e fortalece os direitos dos homossexuais. Para começar, o processo de democratização parece acompanhar a evolução da “cidadania”, ou pertencimento a uma comunidade politicamente organizada. As proteções a grupos perseguidos ou marginalizados (como trabalhadores pobres, mulheres, minorias raciais e étnicas e homossexuais) parecem pressupor a consolidação de direitos políticos e econômicos, um argumento originalmente sugerido pelo sociólogo britânico T. H. Marshall, cuja obra associa a cidadania ao desenvolvimento de direitos civis, políticos e sociais.¹⁴

A democracia também facilita os direitos dos homossexuais ao tornar possível uma sociedade civil robusta e vibrante, que só é possível existir dentro de um arcabouço político que permita a liberdade de associação. Mesmo em sociedades social e economicamente avançadas, como os Estados Unidos, os direitos dos homossexuais não evoluíram sem uma considerável *advocacy*, contenção e até mesmo desobediência civil por parte dos ativistas gays. O legado de Stonewall vêm à mente. A jornalista Linda Hirshman, que escreveu a respeito do movimento pelos direitos dos homossexuais, argumenta que o que deu fama a Stonewall não foram os distúrbios em si, mas o que aconteceu um ano mais tarde: a primeira parada gay do mundo. De acordo com Hirshman, “a marcha foi um brilhante exemplo de teatro político. [...] A marcha tinha tudo — ostentação, ambição nacional, *outing*,** psicologia de grupo, simplicidade, a existência precede a essência”.¹⁵

A luta pelos direitos dos homossexuais também revela a importância da colaboração entre os membros da sociedade civil, um argumento enfatizado pelo casamento bem sucedido entre o movimento pelos direitos dos homossexuais e o movimento pelos direitos humanos. Em

** O ato de assumir publicamente a homossexualidade. [N. T.]

nenhum outro episódio da história recente esses movimentos trabalharam juntos de maneira mais criativa e efetiva do que na Argentina. Em julho de 2010, quando o congresso argentino aprovou a lei de casamento entre pessoas do mesmo sexo, organizações pelos direitos dos homossexuais estavam plenamente incorporadas ao movimento pelos direitos humanos. Esse processo havia iniciado em meados dos anos 1980, quando ativistas gays somaram esforços para trazer *accountability* ao regime militar pelos milhares de “desaparecidos” durante a infame “guerra suja” do país.¹⁶ Um dos episódios mais influentes no debate sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo foi uma carta enviada a legisladores nacionais escrita por cerca de setenta organizações de direitos humanos — incluindo as Mães da Praça de Maio, o mundialmente famoso grupo de mães e avós que transformaram o tema dos desaparecidos em uma causa célebre. A carta argumentava em favor do casamento entre pessoas do mesmo sexo e contra as uniões civis que, diziam as organizações de direitos humanos, transformavam os gays em cidadãos de segunda classe.

Os direitos dos homossexuais também dependem de um judiciário forte e de um Estado de direito, pilares de qualquer sistema político saudável. O papel dos tribunais no avanço dos direitos dos homossexuais tem sido historicamente ambíguo, já que decisões judiciais podem seguir diversas direções, uma das razões pelas quais ativistas gays geralmente demonstram cautela ao acionar o judiciário, especialmente na questão do casamento. Ainda assim, por todo o Ocidente as decisões dos tribunais têm sido fundamentais para o avanço dos direitos dos homossexuais. A decisão *Dudgeon versus Reino Unido* de 1981 pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos descriminalizou atos homossexuais masculinos na Irlanda do Norte, a única parte do Reino Unido onde tais atos ainda eram ilegais. Essa decisão estabelece a base legal para se demandar que nenhum Estado-membro do Conselho Europeu possa criminalizar a conduta homossexual, e influenciou a decisão histórica da Suprema Corte dos Estados Unidos de 2003 no

caso *Lawrence versus Texas*, que derrubou as últimas leis de sodomia remanescentes nos Estados Unidos.

Mas a verdadeira surpresa vem da América Latina, onde os tribunais superiores, sem qualquer histórico de jurisprudência progressiva, ajudaram a introduzir os direitos dos homossexuais. Refletindo uma série de reformas constitucionais visando a aprimorar a independência judicial que se seguiu ao processo de democratização, os tribunais superiores de Brasil, Colômbia e México afirmaram nos últimos anos o direito constitucional ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, algo que a Suprema Corte dos Estados Unidos ainda está por fazer. Ao julgar em favor do casamento entre pessoas do mesmo sexo, esses tribunais superiores latino-americanos se basearam em decisões do Tribunal Europeu de Direitos Humanos e, ironicamente, da Suprema Corte dos Estados Unidos. A decisão da Suprema Corte do México em 2010 que confirmou a constitucionalidade de uma lei sobre casamento entre pessoas do mesmo sexo aprovada pela Cidade do México em 2009, baseou-se claramente no acórdão de *Loving versus Virginia*, decisão histórica que pôs fim à proibição do casamento inter-racial nos Estados Unidos. O caso norte-americano, notou o acórdão mexicano, “foi relevante porque as desvantagens históricas sofridas pelos homossexuais formavam uma analogia com a discriminação sofrida por casais inter-raciais em épocas anteriores”.¹⁷

Dito tudo isso, a principal maneira pela qual a democracia serve aos direitos dos homossexuais é propiciando às pessoas gays um ambiente socialmente tolerante no qual elas possam viver sua sexualidade de maneira aberta e honesta. A oportunidade de viver “fora do armário” é um fator-chave para se entender as rápidas transformações das atitudes das pessoas em relação à homossexualidade. De acordo com o World Values Survey, entre 1993 e 2006, a proporção da população mundial que achava que a homossexualidade nunca era justificável caiu de uma média de 50% para 34%.¹⁸ Segundo a mesma pesquisa, em 2006 a porcentagem das pessoas que se opunham a ter

um vizinho gay era de 16%, contra 44% que se opunham a ter um vizinho de uma religião diferente. Não por acaso, o período coberto pela pesquisa coincide com a emergência da primeira geração de gays e lésbicas que escolheram viver suas vidas publicamente, com resultados que confirmam amplamente o argumento atribuído a Harvey Milk, líder dos direitos dos homossexuais violentamente assassinado e uma das primeiras pessoas abertamente gays a se eleger a um cargo público nos Estados Unidos. Milk defendia que a coisa mais politicamente poderosa que uma pessoa gay podia fazer é revelar a verdade sobre sua sexualidade a seus familiares, vizinhos, amigos e colegas de trabalho.

A tese de Milk é amparada por inúmeras pesquisas, que mostram que aqueles que conhecem pessoas gays são mais propensos a aceitar a homossexualidade do que aquelas que não conhecem. Também são mais aptas a apoiar os direitos dos homossexuais, incluindo o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Um estudo do Gallup de 2009 confirmou que “muitas visões sobre questões gays e lésbicas estão relacionadas — em alguns casos, intensamente — a experiências pessoais com gays e lésbicas”. O estudo levanta duas explicações possíveis. Uma é que a exposição de uma pessoa a gays e lésbicas leva a uma maior aceitação deles, independentemente de suas inclinações ideológicas. A outra é que pessoas que aceitam mais gays e lésbicas são mais propensas a se colocar em situações nas quais estarão expostas a gays e lésbicas. Independentemente da direção da causalidade, os dados corroboram fortemente a proposição de que “conhecer alguém que é gay ou lésbica cultiva atitudes mais receptivas a muitas das questões que envolvem relações de gays e lésbicas atualmente”.¹⁹

De maneira similar, um estudo do Pew de 2013 concluiu que “mais pessoas hoje possuem conhecidos gays ou lésbicas, o que está associado com a aceitação da homossexualidade e apoio ao casamento gay”. O estudo também observou que quase nove de cada dez norte-americanos (87%) conhecem alguém que é gay ou lésbica, comparado com 61% em 1993, e que quase metade dos norte-americanos (49%) possui

um parente ou amigo próximo que é gay ou lésbica. O estudo concluiu que “a relação entre essas experiências e atitudes em relação à homossexualidade é forte”. Quase dois terços (68%) daqueles que conhecem muitas pessoas que são homossexuais são favoráveis ao casamento gay, em comparação aos apenas 32% daqueles que não conhecem gays ou lésbicas.²⁰

Promovendo os direitos dos homossexuais no exterior

Com os direitos dos homossexuais bem arraigados no Ocidente desenvolvido, é natural que haja esforços empreendidos por nações e organizações ocidentais visando a transpor a divisão global sobre a homossexualidade. Países Baixos, Dinamarca, Noruega e Suécia suspenderam a ajuda externa à Uganda, com a intenção de forçar aquele país a rescindir sua draconiana legislação antigay. O Banco Mundial suspendeu um empréstimo de 90 milhões de dólares à Uganda voltado à área de saúde como parte de uma nova política visando a “eliminar a discriminação institucionalizada”, incluindo a discriminação contra gays, o que o Banco considera uma “tarefa urgente”. Talvez mais significativo seja o fato de que as principais lideranças do Ocidente já tenham anunciado que a promoção dos direitos dos homossexuais é uma prioridade em sua política externa.

Em um discurso de 2011 junto ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, a então secretária de Estado Hillary Clinton fez uma defesa apaixonada dos direitos dos homossexuais. Tomando emprestado de seu famoso discurso de 1995 em Pequim, no qual argumentou que “os direitos das mulheres são direitos humanos e os direitos humanos são direitos das mulheres”, ela entoou: “os direitos dos homossexuais são direitos humanos, e os direitos humanos são direitos dos homossexuais”. E acrescentou que os direitos dos homossexuais “não são uma invenção do Ocidente, mas uma realidade humana”. Logo em seguida, Clinton instruiu as embaixadas norte-americanas ao redor do mundo a fazer dos direitos dos homossexuais uma

prioridade diplomática. Para não ficar para trás dos norte-americanos, o primeiro ministro britânico David Cameron anunciou em 2013 que quer que a equipe de ministros e autoridades que trabalharam na lei que legaliza o casamento gay na Inglaterra agora “trabalhe para exportar o casamento entre pessoas do mesmo sexo para o resto do mundo”.

A recente ênfase do Ocidente sobre os direitos dos homossexuais enfrenta uma batalha difícil. Dada a própria história atribulada do Ocidente em relação à homossexualidade, muitos países denunciados pelo Ocidente por suas políticas contra os gays prontamente questionaram a autoridade moral das lideranças ocidentais para liderar o mundo em questões de direitos dos homossexuais, como Obama descobriu durante sua visita à África em 2013. Embora o presidente tenha sido recebido como uma estrela de rock por todos os lugares por onde passou, foi duramente criticado sempre que levantava a questão dos direitos dos homossexuais. Um confronto memorável com o presidente do Senegal Macky Sall ocorreu durante uma coletiva de imprensa. Após Obama ter instado o país a descriminalizar a homossexualidade, foi informado de que Senegal não tinha nenhuma pressa de fazê-lo. “Sobre homossexualidade, senhor presidente, você mudou bastante sobre a questão”, observou Sall. A resposta fazia alusão ao fato de que Obama não abraçava oficialmente o casamento entre pessoas do mesmo sexo até a campanha presidencial de 2012.

É também o caso que, no Ocidente, a questão da homossexualidade permanece longe ser resolvida, fato demonstrado pela ascensão de um robusto movimento internacional contra os direitos dos homossexuais. Tendo sofrido reveses significativos em seu país, as organizações norte-americanas que se opõem aos direitos dos homossexuais vêm incitando a homofobia no exterior, e seus esforços ficam evidentes na série de legislações antigay que atualmente avançam em vários estados africanos. De acordo com a revista *Mother Jones*, “talvez os maiores atores no drama dos direitos dos homossexuais em Uganda sejam os evangélicos norte-americanos, que viajam para lá todo ano

aos milhares para pregar o Evangelho das pastagens distante do cristianismo carismático”. Entre eles se destaca a International House of Prayer, uma megaigreja com base em Kansas City que desde 1999 “despejou milhões de dólares em Uganda — grande parte em igrejas locais e missões com agenda explicitamente antigay”.²¹

Mas mesmo apoiadores dos direitos dos homossexuais acharam problemática a pressão do Ocidente pelos direitos dos homossexuais. A revista *The Economist*, que se rotula como “uma das primeiras apoiadoras do casamento entre pessoas do mesmo sexo”, observa que há “um arco-íris de razões” pelas quais a pressão global por direitos dos homossexuais está “mal encaminhada”. A revista ressalta o fato de que alguns países, como Uganda, são penalizados pelo Ocidente por sua ofensiva contra os homossexuais, enquanto países igualmente severos em seu tratamento a homossexuais não recebem tratamento similar. A lei antigay recém-aprovada na Nigéria é tão abominável quanto a de Uganda, mas até o momento recebeu poucas críticas internacionais. Ademais, observa *The Economist*, “das muitas formas de preconceito que o Banco Mundial poderia combater, não está claro que leis contra os gays são as que mais prejudicam os pobres. O banco realiza empréstimos a muitos lugares nos quais há discriminação contra mulheres com base na lei islâmica”. Por fim, a revista adverte que as novas políticas de empréstimo do Banco Mundial poderiam ter resultados “perversos”, jogando Uganda e outros países africanos nos braços dos “não questionadores chineses”.²²

A promoção dos direitos dos homossexuais no exterior também pode trazer muitas consequências negativas, incluindo colocar em risco as próprias vidas que promotores internacionais dos direitos dos homossexuais almejam melhorar. Relatos da imprensa observaram um aumento da legislação homofóbica e da violência contra homossexuais em vários países africanos após os apelos de Clinton pelo fim da discriminação contra os gays. Tentativas pelo Ocidente de exportar os direitos dos homossexuais, em especial na África, frequentemente

também favorecem políticos locais ávidos por rotular os direitos dos homossexuais como “valores de fora” e por racionalizar suas políticas antigay como uma defesa contra “influências ocidentais”. Ironicamente, em alguns países africanos, as leis criminalizando a homossexualidade são, na verdade, um legado do colonialismo britânico — em outras palavras, um produto direito da influência ocidental.

Então, o que deve fazer o Ocidente? A abordagem mais sensata seria fortalecer os programas existentes de promoção da democracia, da sociedade civil e do Estado de direito. Esses programas possuem uma dupla vantagem sobre políticas mais focadas voltadas à promoção dos direitos dos homossexuais: primeiro, esses programas estão menos sujeitos a serem atacados como sendo “ingerência externa”. Segundo, e ainda mais importante, uma democracia robusta propicia o melhor ambiente de estímulo à ascensão dos direitos dos homossexuais.

Notas

1. Uri Friedman, “How Sochi Became the Gay Olympics”, *The Atlantic*, 28 jan. 2014, disponível em: <http://www.theatlantic.com/international/archive/2014/01/how-sochi-became-the-gay-olympics/283398>.

2. Omar G. Encarnación, “Human Rights and Gay Rights”, *Current History*, jan. 2014, p.36.

3. Ver Thomas Risse e Kathryn Sikkink, “The Socialization of International Human Rights Norms into Domestic Practices”, in Thomas Risse, Stephen C. Ropp, e Kathryn Sikkink (ed.), *The Power of Human Rights* (Nova York: Cambridge University Press, 1999).

4. Ver Everett M. Rogers, *Diffusion of Innovations* (Nova York: Free Press, 2003).

5. Ver Peter A. Jackson, “Capitalism and Global Queering: National Markets, Parallels Among Sexual Cultures, and Multiple Queer Modernities”, *Gay and Lesbian Quarterly*, 15(3), 2009, pp. 357–95.

6. Pew Global Attitudes Project, “The Global Divide on Homosexuality: Greater Acceptance in More Secular and Affluent Countries”, Pew Research Center, 4 jun. 2013, <http://www.pewglobal.org/2013/06/04/the-global-divide-on-homosexuality>.
7. Omar G. Encarnación, “The Catholic Crisis in Latin America”, *Foreign Affairs*, 19 mar. 2013, disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/139066/omar-encarnacion/the-catholic-crisis-in-latin-america>.
8. Ver Ronald Inglehart e Christian Welzel, *Modernization, Cultural Change, and Democracy: The Human Development Sequence* (Nova York: Cambridge University Press, 2005).
9. Pew Research, Religion and Public Life Project, “‘Nones’ on the Rise”, 9 out. 2012, disponível em: <http://www.pewforum.org/2012/10/09/nones-on-the-rise>.
10. Pew Research, Religion and Public Life Project, “Russians Return to Religion but not to Church”, 10 fev. 2014, disponível em: <http://www.pewforum.org/2014/02/10/russians-return-to-religion-but-not-to-church>.
11. Mark Joseph Stern, “Just a Reminder: The Campaign for Prop 8 Was Unprecedentedly Cruel”, *Slate*, 4 abr. 2014.
12. Javier Corrales, Mari Crook, e Mario Pecheny, “Argentina: World Champion in LGBT Rights: How Did This Happen?”. Trabalho apresentado durante o encontro anual da American Political Science Association, Seattle, set. 2011.
13. Samuel P. Huntington, *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century* (Norman, Oklahoma: University of Oklahoma Press, 1991).
14. T. H. Marshall e Tom Bottomore, *Citizenship and Social Class* (Londres: Pluto Press, 1987).
15. Neal Broverman, “The History of Gay Rights in 348 Pages”, *The Advocate*, 3 July 2012, disponível em: <http://www.advocate.com/arts-entertainment/books/2012/07/03/victory-author-linda-hirshman-discusses-meaning-stonewall-and>.
16. Omar G. Encarnación, “International Influence, Domestic Activism, and Gay Rights in Argentina”, *Political Science Quarterly*, 128 (Winter 2013-14), 2013, pp. 687–716.

17. Omar G. Encarnación, “Why Latin American Courts Favor Gay Rights”, *The New York Times*, 29 jan. 2014, disponível em: <http://www.nytimes.com/roomfordebate/2014/01/29/why-is-latin-america-so-progressive-on-gay-rights/why-latin-american-courts-favor-gay-rights>.

18. Charles Kenny, “The Global Gay-Rights Revolution”, *Bloomberg Business News*, 31 mar. 2013, disponível em: <http://www.businessweek.com/articles/2013-03-31/the-global-gay-rights-revolution>.

19. Lymari Morales, “Knowing Someone Gay/Lesbian Affects Views of Gay Issues”, *Gallup*, 29 maio 2009.

20. Pew Research Center for the People and the Press, “In Gay Marriage Debate, Both Supporters and Opponents See Legal Recognition as ‘Inevitable’”, 6 jun. 2013, disponível em: <http://www.people-press.org/2013/06/06/in-gay-marriage-debate-both-supporters-and-opponents-see-legal-recognition-as-inevitable/>.

21. Jeremy Lybarger, “Foiled in the United States, Anti-Gay Evangelicals Spread Hate in Africa”, *Mother Jones*, 9 July 2013.

22. “The World Bank: Right Cause, Wrong Battle”, *The Economist*, 12 abr. 2014.

O flerte dos nacionalistas russos com a democracia*

Pål Kolstø

Pål Kolstø é professor de Estudos da Rússia e Leste Europeu da Universidade de Oslo e tem escrito extensivamente sobre construção de Estados e questões étnicas na Rússia e no Leste Europeu.

Os anos 1990 foram tumultuados tanto no campo político como econômico, e puseram completamente em descrédito a noção de democracia aos olhos de muitos russos, que passou a ser associada às degradantes condições de vida causadas por problemáticas reformas de mercado implementadas sob o governo do presidente Boris Iéltsin (1991-99), de tal forma que muitos russos pronunciavam sarcasticamente a palavra democracia, *demokratiia*, como *dermokratiia*, ou “governo de merda”. Causa, portanto, certa surpresa encontrar avaliações positivas da democracia no discurso político russo recente, sobretudo de um grupo inesperado de pessoas: os nacionalistas assumidos. O Partido Nacional-Democrático (NDP, na sigla em russo), um partido sem registro, alega que nacionalismo e democracia são dois lados de uma mesma moeda. Outros atores políticos também combinam ideias democráticas e nacionalistas — em especial, Alexei Navalny que, contrariando todas as expectativas, conquistou 27% dos votos na eleição de 2013 para prefeito de Moscou. Navalny, que se consolidou como líder indiscutível de oposição ao regime, vem do campo liberal, mas adotou parte da retórica nacionalista — em particular, a necessidade

*Publicado originalmente como “Russia’s Nationalists Flirt with Democracy”, *Journal of Democracy*, Volume 25, Número 3, Julho de 2014 © 2014 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

de defender o país de uma suposta enxurrada de imigrantes vindos da Ásia Central e do Cáucaso.

Navalny iniciou sua carreira política no partido liberal de oposição Iabloko, mas foi expulso em 2007 por sua guinada nacionalista. Sua habilidade de se posicionar tanto como um nacionalista quanto como um democrata é uma das principais razões de seu sucesso eleitoral (juntamente com suas campanhas de grande visibilidade contra a corrupção e habilidade no uso da Internet). No entanto, Navalny não é o único liberal da oposição russa que se aproximou dos nacionalistas. Ele é parte de uma corrente mais ampla que vem ganhando força há algum tempo.

A nova “nacional-democracia” é uma confluência de duas correntes — os nacional-liberais (*natsliby*) e os nacional-democratas (*natsdemy*). Não apenas há partes da oposição russa pró-Occidente, liberal e democrática se aproximando de posições nacionalistas, como muitos nacionalistas russos estão agora preparados para abraçar valores e princípios democráticos, levando a novas constelações políticas. Isso tem provocado certa reflexão interna entre as forças de oposição a Putin e pró-Occidente: teriam eles falhado até então por terem abandonado a agenda nacionalista, permitindo que ela fosse explorada por Vladimir Putin, por um lado, e por nacionalistas de direita, de outro? A questão democrática também gerou uma cisão entre os nacionalistas dispostos a cooperar com os liberais-democratas e adotar parte de suas ideias e os nacionalistas menos dispostos. Atualmente, o primeiro grupo está na liderança.

Essas mudanças estão ligadas a um novo entendimento do Estado. Nacionalistas russos de épocas anteriores eram frequentemente chamados de *derjavniki*, ou “estatistas”. Os estatistas tinham orgulho do fato de a Rússia ter sido, por séculos, o maior Estado do mundo e de a União Soviética ter sido uma das duas superpotências da Guerra Fria. Em vez enxergar a heterogeneidade étnica da URSS como um

problema, estatistas louvavam seu caráter multinacional. Obviamente, a União Soviética acabou na “lixeira da história”, e o Estado no qual vivem hoje os russos é drasticamente diferente. Embora ainda seja imenso em tamanho, sua composição étnica e cultural é sensivelmente mais homogênea. Enquanto as pessoas de etnia russa constituíam quase metade da população da URSS, alcançaram a marca dos 80% na Federação Russa. Essa é uma população mais homogênea do que muitos Estados-nações europeus, apontam os novos nacionalistas russos, e, portanto, não há razão pela qual a Rússia não poderia se tornar um Estado-nação “como qualquer outro”, caso ela resolvesse adotar a democracia. Enquanto grupo étnico mais numeroso, os russos não têm nada a perder, e tudo a ganhar, com a introdução de um sistema político genuinamente democrático, inexistente sob Putin.

Foi a dissolução da URSS que tornou possível redefinir a Rússia como um Estado-nação homogêneo. Nacionalistas agora temem, entretanto, que à medida que cidadãos soviéticos da Ásia Central e do sul do Cáucaso se mudem para a Rússia em massa, o caráter etnicamente russo do país seja diluído. De acordo com pesquisas de opinião, sentimentos anti-imigração e atitudes xenófobas estão difundidos na Rússia, indicando que grande parte da população compartilha os temores dos nacionalistas. O principal motor por trás do novo impulso para o Estado-nação e a democracia nacional na Rússia é, portanto, o desejo de “manter os estrangeiros distantes”. Especificamente, os nacionalistas insistem que a Rússia precisa introduzir exigências de visto para todos os cidadãos da Ásia Central e Azerbaijão.

Defender medidas como restrições de visto para imigrantes de certos países não é inerentemente não democrático; todos os Estados dispõem de regulamentações de entrada no país para cidadãos de outros países. Ao focar fortemente nesse tema, nacionalistas russos parecem ter encontrado uma fórmula que apela a um amplo eleitorado xenófobo, ao mesmo tempo em que mantém intactas suas credenciais democráticas. Mas os sentimentos xenófobos por trás da campanha

anti-imigração frequentemente descambam para uma rejeição geral a culturas e religiões “estrangeiras”, em particular o Islã, e para uma hostilidade explícita em relação a cidadãos muçulmanos da Federação Russa das repúblicas ao norte do Cáucaso. Os mais sofisticados entre os novos nacional-democratas conseguem combinar suas demandas nacionalistas pelo Estado russo com um compromisso crível com a democracia; outros executam esse exercício de equilíbrio de maneira menos elegante.¹

Tomando como base entrevistas com “novos” nacionalistas russos, realizadas em Moscou em outubro e novembro de 2013, esse artigo investiga o panorama mais amplo dentro do qual surgiu “o fenômeno Navalny”, e avalia sua coerência interna e possíveis inconsistências. Defendo que a nova aliança nacional-democrata é parcialmente tática e situacional: os massivos protestos em Moscou e em outros lugares contra as eleições parlamentares fraudulentas de dezembro de 2011 evidenciaram a vulnerabilidade do regime de Putin. Ele poderia ser abalado se as várias facções de oposição deixassem de lado suas diferenças e juntassem forças. Ao mesmo tempo, essa nova aliança também foi facilitada por um pensamento ideológico genuinamente novo no campo nacionalista e uma disposição a aceitar alguns princípios fundamentais das regras democráticas.

Qual é a relação entre os elementos étnicos e democráticos no pensamento nacional-democrata russo? Uma oportunidade inesperada para avaliar essa relação se apresentou com a crise na Crimeia em fevereiro e março de 2014. A anexação pela Rússia dessa região da Ucrânia podia ser justificada em termos étnicos, culturais e históricos, mas dificilmente por referências a princípios e procedimentos democráticos (embora isso também tenha sido tentado). A reação dos *natsdemy* e dos *natsliby* a esse evento poderia servir como um indicativo de seu compromisso com a democracia.

Da rejeição à aceitação

Na União Soviética, a dissidência política anticomunista vinha tanto de democratas quanto de nacionalistas, embora eles geralmente não estivessem de acordo e suas tentativas de aproximação sempre fossem frustradas. Democratas russos do movimento dissidente da era de estagnação de Brejnev prestavam pouca atenção à questão nacionalista, enquanto nacionalistas russos não viam razão para juntar forças nem com os ativistas liberais de direitos humanos nem com os movimentos nacionalistas em outras repúblicas. Enquanto nacionalistas dissidentes não russos queriam separação da URSS, nacionalistas russos viam a União Soviética inteira como sua pátria, una e indivisível.

Os próprios dissidentes nacionalistas russos eram um grupo diverso, abarcando desde adeptos do chauvinismo grão-russo e neofascistas até nacionalistas culturais preocupados com o patriarcado de Moscou e a preservação de vilarejos russos decadentes. O que todos tinham em comum era seu profundo ceticismo em relação ao estilo ocidental de democracia. O ensaio “A Word to the Nation” [Uma palavra à nação], de autoria anônima, que apareceu em *samizdat** no começo dos anos 1970, era uma declaração de linha dura, explicitamente racista e agressivamente contra o Ocidente.² Embora não se encontrasse tal condenação cabal da democracia entre os nacionalistas culturais russos, até mesmo eles viam a ideia de democracia com certa suspeita. Ainda que Aleksandr Soljenitsyn não tenha censurado abertamente a democracia por completo, tampouco a apoiava. Em seu discurso de colação de grau na Universidade Harvard, em 1978, Soljenitsyn lamentou que no Ocidente “a defesa de direitos individuais [havia] alcançado tal extremo a ponto de tornar a sociedade como um todo indefesa contra certos indivíduos”. Ele elaborou mais sobre o assunto na revista *Foreign Affairs* dois anos mais tarde. “Não consigo considerar uma

* Nos tempos da União Soviética, prática de cópia e distribuição clandestina de materiais impressos, para evitar a censura. [N. T.]

das virtudes da democracia sua impotência diante de pequenos grupos de terroristas [...] ou o apoio à especulação desenfreada à custa da moralidade pública”.³

Sob a *perestroika*, a reestruturação política e econômica implementada pelo premiê soviético Mikhail Gorbachev (1985-91), a democracia tornou-se palavra de ordem em Moscou. Um elemento crucial no programa político de Gorbachev era o que ele chamava de *demokratizatsiia*, que reconhecia que o sistema soviético, apesar de toda sua retórica, não era democrático. Embora as reformas de Gorbachev tenham sido posteriormente desacreditadas, por algum tempo o ideal da democracia permanecera intacto. A crescente e poderosa oposição, que apoiava Boris Iéltsin, assumiu o sistema político do Ocidente como modelo e, em março de 1990, a pouco organizada aliança Rússia Democrática saiu vitoriosa das eleições para o Parlamento russo.

Entretanto, logo as fissuras apareceram no fronte democrático, e vários partidos menores na Rússia Democrática desertaram para o campo nacionalista — ou “bloco de patriotas”, como preferiam ser chamados. Essa autodesignação era apropriada. Os “patriotas” antirreformistas não eram nacionalistas no sentido étnico: na verdade, opunham-se à crescente mobilização nacionalista nas repúblicas não russas, com seus tons crescentemente separatistas. Fossem comunistas ou czaristas, todos os patriotas russos concordavam que a URSS — sua pátria — tinha que permanecer intacta, levando a maioria deles a apoiar o fracassado golpe contra Gorbachev em agosto de 1991.

No início da era Iéltsin, a patriótica Frente de Salvação Nacional se consolidou como uma alternativa real aos democratas no poder. Os patrióticos se beneficiaram das reformas de Iéltsin orientadas ao mercado, que devastaram o orçamento da típica família russa. Aos olhos de muitos, o colapso econômico estava diretamente ligado ao novo sistema político “democrático” e o impasse entre Iéltsin e o parlamen-

to — que culminou com tropas leais ao presidente invadindo a sede presidencial do governo russo em outubro de 1993 e matando centenas de pessoas — parecia servir de prova da completa falência da própria democracia.

Ao longo dos anos 1990, e durante os primeiros anos da era Putin, a maior parte dos “nacionalistas” continuou a aderir ao programa “patriótico” ou “estatista”. A União Soviética havia desaparecido, mas a nostalgia em relação ao império perdido permanecia forte. Um novo quadro para o pensamento neoimperialista emergiu no “euroasianismo”, uma ideologia abraçada inicialmente por emigrantes russos no início dos anos 1920.⁴ Os novos eurasiaticistas enfatizavam as similaridades culturais entre Rússia e Ásia e insistiam que a Rússia rejeitasse o Ocidente e os valores ocidentais, tais como a democracia, e se voltasse ao Oriente.

A democracia e o novo etnonacionalismo

Somente quando os nacionalistas russos por fim abandonaram a esperança de restauração da antiga União Soviética e aceitaram a Federação Russa como a expressão política de sua nação é que começaram a considerar a democracia — no sentido ocidental — como um modelo. Essa mudança estava ligada a um novo entendimento de nação, no qual o etnonacionalismo substituíu o patriotismo estatista. Na URSS, o conceito de “nação” havia sido étnico e cultural.⁵ A nacionalidade de cada cidadão soviético era registrada em seu passaporte num campo diferente da cidadania. A URSS era, portanto, definida como um Estado multinacional, no qual cidadania e nacionalidade não coincidiam. A identidade da União Soviética como um todo estava baseada numa cidadania supraétnica, enquanto a identidade de cada república da União refletia a nacionalidade de seu principal grupo étnico, a “nação titular”. A única exceção era a República Socialista Federativa Soviética da Rússia (RSFSR), que não era etnicamente definida, mas era em si uma federação multinacional. Embora a nacionalidade étni-

ca russa também estivesse registrada nos passaportes, a maioria dos russos dava muito menos importância à identidade étnica do que os não russos. Para os russos de maneira geral, e nacionalistas russos em particular, a cidadania era mais importante do que a etnia. Eles viam a URSS, e não a RSFSR, como sua pátria.

Com a dissolução da União Soviética, muitos não russos sentiram que haviam ganhado uma pátria. Muitos russos, no entanto, sentiram que haviam perdido a sua — o que explica a força de sentimentos revanchistas à época. Gradualmente, entretanto, os russos se adaptaram a suas novas realidades, e o apoio à restauração da URSS diminuiu. Os nacionalistas passaram a enxergar a RSFSR, que se tornou a Federação Russa no dia 25 de dezembro de 1991, como um potencial Estado-nação como os europeus, em vez de um mero remanescente da União Soviética.

Poder-se-ia argumentar que foi isso que aconteceu. Certos políticos e acadêmicos russos — em especial, Valery Tishkov, diretor do Instituto de Etnografia e Antropologia — afirmaram que a Rússia agora *era* um Estado-nação.⁶ Nacionalistas, entretanto, reclamavam que faltava a esse conceito de nação um componente étnico. O campo de nacionalidade (ou seja, de etnia) nos passaportes russos se tornou opcional, enquanto a designação oficial do Estado permaneceu “multinacional”. Justamente no momento em que os não russos conquistaram seus Estados nacionais, afirmaram os etnonacionalistas russos, os russos foram novamente privados do seu; primeiro perderam a URSS, e agora a Rússia tampouco era o “seu” Estado.

Não é imediatamente claro por que esses sentimentos podem ter servido de impulso para a introdução do pensamento democrático no nacionalismo russo. Poder-se-ia esperar que isso levasse a algum tipo de ideologia etnocrática, que foi o que inicialmente aconteceu. Foi Aleksandr Sevastianov que introduziu pela primeira vez o termo “nacional-democracia” ao vocabulário nacionalista russo. *Nat-*

sional-Demokratiia [Nacional-democracia], livro de Sevastianov de 1996, detalhava um modelo de democracia que tinha pouco em comum com o entendimento padrão ocidental.⁷ Para Sevastianov, a nacional-democracia significa “democracia limitada pelo critério nacional”.⁸ A “nação” é definida etnicamente, e a nacional-democracia é uma democracia para e dentro de um grupo étnico somente. Embora russos componham a maioria na Federação Russa, esse modelo remete à “democracia” vivida pela minoria branca na África do Sul sob o *apartheid*. A maioria dos defensores da nacional-democracia na Rússia atual, entretanto, toma o estilo ocidental de democracia como seu ideal, e insiste que o modelo que se deseja introduzir é aquele do Estado-nação da Europa Ocidental. Em contraste com a ideologia eurasiânica, que rejeita a democracia *por ser* um conceito ocidental, os nacional-democratas abraçam-na precisamente por essa razão.

O compêndio do pensamento dos nacional-democratas russos contemporâneos que se segue está baseado em minhas entrevistas de outubro e novembro de 2013 com os líderes de dois partidos *natsdem* — Valery Solovei, do Novo Poder (NS, na sigla em russo), e Vladimir Tor, Konstantin Krylov e Sergei Sergeev do NDP — bem como Vladimir Milov e Sergei Javoronkov do partido Escolha Democrática (DV, na sigla em russo). Embora o DV se considere um partido liberal em vez de nacionalista, seu pensamento espelha em grande medida o de nacionalistas, e mostra o quão profundamente as perspectivas nacionalistas penetraram o campo liberal.⁹ Também me baseei em artigos do principal periódico *natsdem*, *Voprosi Natsionalizma* [Questões de nacionalismo] e livros de autoria de nacional-democratas russos.¹⁰

De acordo com Valery Solovei, do NS, “liberdade, democracia e justiça [são] a essência do Estado nacional, nacional no sentido europeu, com o qual sonham os nacionalistas sensatos na Rússia”. Se quiserem conquistar cargos por meio de eleições, então eles “precisam parar de ser *apenas* nacionalistas; em vez disso, devem se tornar (em primeiro lugar!) democratas e defensores do Estado social”. O pensamento de

Solovei é, ao mesmo tempo, baseado em princípios e pragmático: o estilo ocidental de democracia é não apenas desejável por suas qualidades intrínsecas, como também pode ajudar a levar os nacionalistas ao poder.

Os russos constituem a vasta maioria da população da Rússia e, de acordo com Konstantin Krylov do NDP, em todas as sociedades as pessoas tendem a votar para o partido que melhor representa seus interesses. Ainda assim, apoiar a democracia não é uma questão de escolher de maneira oportunista um sistema que envies os resultados em favor dos nacionalistas. Krylov argumenta que o nacionalismo e a democracia se pressupõem mutuamente, o que é confirmado pela história europeia. A primeira onda de nacionalismo europeu do século XIX era claramente um movimento de liberação democrática, alega Krylov, e, portanto, os nacionalistas seriam os únicos verdadeiramente democráticos da Rússia atual.

Sergei Sergeev, também do NDP, defende a democracia como o melhor sistema, também baseado tanto em pragmatismo quanto em princípios:

Primeiro, a democracia é hoje o único meio pelo qual é possível legitimar qualquer tipo de regime político. [...] Segundo, [...] [a globalização] trabalha em favor de uma oligarquia transnacional antitradicional global. Consequentemente, tradicionalistas não deveriam estar interessados em colocar em risco [mas em] fortalecer as instituições democráticas. Terceiro, quantos monarquistas ou comunistas na Rússia estão [...] dispostos a renunciar ao nível de liberdade do qual desfrutam hoje? Será que eles querem mesmo retornar a 1565 [e o governo de Ivan, o Terrível] ou a 1937 [e o Grande Expurgo de Stálin]? E, quarto, na Rússia atual [...] o nacional e o democrático basicamente coincidem.

Sergeev acredita que a introdução de um Estado-nação democrático na Rússia resultará na transformação gradual dos russos de sujeitos para cidadãos.

Os *natsdemy* russos encontram confirmação para sua crença em uma forte ligação entre democracia e nacionalismo em alguns pensadores ocidentais clássicos e modernos. Os *natsdemy* observam que grandes teóricos da democracia, como Max Weber, também eram profundamente nacionalistas, e que tanto John Stuart Mill quanto Robert Dahl acreditavam que a democracia funcionava melhor em Estados monoculturais do que em multinacionais. Citam a afirmação de Michael Billig de que o nacionalismo permeia o dia a dia de democracias consolidadas, e a refutação por Bernard Yack da outrora popular teoria do nacionalismo “cívico”.¹¹

Os *natsdemy* caracterizam como artificial qualquer tentativa de se introduzir uma distinção entre um “Estado-nação” (politicamente definido) e um “Estado nacional” (cultural, étnico). “Apesar dos falsos estereótipos que nos são empurrados, a democracia liberal está longe de ser não nacional; ao contrário, é profundamente nacionalista”, alega Sergeev. “Todos os Estados-nações modernos [...] possuem um núcleo étnico. [...] Noruega, Itália e Irlanda, e por aí vai”, afirma Vladimir Tor. “Russos não são marcianos, com necessidades diferentes das de outros povos”.

De fato, argumentam os *natsdemy*, o fato de que a Rússia também é lar de milhões de não russos, muitos dos quais praticam outras religiões que não a ortodoxa russa, não é razão para negar aos russos seu próprio Estado-nação. O mesmo se passa na maioria dos Estados-nações. De acordo com Krylov, os *natsdemy* buscam introduzir um regime político que trará a democracia não apenas para a maioria (como no conceito de Sevastianov), mas para todos. “Não é necessário introduzir nenhuma distinção étnica na população. Pelo contrário, acreditamos que todos os cidadãos devam ter direitos iguais; isso será mais do que suficiente.” Krylov também defende dar a todos os grupos não russos do país os mesmos direitos culturais encontrados tanto em documentos da União Europeia a respeito de minorias étnicas quanto na Convenção-Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais

do Conselho da Europa. Os *natsdemy* são bem mais relutantes em ampliar os direitos territoriais e políticos dos quais gozam as minorias na Federação Russa atualmente. Alguns *natsdemy*, entretanto, estariam dispostos a conceder a cidadãos de cada república étnica o direito de decidir se o status político especial daquela república deveria ser abolido. Nesse caso, os *natsdemy* estimam que apenas aquelas repúblicas de maioria não russa seriam mantidas uma vez que, de acordo com sua visão, a maioria das pessoas votariam de maneira etnonacionalista.

Embora os *natsdemy* insistam que não há contradição entre um entendimento etnocultural e um cívico-político de democracia, reconhecem haver certa disparidade entre o *ethnos* e o *demos* mesmo em Estados-nações. Alguns membros da nação étnica não são membros da nação política, e vice-versa. Líderes de Estados-nações podem reduzir essa disparidade de duas formas: (1) por meio de uma política de assimilação (voluntária) de minorias à nação titular, e (2) ao encorajar o retorno do exterior de membros da mesma etnia. A diáspora russa que vive em antigas repúblicas soviéticas é vista como parte da nação russa. Isso faz dos russos “a maior nação dividida do mundo”, de acordo com Vladimir Tor — uma situação intolerável que deveria ser corrigida. De acordo com a visão dos *natsdemy*, o Estado russo tem a responsabilidade de proteger os etnicamente russos, onde quer que eles estejam. Eles também deveriam ter o direito de se mudar para a Rússia. Portanto, espera-se do Estado russo que persiga uma política não étnica em relação a seus próprios cidadãos, ao mesmo tempo em que use um critério étnico para determinar a quem, entre os cidadãos de Estados vizinhos, deveria ser permitido imigrar.

De maneira ainda mais controversa, alguns etnonacionalistas russos permitiriam que russos que vivem em pequenos assentamentos fora da Rússia realizassem referendos sobre a unificação de seu território com a Rússia. Vladimir Tor alega, de maneira pouco honesta, que a reunificação alemã em 1990 aconteceu por meio de processo

similar, no qual os estados da Alemanha Oriental realizaram referendos sobre a união com a Alemanha Ocidental, e foram aceitos como novos estados-membros com base nisso. O paralelo entre o proposto referendo da diáspora russa e a situação das duas Alemanhas após a queda do Muro de Berlim, entretanto, está longe de ser perfeito. Além disso, a maioria dos etnonacionalistas russos estariam extremamente relutantes em permitir que residentes de repúblicas de etnia majoritariamente russa similarmente votassem para se separar da Rússia, embora pareçam haver atitudes a esse respeito em curso.

Mais e mais nacionalistas russos agora questionam a decisão de manter o norte do Cáucaso como parte da Federação Russa. Algumas repúblicas do Cáucaso — Daguestão, por exemplo — são viveiros de terrorismo. Outras, como a Chechênia, são um dreno no tesouro russo. Além do mais, alegam os nacionalistas, as gangues criminosas chechenas, que frequentemente possuem ligações com o governo checheno, operam livremente em Moscou e em outras cidades russas. Como resultado, alguns nacionalistas veem a Chechênia, ou mesmo todo o norte do Cáucaso, como uma úlcera no sistema político russo, que precisa ser expurgada.

Os *natsdemy* acreditam que a separação do Cáucaso deveria resultar não de referendos locais, mas de decisões feitas em Moscou baseadas nos interesses da população russa (e não da caucasiana). Tal separação territorial, explica Tor, deveria ser acompanhada de uma deportação em massa de norte-caucasianos da Rússia para suas pátrias de origem, e do isolamento do sul da Rússia de toda a região por meio de grandes muros erguidos na fronteira. Tor reconhece que tal deportação seria custosa em termos de gastos financeiros para o Estado russo (o custo humano não parece ser preocupação). O governo russo deveria, portanto, calcular a solução menos custosa — separar e isolar o norte do Cáucaso ou continuar convivendo com o terrorismo e crimes étnicos com origem na região.

Os liberais nacionalistas

O que faz da nacional-democracia uma força importante de ser considerada na política russa é o fato de ela se confrontar com um movimento similar vindo da direção contrária — liberais que abraçam partes significativas da agenda nacionalista. Esse movimento nacional-liberal (*natslib*) está associado em particular a dois nomes, o líder da Escolha Democrática, Vladimir Milov, e o líder da Aliança Popular, Alexei Navalny.

Milov lamenta o fato de que importantes líderes da oposição liberal temam o uso da palavra “russo” (*russkii*) e fujam de questões nacionais como “o diabo da cruz”. “Não é de se espantar, portanto, que uma parte significativa da população veja a oposição liberal-democrata como *antirrussos*”. O nacionalismo, argumenta Milov, não é apenas uma força destrutiva. Existe um nacionalismo positivo, como foi o caso das revoluções do Leste Europeu, e os liberais deveriam se esforçar para garantir que uma versão civilizada e construtiva do nacionalismo triunfe na Rússia.

Milov observa com satisfação que o slogan “Fora Europa — nós somos da Eurásia” foi substituído no discurso nacionalista russo por “Pare de alimentar o Cáucaso — nós somos da Europa”. Como os *natsdemy*, Milov vê “o Cáucaso, onde nenhuma lei funciona, [como] uma ameaça real ao futuro da Rússia como um país europeu”. Na visão de Milov, “o que o Kremlin mais teme, acima de tudo, é uma situação onde democratas moderados e nacionalistas moderados cooperem sobre questões importantes e urgentes como a questão do Cáucaso”.¹²

Alexei Navalny é o político *natslib* mais conhecido atualmente. Em 2007, ele e outros ativistas nacionalistas fundaram a organização NAROD (Movimento Nacional de Libertação Russa), que visava tanto à democratização quanto a promoção de valores nacionais (nacionalistas).

[Na Rússia,] todos os atributos básicos da democracia — divisão de poderes, eleições livres, estrutura de Estado federal, autogoverno

local, judiciário independente —, para todos os efeitos práticos, foram eliminados. [...] Acreditamos que o povo russo [...] conquistou o direito de viver em uma democracia. [...] Aqueles que alegam que os russos não são maduros o bastante para a democracia insultam a dignidade nacional de nosso povo.

Além disso, um Estado democrático russo deveria buscar “pôr fim à degradação da civilização russa e criar condições sob as quais o povo russo e sua cultura e língua possam ser preservados e desenvolver-se sobre seu território histórico”.¹³ O manifesto do NAROD faz consistente uso da palavra *russkii* para “russo”, um termo com conotação cultural e étnica, em vez do conceito supraétnico *rossiiskii*.

À época ainda um membro do Iabloko, Navalny instou o partido a adotar as ideias básicas do NAROD, e foi expulso do partido. Navalny participou diversas vezes da anual “Marcha Russa”, que reúne milhares de manifestantes nas ruas de Moscou. “Se desconsiderarmos esses indivíduos isolados que gritam ‘*Sieg heil*’”, afirma Navalny, “as marchas refletem a verdadeira agenda de muitas pessoas”. Em 2013, Navalny se recusou a participar da marcha, temendo evidentemente que fosse fotografado perto de alguém fazendo a saudação nazista. Mesmo assim, ele encorajou outras “pessoas normais com inclinações conservadoras” a participar, argumentando que “os novos líderes nacionalistas Krylov, [Aleksandr] Belov, Tor e outros trabalharam duro para tornar possível que o nacionalismo político russo existisse em um formato europeu aceitável”.

A linhagem nacionalista da oposição russa tornou-se tão forte que alcançou até mesmo a isolada cela do mais conhecido prisioneiro político da Rússia, Mikhail Khodorkovsky. Em meados de 2012, o jornal liberal *Novaia Gazeta* publicou uma série de três artigos de Khodorkovsky sobre o “social-liberalismo”, o último dos quais focava no relacionamento entre “o nacional e o social-liberalismo”. Nele, Khodorkovsky argumentou contra a percepção comum de que liberalismo e nacionalismo são opostos: “O nacionalismo genuíno precisa

ser liberal. Um povo se torna uma nação quando liberdade se torna um de seus valores fundamentais”. O nacionalismo liberal reconhece que cada nação tem o direito a seu próprio Estado democrático. Nesse sentido, a Rússia é uma anomalia, de acordo com Khodorkovsky. Por quase um século, tanto durante quanto depois da URSS, os russos foram privados desse direito básico, que foi concedido a tantas outras nações menores, mesmo algumas de dentro do Estado russo supranacional. “De um ponto de vista liberal”, conclui Khodorkovsky, “a questão nacional é um dos temas fundamentais que pode e deve ser resolvido na Rússia atual”.¹⁴ Essa é uma posição facilmente defendida por Navalny, Milov e os *natsdemy* do NDP.

A anexação da Crimeia

Há três temas-chave no pensamento e objetivos dos *natsdemy* e dos *natsliby*: (1) *etnonacionalismo* — um foco nos interesses e necessidades daqueles de etnia russa; (2) *democracia* — um programa para introduzir uma democracia genuína na Rússia; e (3) *anti-Putinismo* — resultado natural dos dois primeiros já que, aos olhos dos novos nacionalistas, a trajetória política de Putin é tanto antidemocrática quanto direcionada contra os interesses das pessoas de etnia russa.

Mas e se os nacional-democratas da Rússia fossem forçados a escolher entre democracia e os interesses étnico-nacionais russos? Os eventos dramáticos na Ucrânia no inverno de 2013-14 e, em particular, a anexação russa da Crimeia, fornecem um *insight* sobre como os nacional-democratas responderiam a tal dilema. O Kremlin empregou uma nova retórica para justificar ao público russo a incursão e subsequente anexação da Crimeia. Tomando emprestado inúmeros pontos e frases diretamente do léxico étnico-nacionalista, Putin alegou em seu discurso na Assembleia Federal Russa no dia 18 de março que, com a dissolução da União Soviética, “o povo russo [havia] se tornado a maior nação dividida do mundo”.¹⁵ Por “povo russo”, claramente se

referia não ao “povo (multiétnico) da Rússia”, mas aos de “etnia russa” — onde quer que eles estivessem.

É verdade que também foram oferecidas justificativas baseadas na democracia para a “apropriação de terras” da Crimeia (nas palavras do vice-presidente dos EUA, Joe Biden) — por exemplo, ao dizer que o povo da Crimeia havia simplesmente exercido seu direito à autodeterminação por meio de um referendo. Obviamente, as circunstâncias por trás desse referendo, como a presença de milhares de soldados russos, foram altamente duvidosas. A pretensa desculpa para a anexação era, portanto, flagrantemente falsa.

Essa situação colocou os *natsdemy* e os *natsliby* diante de um dilema: deveriam endossar o ato surpresa de Putin, já que ele havia agora abraçado (pelo menos nas aparências) sua própria versão de nacionalismo? Ou deveriam continuar a rejeitar seu governo, já que ele claramente *não* havia se convertido para a democracia, a outra importante proposta de seus programas? Com base em artigos na Internet dos líderes dos quatro principais partidos nacional-democratas, postados entre fevereiro e março de 2014, bem como em comunicações pessoais com três deles, parece que os políticos opositoristas russos analisados aqui buscaram resolver o dilema de diferentes maneiras.¹⁶

O líder do partido Novo Poder, Valery Solovei, acredita que o Kremlin subestimou o grau até o qual a população ucraniana seria capaz de constituir uma nação política homogêna, 23 anos após a dissolução da União Soviética. Nem mesmo as pessoas de etnia russa da Ucrânia queriam que seu Estado se fragmentasse. Os protestos Euromaidan, entretanto, aumentaram significativamente a influência da direita radical e de elementos extremistas da política ucraniana, colocando em risco a frágil união da nação ucraniana. Foi essa a situação que Putin explorou em uma “audaciosa ação, beirando a verdadeira grandeza”, com sua campanha para reunir a Crimeia com a Rússia. Diz Solovei: “Sou um liberal, um democrata e um nacionalista. Rejeito o regime

de Putin. Mas sou um liberal, um democrata e nacionalista *russo*. [...] Para mim, o que aconteceu não é uma anexação, mas o retorno ao seio de nossa pátria de uma parte que havia sido arrancada”.

Solovei está convencido de que Putin pessoalmente não pensa em termos de categorias de Estado-nação. A situação das pessoas de etnia russa na Rússia é, na visão de Solovei, lamentável, e o regime de Putin certamente continuará a encarar os verdadeiros nacionalistas russos como seus inimigos. Mas, objetivamente falando, Putin não mais se esforça para reviver o império; em vez disso, está construindo um Estado-nação russo.¹⁷

O líder do NDP Konstantin Krylov compartilha parte das ideias de Solovei, mas tira conclusões diferentes. Como Solovei, Krylov está preocupado primeiramente com os direitos e interesses de todas as pessoas de etnia russa, e certamente aquelas na Crimeia e em outras partes da Ucrânia. Krylov também acredita que o Estado russo possui um indisputável direito histórico à Crimeia, e acredita que o princípio da “integridade territorial de Estados” não deve ser fetichizado. De fato, não apenas a Crimeia, mas também o leste e o sul da Ucrânia foram ilegalmente arrancados da Rússia sob a ditadura comunista.

Krylov não está preocupado com direitos do *Estado*, mas com os *interesses das pessoas de etnia russa*. Para os russos da Ucrânia, a reunificação com a Rússia — ou “*Anschluss*”, como ele se refere a ela — dificilmente será uma bênção.¹⁸ Resgatá-los do perigo de “ucranificação” apenas os moverá da panela para a chama — para o cativeiro do regime terrorista de Moscou. Krylov acredita que a Rússia estava “totalmente justificada” em mobilizar tropas para a Crimeia como parte de um esforço humanitário para proteger os russos que vivem lá da ucranificação, mas não para facilitar a anexação. “A captura do território de outro Estado por meios militares não é apenas amoral, mas também sem sentido do ponto de vista da *Realpolitik*”.

Além disso, argumenta Krylov, se a intervenção militar na Crimeia fosse justificada pela necessidade de proteger as pessoas de etnia russa, então seria ainda *mais* justificado o envio de tropas para pôr fim à “desrussificação” que atualmente ocorre *dentro* da Rússia. A solução ideal para a Crimeia teria sido a de conceder a ela o status de unidade autônoma dentro da Ucrânia, com um autogoverno genuíno.

No fim de fevereiro de 2014, o líder da Aliança Popular, Alexei Navalny, foi sentenciado à prisão domiciliar e impedido de usar a Internet. Tem sido portanto incapaz de comunicar seus pensamentos a respeito da crise na Crimeia, mas seus amigos os têm transmitido ao público. Navalny assumiu uma posição inequívoca contra a anexação da Crimeia. É verdade que ele aceita que a transferência da península da RSFSR para a Ucrânia sob o governo de Nikita Khrushchov em 1954 tenha sido arbitrária e ilegal, mas na Europa de hoje mudanças unilaterais de fronteira por via militar são inaceitáveis. Além disso, como a Rússia condenou veementemente a intervenção militar ocidental durante a Guerra do Kosovo, deve abster-se de cometer atos similares.¹⁹ Em Budapeste em 1994, a Rússia concordou em respeitar a integridade territorial da Ucrânia quando esta concordara em abandonar suas armas nucleares. Na visão de Navalny, “a Rússia deu sua palavra, isso deveria ter algum valor”.

A justificativa russa oficial para a anexação — de que os direitos dos russos na Crimeia estavam sob ameaça — é simplesmente “uma lorota e uma provocação arquitetadas no Kremlin”. Afinal, a língua russa predomina na península. Se as autoridades russas estivessem genuinamente preocupadas com a situação dos russos nas vizinhanças, teriam agido quando centenas de milhares de russos foram expulsos do Uzbequistão e Tajiquistão nos anos 1990. Não o fizeram. Por fim, a anexação da Crimeia também é contrária aos interesses do Estado russo. A economia russa sofrerá, e será muito mais difícil argumentar contra a secessão de subdivisões da Federação Russa. O episódio da Crimeia como um todo é, portanto, “um enorme erro estratégico”.

O líder do DV, Vladimir Milov, ecoa muitos dos argumentos de Navalny. Milov havia previamente servido como vice-ministro de Energia e, portanto, fala com alguma autoridade quando afirma que a anexação da Crimeia resultará em um grande dreno para o orçamento do Estado russo. Como Navalny, Milov também acredita que a Rússia deveria honrar sua promessa de 1994 de respeitar o território ucraniano. Milov também acredita que a ucranificação não estava ocorrendo na Crimeia. “Na verdade, em nossas próprias repúblicas islâmicas, a desrussificação vem acontecendo a uma taxa muito mais acelerada”. Mesmo que a Ucrânia não seja formalmente uma federação, para todos os fins práticos tem funcionado como tal, afirma Milov. Por muito tempo, cada região tem tido vida própria. E embora as pessoas do leste da Ucrânia possam simpatizar com a Rússia e não gostar dos nacionalistas do oeste da Ucrânia, “isso não significa de maneira alguma que desejem ardentemente ser espezzinhados pela ditadura de Putin”.²⁰

Milov reconhece que na última década os ultranacionalistas ucranianos aumentaram consideravelmente sua influência na política do país. Houve um tempo em que partidos como o Svoboda obtinha menos de 1% dos votos; agora o partido possui vários ministros no governo.

Mas consideremos o que aconteceu na Ucrânia durante aquele período. Desde 2004, seu vizinho ao leste tem se intrometido em seus assuntos internos em um grau sem precedente. De maneira agressiva, esse vizinho tentou vender à Ucrânia seus candidatos preferidos nas eleições presidenciais; começou uma “guerra do gás” contra ele; tentou ativamente tirar a Ucrânia do caminho da integração europeia; e por todos os meios tentou arrastá-la para o “clube da Eurásia” de ditaduras.

Milov entende que, para a Rússia, o Euromaidan era simplesmente um caso de galinhas voltando para o poleiro.

Os quatro líderes nacional-democratas cujas declarações foram analisadas aqui abordaram o assunto espinhoso da questão da Crimeia

de ângulos um tanto diferentes. Solovei e Krylov argumentam explícita e consistentemente em termos de interesses étnicos, enquanto Navalny e Milov estão muito mais preocupados com direitos democráticos, obrigações legais e consequências políticas. Ainda assim, Krylov não se desviou de sua posição anti-Putin. Apenas Solovei parece ter sido atraído pela euforia patriótica geral pela qual a Rússia está atualmente tomada. Isso é bastante impressionante em uma atmosfera na qual há uma enorme pressão de união em torno da bandeira russa. Embora 443 dos 450 deputados da Duma Federal tenham votado a favor da anexação da Crimeia, a oposição nacional-democrata extra-parlamentar na Rússia, na maior parte das vezes, simplesmente não mordeu a isca étnica de Putin.

Ainda assim, a crise da Crimeia revelou uma clara cisão dentro da oposição nacional-democrata, que segue basicamente a divisão entre aqueles a quem me referi como *natsdemy* e *natsliby*, respectivamente. Vladimir Milov escreveu que uma “divisão severa” está emergindo “dentro da comunidade nacional-democrata sobre a questão da Ucrânia/Crimeia”. De um lado estão aqueles que acreditam que “os nacional-democratas deveriam fazer dos interesses nacionais das pessoas de etnia russa [...] a prioridade máxima”. Em outras palavras, “o que é bom para aqueles de etnia russa é bom para todos, e nada mais importa”. Do outro lado estão aqueles que acreditam “que algumas nações são nossas aliadas e dão às pessoas de etnia russa um espaço confortável para viver apesar de algumas inconveniências [...]. Esses países deveriam ser tratados como ‘espaços amigáveis aos russos’ nos quais, obviamente, está incluída a Ucrânia e o Ocidente de maneira geral, onde russos vivem de confortavelmente”.²¹

Milov atribui a primeira posição a Konstantin Krylov e os *natsdemy*; a segunda posição reflete sua própria visão. Parece, portanto, que os dois afluentes que corriam juntos para formar o movimento nacional-democrata podem agora, como resultado da crise na Crimeia, encontrar seus próprios leitos novamente.

Notas

Esse ensaio foi produzido a partir de “Nation-Building and Nationalism in Today’s Russia (NEORUSS)” [Construção de Estados e nacionalismo na Rússia atual], um projeto de pesquisa (n. 220599) financiado pelo Conselho de Pesquisa da Noruega.

1. Ver Marlène Laruelle, “Alexei Navalny and Challenges in Reconciling ‘Nationalism’ and ‘Liberalism’”, *Post-Soviet Affairs*, 30(4), janeiro de 2014.

2. *Slovo natsii*, reproduzido em *Voprosy natsionalizma*, n. 6 (2011), pp. 223–35. O título também pode ser traduzido como “A nação fala”. Posteriormente foi revelado que o autor era Anatolii Ivanov-Skuratov.

3. Aleksandr Soljenitsin, “A World Split Apart”, em seu *East and West* (Nova York: Harper and Row, 1978), p. 49; Soljenitsyn, “Misconceptions About Russia Are a Threat to America”, *Foreign Affairs*, 58(4), Spring 1980, p. 828.

4. Marlène Laruelle, *Russian Eurasianism: An Ideology of Empire* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2008).

5. O conceito relacionado de “povo” (*narod*) era usado às vezes em um sentido étnico, e outras vezes em sentido cívico.

6. V. A. Tishkov, *Rossiiskii narod* [O povo russo] (Moscou: Prosveshchenie, 2010); V. A. Tishkov (Ed.), *Rossiiskaia natsiia, Stanovlenie i etnokulturnoe mnogoobrazie* [A nação russa: Sua origem e diversidade étnico-cultural] (Moscou: Nauka, 2011); entrevista do autor, Moscou, novembro de 2013.

7. Aleksandr Sevastianov, *Natsional-demokratiia, ili, novyi realizm* [Nacional-democracia, ou o novo realismo], Moscou, 1996.

8. Aleksandr Sevastianov, *Russkii natsionalizm: ego druziia i vragi* [Nacionalismo russo: Seus aliados e inimigos] (Moscou: Russkaia pravda, 2008), p. 20.

9. Daqui em diante, todas as referências a declarações de líderes políticos listadas aqui vêm dessas entrevistas, a menos que especificado de outra forma.

10. Sergei Sergeev, *Prishestvie natsii?* [A nação está vindo?] (Moscou: Skimen, 2010); Aleksandr Khramov, *Katekhizis natsional-demokrata* [Um catecismo da nacional-democracia] (Moscou: Skimen', 2011); Tatiana Solovei e Valerii Solovei, *Ne sostaiavshaiasia revoliutsiia* [A revolução que nunca aconteceu] (Moscou: ACT Astrel', 2011).

11. Ver Michael Billig, *Banal Nationalism* (Londres: Sage, 1995), e Bernard Yack, "The Myth of the Civic Nation" in Ronald Beiner (Ed.), *Theorizing Nationalism* (Albany [EUA]: SUNY Press, 1999). Ver também Sergeev, *Prishestvie natsii?*

12. Vladimir Milov, "Otvét Sergeyu Aleksashenko po voprosu natsionalizma" [Resposta a Sergei Aleksashenko sobre nacionalismo], <http://v-milov.livejournal.com/361263.html>

13. Ver <http://www.apn.ru/opinions/print17321.htm>

14. Mikhail Khodorkovsky, "Mezhdu imperiei i natsional'nym gosudarstvom" [Entre o império e o Estado-nação], *Novaia Gazeta*, 14 de julho de 2012, <http://www.novayagazeta.ru/politics/53088.html>

15. Vladimir Putin, "Obrashhenie Prezidenta Rossiiskoi Federatsii" [Um discurso do presidente da Federação Russa], <http://news.kremlin.ru/news/20603>, 18 de março de 2014.

16. Consultei um grande número de documentos frequentemente pequenos para essa seção. Seria impossível fazer referência a cada um deles individualmente, então incluí uma referência cada para Krylov, Milov, Navalny e Solovei. Nem tudo o que escrevi sobre eles foi pego desses textos; de fato, minhas fontes são pelo menos três a quatro vezes mais numerosas do que aquelas listadas aqui. Também troquei correspondência pessoal com Krylov, Milov e Solovei.

17. Valerii Solovei, "Natsiia, ne imperiia" [Nação, não império], <http://novayasila.org/lenta/news602>, 18 de março de 2014.

18. Konstantin Krylov, "O pozitsii po ukrainskomu voprosu" [(Minha) posição sobre a questão ucraniana], *Russkii obozrevatel'*, 4 de março de 2014, <http://www.rus-obr.ru/blog/29883>

19. Stanislav Eliseev, "Navalny: Martovskie tezisy, ili razviornutaia pozitsiia po Ukraine i Krymu" [Navalny: Suas teses de março, ou uma longa apresentação de

sua posição sobre Ucrânia e Crimeia], <http://slon.ru/fast/russia/navalnyy-martovskie-tezisy-ili-razvernutaya-pozitsiya-po-ukraine-i-krymu-1069397.html>, 12 de março de 2014.

20. Vladimir Milov, “Ukraina: pochemu tak poluchilos i v chem uroki dlia Rossii” [Ucrânia: por que isso aconteceu e quais as lições para a Rússia], http://slon.ru/world/milov_pro_ukrainu_-1060888.html, 24 de fevereiro de 2014.

21. Comunicação pessoal, 20 de março de 2014.

Dossiê Ucrânia

A CASA QUE YANUKOVYCH CONSTRUIU*

Serhiy Kudelia

Serhiy Kudelia é professor-assistente de ciência política da Baylor University. Escreve amplamente sobre questões pós-soviéticas e pós-comunistas, e é coautor de The Strategy of Campaigning: Lessons from Ronald Reagan and Boris Yeltsin [A estratégia de campanha: Lições de Ronald Reagan e Boris Yeltsin] (2008).

No arco dos eventos recentes envolvendo a Ucrânia — um país cuja situação agora é considerada por muitos um ponto de inflexão na história pós-Guerra Fria —, o repentino exílio do presidente Viktor Yanukovich, em 21 de fevereiro de 2014, destaca-se como o momento crucial. Quando sua comitiva deixou Kiev em direção a Kharkov ao leste (e, por fim, à Rússia) naquela fria noite de inverno, a viagem não era meramente de um lugar para outro no mapa mas, em certo sentido, de uma era história para a seguinte.

A ironia viajou com ele. Yanukovich havia sido eleito por estreita margem por um eleitorado regionalmente dividido, com a promessa de trazer estabilidade para um país devastado por anos de discordância. Ainda assim, sua presidência chegou ao fim de forma prematura no meio de uma polarização interna sem precedentes e de uma onda de violência contra civis promovida pelo Estado jamais vista na Ucrânia

*Publicado originalmente como “The House that Yanukovich Built”, *Journal of Democracy*, Volume 25, Número 3, Julho de 2014 © 2014 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

independente. Dependendo da coerção do público e do clientelismo partidário (assim como a Rússia de Vladimir Putin), Yanukovich tentou manter o controle sobre o Estado e entregou-se ao forte desejo de silenciar os dissidentes. Mesmo assim, as peculiares características estruturais da Ucrânia (sobretudo suas preferências regionais fortemente divergentes) e seus próprios equívocos frustraram seus planos de consolidação autoritária e lhe custaram seu cargo.

Externamente, a expulsão de Yanukovich tornou-se um pretexto para a interferência russa na soberania da Ucrânia, com Moscou contestando a legitimidade de seu afastamento, assumindo o controle da península da Crimeia e promovendo uma pressão separatista ao sul e ao leste. A Ucrânia e seu governo pós-Yanukovich sob o presidente Petro Poroshenko (eleito em 25 de maio) precisa agora lutar não apenas contra os problemas usuais de democracia e governança, mas com desafios básicos do Estado, enquanto o mundo democrático luta para encontrar uma resposta apropriada ao “projeto eurasiático” de Putin.

O mal governo de Yanukovich, a reação popular contra ele, e o modo como caiu estremeceram as fundações do ainda nascente e problemático Estado da Ucrânia. No entanto, não havia nada preparado para esse cenário. Yanukovich dispunha de instintos políticos bons o bastante para transformar uma derrota humilhante nas eleições presidenciais de 2004 em uma vitória nas urnas seis anos mais tarde. Mas uma vez no cargo, sua sede por poder e fortuna se mostrou devastadora tanto para ele quanto para seu país. Para entender as razões do efeito destrutivo da presidência de Yanukovich, é preciso olhar para a maneira pela qual ele reconfigurou o regime político da Ucrânia e as estratégias que ele adotou para manter o poder.

Quando Yanukovich se tornou presidente, em fevereiro de 2010, tanto seu mandato quanto seus poderes formais eram limitados. Ainda assim, nenhuma dessas limitações o restringiu. Embora eleito por uma estreita margem, ele desprezou críticos tanto da oposição quanto de

seu próprio grupo político e continuou a agir como se houvesse tido uma vitória esmagadora. Com a ajuda de tribunais submissos, ele expandiu o alcance de seus poderes formais para muito além do que fora exercido por qualquer presidente anterior. O Partido das Regiões (PR) reviveu sua carreira política e o lançou ao poder ao conquistar os votos em sua base ao leste, formado, majoritariamente, pelo eleitorado de língua russa. Ainda assim, ele marginalizou o PR para promover um grupo de apoiadores.

Na esteira da Revolução Laranja, Yanukovych parecia estar acabado. Sua tentativa frustrada de fraudar a acirrada disputa presidencial de 2004, somada às humilhantes revelações a respeito de seu histórico criminal (quando jovem, passou vários anos preso por roubo e agressão), deveria ter posto um fim a qualquer ambição política futura. No entanto, no decorrer do mandato do rival Viktor Yushchenko de 2005 a 2010, a ascensão de Yanukovych à presidência tornou-se inevitável. Diz-se que Yanukovych não conquistou o poder, mas sim Yushchenko e sua eventual aliada Yulia Tymoshenko o perderam, ao alienarem seus eleitores por meio de disputas entre si.

Essa narrativa padrão, entretanto, falha em reconhecer quão efetivo foi o PR, especialmente quando se tratava de politizar diferenças culturais e linguísticas dentro da Ucrânia. Em 2005, o partido emergiu como um refúgio para todos os antigos membros do governo ameaçados pelas novas autoridades. De seu núcleo, na elite regional da populosa e altamente industrializada Bacia do Donets (Donbass), no extremo leste da Ucrânia, ele atraiu rapidamente pequenos partidos e figuras consolidadas de toda a parte leste e sul do país. Isso permitiu que o PR se posicionasse como um representante dos eleitores de língua russa de maneira geral, defendendo sua identidade e promovendo suas preferências políticas. A plataforma do partido defendia o aumento do status da língua russa, a renovação de laços mais próximos com a Rússia, a busca da neutralidade na esfera da segurança internacional e a descentralização do poder para as regiões. O apoio financeiro veio

de vários dos maiores magnatas da Ucrânia, incluindo Rinat Akhmetov e o empresário de gás natural Dmytro Firtash, cujo canal nacional de televisão tornou-se um veículo-chave de mídia para Yanukovych e seus aliados.

Com a economia em dificuldades (o PIB encolheu 15% em 2009), os Laranjas ainda divididos e uma máquina política bem azeitada apoiando-o, Yanukovych entrou na campanha presidencial de 2010 em boa forma. Mesmo assim, sua vitória estava longe de ser estrondosa. Sua margem sobre Tymoshenko foi de menos de um milhão de votos, conquistando ainda menos votos ao leste e ao sul do que havia recebido em 2004. Ele permanecia uma figura controversa, explorando as mesmas clivagens cultural e regional que haviam se tornado fortemente politizadas no ano anterior. Em 2010, essas clivagens serviram de base para a primeira “eleição de alinhamento” da história do país.¹ Durante o segundo turno, em 7 de fevereiro de 2010, Yanukovych conquistou 78,5% dos votos no leste da Ucrânia, enquanto Tymoshenko obteve 80% a oeste. Ele não conseguiu atingir a marca de 50% nacionalmente, terminando logo abaixo dos 49%. Diante dessa situação — um mandato estreito de um grupo decrescente e regionalmente concentrado de eleitores —, Yanukovych poderia ter reagido ajustando suas políticas e dialogando com um eleitorado mais amplo. Em vez disso, ele imediatamente começou a trabalhar nos bastidores para ampliar seus poderes.

Rumo ao retorno do autoritarismo

Yanukovych passou seu primeiro ano no cargo preparando o terreno para um governo autoritário. Ao fazê-lo, ajudou a transformar a democracia eleitoral minimalista da Ucrânia em um sistema eleitoral autoritário. Havia um alto nível de competição, mas também um processo eleitoral frágil, poucos controles formais sobre o Executivo, e firme controle presidencial sobre várias e importantes instituições “independentes”.² A base do sistema foi estabelecida em 1º de outubro de

2010, quando uma submissa Corte Constitucional derrubou as mudanças constitucionais trazidas pela Revolução Laranja e reestabeleceu o modelo superpresidencialista. As emendas de dezembro de 2004, que haviam conferido ao parlamento o poder de formar um governo, haviam sido parte de um pacto de elite mais amplo para oferecer uma saída pacífica para a crise da Revolução Laranja. O PR havia apoiado fortemente esse novo papel para o Legislativo e, posteriormente, defendeu até mesmo uma transição para o parlamentarismo. Assim que Yanukovych chegou ao poder, no entanto, o partido reverteu sua posição e começou a defender uma presidência mais forte. Com votos insuficientes na Verkhovna Rada (o parlamento unicameral da Ucrânia, com 450 assentos) para alterar a Constituição, o caminho para o superpresidencialismo passava por manobras judiciais para reestabelecer a Constituição de 1996, descartando as emendas de 2004 por razões procedimentais. Feito isso, Yanukovych imediatamente conquistou amplos poderes unilaterais para nomear e demitir membros do Executivo, enquanto um conjunto de regulamentos posteriormente aprovados exigiam a anuência do presidente para qualquer iniciativa do governo. De maneira significativa, seus poderes pessoais significavam que ele poderia colocar seu próprio pessoal nos principais cargos responsáveis pela aplicação da lei, sem o envolvimento do parlamento. Ele era agora o principal ator político do país não apenas informalmente, mas também formalmente.

Até então, nenhum partido isoladamente havia dominado as estruturas de poder da Ucrânia. O PR mudou isso e tornou-se o novo partido do poder, ajudando a ligar os vários níveis da burocracia ao presidente. Ele conquistou controle quase exclusivo sobre os principais cargos dos governos central e regionais, bem como em inúmeras agências do Executivo. O novo presidente do PR, Mikola Azarov, tornou-se o primeiro ministro, enquanto dois terços das pastas ministeriais e quase 90% de todos os governos regionais foram para membros do partido. Cada membro do partido nomeado para o governo de um *oblast* (na

Ucrânia, governadores são indicações presidenciais) também se tornou presidente da organização local do PR, fundindo portanto partido e Estado. Após as eleições locais de outubro de 2010, o PR também cooptou políticos independentes para dominar os legislativos locais em praticamente todo o país, com exceção de três *oblasts* no extremo oeste. A confiança de Yanukovych em seu partido tornou-se uma inovação importante e tornou seu regime mais coeso.

A maioria parlamentar também sofreu uma reconfiguração sob a influência do PR. Um grupo de desertores da antiga coalizão de Tymoshenko mudou de lado, transformando a Rada em uma instituição submissa, pronta para aprovar sem discussão as iniciativas do presidente. Em abril de 2010, ainda antes da reversão das emendas da Revolução Laranja de outubro, Yanukovych havia adquirido suficiente influência sobre o parlamento para garantir a ratificação dos controversos Acordos de Kharkiv. Esse pacto cedeu à Rússia o direito de posicionar sua Frota do Mar Negro na Crimeia até 2042 e também instava a Ucrânia a adotar oficialmente o status de país não alinhado em assuntos de política externa. Yanukovych usaria uma série de meios informais para manter a Rada sob seu controle até seu último dia no cargo — um feito não alcançado por nenhum de seus antecessores —, e acabou fugindo quando esse controle foi extinto.

A ascensão do controle do partido reduziu o círculo daqueles que se beneficiavam de grandes esquemas de *rent-seeking*. Os principais beneficiados eram Akhmetov, Firtash, um punhado de funcionários do PR e o filho mais velho de Yanukovych, Oleksandr, um rapaz de trinta e poucos anos formado pela faculdade de Odontologia da Donetsk Medical University. Yanukovych-*pai* colocou o jovem dentista no comando do império de negócios em expansão da família, com participação nos setores bancário, imobiliário, de construção, de vinhos e de carvão. A empresa de Oleksandr, Mako Holding, tornou-se o negócio de maior crescimento na Ucrânia, dobrando seu patrimônio de US\$ 63 milhões em 2011 para US\$ 121 milhões apenas um ano mais tarde. Ao

reduzir o conjunto de pessoas que enriqueceram por meio de *rent-seeking*, Yanukovych fortaleceu a lealdade de seu círculo mais próximo, mas deixou muitos se sentindo excluídos e com raiva — um resultado que fez da capacidade de coagir empresários uma prioridade do regime.

Como presidente, Yanukovych demonstrou timidez ao coagir. Sua promessa de campanha de “auditar” as atividades de seus antecessores rapidamente se tornou um pretexto para perseguir Tymoshenko e alguns de seus companheiros por meio da Procuradoria-Geral e do Serviço de Segurança (a primeira, dirigida por um apadrinhado de Yanukovych de Donetsk, e o último, por um político-empresário multimilionário uma vez acusado por Tymoshenko de participar de esquemas de corrupção empresarial relacionados ao comércio de gás). O Serviço de Segurança provou-se instrumental para construir o processo criminal contra Tymoshenko, que focou na denúncia de que ela havia cometido abuso de autoridade ao fechar um novo acordo de comércio de gás natural com a Rússia em janeiro de 2009. A acusação encaminhou o caso rápida e implacavelmente pelos tribunais, opondo-se à maioria das testemunhas de defesa e pedindo para que o juiz a colocasse atrás das grades mesmo antes do fim do julgamento. No que pareceu uma mobilização para desacreditá-la ainda mais, a promotoria fez novas acusações contra ela mesmo após o início do cumprimento da sentença de sete anos, no final de 2011. Os juízes que condenaram Tymoshenko e seu antigo ministro do Interior, Yuri Lutsenko, receberam promoções e outras recompensas materiais do Estado.

Uma dúzia de outros funcionários ligados a seu governo foram denunciados ou deixaram a Ucrânia temendo a instauração de processo. O Tribunal Europeu de Direitos Humanos considerou as prisões preventivas nos casos de Tymoshenko e Lutsenko arbitrárias, e decidiu que os direitos dos réus haviam sido violados de maneira grave o bastante para lançar dúvidas sobre a legalidade de suas condenações. Os governos ocidentais também foram unânimes em repudiar os processos criminais como “julgamentos seletivos” politicamente motivados.

O que fez da abordagem coercitiva de Yanukovych incomum para a Ucrânia foi a maneira pública e formal pela qual ele a perseguiu. É verdade que o presidente autoritário anterior Leonid Kuchma (1994-2005) havia tentado levar Tymoshenko para a cadeia em 2001, mas os tribunais o haviam impedido apesar da intensa pressão para prendê-la, e Kuchma posteriormente fez uso de meios informais (ainda que brutais) de controle. Táticas como julgamentos de fachada — inéditos para a Ucrânia pós-independência — haviam se tornado possíveis graças à subordinação quase total do Judiciário a Yanukovych. Uma de suas primeiras iniciativas políticas, transformada em lei pelo parlamento em julho de 2010, havia diluído os poderes de apelação à Suprema Corte e dado ao presidente controle indireto sobre a nomeação de magistrados.

Dificuldades da consolidação autoritária

Apesar dos sucessos iniciais de Yanukovych como autoritário aspirante, vários desafios sem solução assolaram seu governo. Para começar, havia o baixo potencial de mobilização de seus principais apoiadores, além de sua concentração geográfica a leste (especialmente na Donbass). Esse problema era particularmente agudo dado que a oposição mais intensa a Yanukovych vinha do oeste.³ As divisões regionais da Ucrânia sempre serviram como forte barreira à consolidação do poder: tentativas de um líder de uma região de usurpar todo o poder se deparavam automaticamente com resistência “baseada simplesmente em identidades e interesses regionais”.⁴ Além disso, o oeste da Ucrânia estava especialmente sujeito a manifestações coletivas de descontentamento público. Durante os últimos anos de domínio soviético, foi uma das primeiras regiões onde ocorreram manifestações nacionalistas de massa.⁵ Durante a Revolução Laranja, “revolucionários tinham probabilidade mais de oito vezes maior de ser do oeste da Ucrânia”.⁶ De maneira similar, na metade da presidência de Yanukovych, em março de 2012, em média um a cada dois entrevistados na parte

oeste do país expressava uma disposição a aderir aos protestos contra condições econômicas e políticas adversas.⁷ Entrevistados do leste, em contraste, tinham a metade da probabilidade de expressar tal disposição. Mesmo quando perguntados, hipoteticamente, se adeririam a protestos em caso de proibição da língua russa, apenas 15% dos entrevistados da Donbass, onde esmagadoramente se fala o russo, disseram que estariam dispostos a protestar.

Na Rússia, o regime de Putin tem sido capaz de desenvolver uma alta capacidade de contramanifestação, levando às ruas um grande número de apoiadores motivados para neutralizar ou se antecipar aos manifestantes.⁸ Na Ucrânia, Yanukovych e o PR nunca alcançaram nada parecido. Em vez disso, dependeram de “multidões de aluguel” formadas basicamente por jovens apáticos (às vezes acompanhados de *skinheads*), que eram pagos para fazer número em comícios organizados pelo regime. A falta de uma estratégia real de mobilização popular de Yanukovych deixou-o vulnerável ao surgimento de uma contestação coletiva de seu governo vinda da sociedade.

Ambiguidade ideológica era outra fraqueza do regime. Os grupos jovens pró-governo de Putin e a imprensa controlada pelo Estado reforçam sua mistura de nostalgia soviética, moralismo conservador e excepcionalismo russo, que se mostrou popular entre eleitores de várias idades, profissões e origens. Yanukovych também ficava aquém nesse quesito. Ele não possuía uma mensagem ideologicamente clara e enviava sinais confusos. Ele chegou ao poder como o herói da Ucrânia de língua russa, ao sul e ao leste, jurando defender políticas paternalistas de bem-estar social populares por lá. Então, num esforço de triangulação, repentinamente começou a enaltecer as raízes europeias da Ucrânia e suas ambições de aderir à UE. Conduzida de maneira hábil, tal mudança retórica — na prática, um aceno ao oeste da Ucrânia — poderia ter contribuído para a criação de uma nova base de legitimação para sua presidência. No entanto, a corrupção sem precedentes ocorrida em seu governo, somada a seus esforços para punir líderes da

oposição, minaram seus esforços de se reinventar como um modernizador pró-europeu. A UE há muito se recusava a assinar o acordo de associação com a Ucrânia, citando violações de normas democráticas e reformas píffias.

Em outro contraste com a Rússia (e também com Belarus), nenhum autocrata na Ucrânia jamais conseguiu algo parecido com o sucesso de Putin (ou de Aleksandr Lukashenko) em marginalizar os partidos de oposição. Essa diferença deve-se muito a duas características estruturais-chave da Ucrânia: há profundas clivagens entre regiões e nenhuma delas claramente domina. Portanto, durante o mandato de Yanukovich, maiorias da oposição facilmente mantiveram o controle sobre as câmaras municipais em todo o oeste. Lá também os partidos de oposição da Ucrânia demonstraram maior capacidade de trabalhar juntos do que os da Rússia. Tão logo Yanukovich deu início à repressão aos líderes da oposição, seus partidos se reuniram para formar o Comitê de Resistência à Ditadura. A prisão de Tymoshenko e a aprovação de uma lei banindo coalizões partidárias para as eleições parlamentares causaram a fusão entre os dois maiores partidos da oposição: o Pátria, de Tymoshenko, e o Frente para a Mudança, de Arseni Yatseniuk, tendo Yatseniuk como principal líder.

Esse novo bloco aliou-se com os outros dois principais partidos — o liberal Aliança Democrática Ucraniana pela Reforma (UDAR) e o nacionalista Svoboda — em preparação para as eleições parlamentares de outubro de 2012. Juntos, os três partidos conquistaram 121 dos 225 assentos que foram escolhidos por lista partidária. No entanto, ficaram aquém de conquistar maioria parlamentar, já que a outra metade dos assentos da Rada são escolhidos por voto distrital majoritário, e nessas disputas o PR obteve grande vantagem. (Sem falar da interferência administrativa e cobertura enviesada da imprensa, que favoreceram o PR e está documentada no relatório dos observadores da OSCE.⁹) Ainda assim, a oposição foi bem o bastante para eliminar qualquer chance de a Ucrânia se tornar um regime com partido dominante no estilo da Rússia.

Por fim, a vantagem financeira do PR foi compensada em algum grau porque as autoridades não foram capazes de impedir que empresários endinheirados financiassem as forças da oposição. Um doador bilionário de longa data de Tymoshenko continuou a apoiá-la apesar das ameaças. Outros tinham ambições políticas próprias, e buscaram manter um perfil político independente. Alguns magnatas alinhados a Yanukovych, incluindo Firtash, financiaram a oposição de maneira escondida para conseguir incluir seus candidatos pessoais nas listas partidárias parlamentares. Por meio de arranjos como esses, a oposição foi capaz até mesmo de expor suas visões por meio da imprensa nacional, que permaneceu mais pluralista do que a de qualquer Estado autoritário na região.¹⁰

A armadilha familiar

Para o regime de Yanukovych, as eleições de outubro de 2012 para a Rada representaram um ponto de inflexão. Embora o presidente tenha conseguido costurar uma maioria parlamentar, sua popularidade havia atingido o ponto mais baixo. Seu partido terminou com 1,9 milhão de votos a menos do que havia recebido em 2007 — uma perda que pode ser atribuída apenas em parte ao declínio da população da Ucrânia, de cerca de um milhão de pessoas no período.¹¹ Olhando para as eleições presidenciais de 2015, Yanukovych provavelmente calculara que distanciar-se do PR e buscar novas fontes de eleitores seria uma boa ideia.

Para implementar a primeira fase dessa abordagem, o presidente realizou uma mudança ministerial, substituindo membros do PR por indicações de pessoas leais, que poderiam canalizar renda e recursos do Estado na construção de uma nova base de poder. Os maiores beneficiados — que receberam os principais postos do governo, no comando dos assuntos financeiros e econômicos da Ucrânia — foram pessoas próximas ao filho mais velho do presidente, Oleksandr. O império de negócios em expansão de Yanukovych tentou se esconder atrás de inúmeras empresas de fachada e laranjas. O mais notório deles era um

rapaz de 27 anos que em 2013 tornou-se repentinamente um dos principais nomes da comercialização de energia da Ucrânia, graças aos lucrativos privilégios e isenções recebidos por “sua” companhia. Parte dos lucros foi usada para adquirir importantes revistas de circulação nacional, conhecidas por terem investigado os negócios da família. Seguindo sua abordagem “a família em primeiro lugar”, os ministérios de segurança também eram ocupados por velhos apadrinhados de Yanukovych de Donetsk.

A mudança para o “familismo” deu início a um processo tentativo de consolidação autoritária, normalmente caracterizado por uma transição de governo autoritário coletivo baseado em um grupo diverso de apoiadores para um sistema autocrático mais personalizado.¹² Uma implicação dessa mudança foi um novo padrão de compartilhamento dos espólios, a maioria dos quais agora ia para Akhmetov, Firtash e Oleksandr Yanukovych. Suas companhias receberam tratamento exclusivo em processos de licitação, provisão de subsídios e grandes processos de privatização, tendo ganho quase metade de todos os contratos de licitação em 2012 e 2013.¹³ Ao mesmo tempo, o total de ativos do All-Ukrainian Development Bank de Oleksandr Yanukovych dobrou no período de um único ano, alcançando US\$ 100 milhões ao final de 2013. Naquele mesmo ano, suas firmas também receberam 70% de todos os contratos — totalizando US\$ 875 milhões — da companhia ferroviária estatal ucraniana. As inseguranças de Viktor Yanukovych levaram-no a decidir elevar seu “clã familiar”, mas no final essa escolha apenas tornaria seu objetivo de se manter no poder mais difícil de alcançar.

As chances de Yanukovych de vencer outra eleição presidencial justa nunca pareceram promissoras. Durante seu primeiro ano de gestão, sua aprovação despencou de 47% para 26%, e nunca se recuperou.¹⁴ Durante a maior parte de seu mandato, pesquisas de opinião mostraram que ele perderia a disputa com qualquer um de seus principais rivais. Em maio de 2013, o líder opositor Vitali Klitschko da UDAR ha-

via alcançado pequena vantagem em relação a Yanukovych no primeiro turno.¹⁵ Mesmo ao leste da Ucrânia o presidente mal atingia 25% das intenções de voto. Em outubro, 86% dos entrevistados diziam se sentir insatisfeitos com a economia, enquanto 78% expressavam insatisfação com a situação política interna.¹⁶ Nove a cada dez não estavam satisfeitos com as políticas de criação de emprego ou de combate à inflação de Yanukovych e quase a mesma porcentagem (85%) era crítica em relação a seus esforços anticorrupção. Afligido por uma recessão e com poucas opções disponíveis para a obtenção de empréstimos externos para financiar o crescente déficit orçamentário (a Ucrânia era avaliada com um alto risco de *default*), Yanukovych dispunha de poucos meios para proteger a população das dificuldades econômicas. Se ele quisesse se reeleger, precisaria da ajuda da Rússia ou do Ocidente.

O chefe de gabinete da presidência, Serhiy Liovochkin, liderava um grupo de conselheiros que recomendava a Yanukovych que assinasse o acordo de associação com a UE e concorresse como um suposto reformista.¹⁷ A ideia era fazer com que sua campanha transmitisse um olhar para o futuro, uma mensagem otimista (apoiada pela associação com a “marca” UE) que neutralizaria as críticas do Ocidente e, de maneira crucial, também o permitisse conquistar uma fatia mais ampla do eleitorado no centro e a oeste do país, onde a ideia de laços mais estreitos entre a Ucrânia e a UE era e ainda é popular.

Essa estratégia implicava vários riscos. O primeiro era que isso poderia custar ao presidente mais votos ao leste (ainda que apenas na forma de abstenção) do que ele ganharia no restante do país. Eleitores do leste eram favoráveis a laços mais estreitos com a Rússia e já se sentiam ansiosos em relação à deterioração das relações entre Moscou e Kiev, que haviam caracterizado o período de Yanukovych no cargo. A Rússia havia se recusado a reduzir os preços do gás natural, enquanto Yanukovych havia se recusado a aderir a uma união aduaneira com a Rússia. Uma pesquisa de outubro de 2013 mostrou que 68% dos ucranianos, em particular a leste e ao sul, sentiam-se insatisfeitos

com a maneira pela qual Yanukovych tratou as relações com a Rússia.¹⁸ O crescimento dos votos para Yanukovych no centro e a oeste era incerto, dado quão impopulares eram suas políticas pró-língua e educação russófonas naquelas regiões. Ainda assim, qualquer coisa que reduzisse a votação de seus eleitores ao leste poderia arruinar sua candidatura à reeleição.

O segundo risco de tentar “triangular” a UE contra a Rússia era a possibilidade de que Moscou respondesse a um acordo de associação punindo a Ucrânia economicamente. Antes da Terceira Cúpula da Parceria Oriental da UE, realizada em Vilna no final de novembro de 2013, a Rússia reduziu as importações da Ucrânia e ameaçou pôr fim ao tratamento privilegiado de empresas ucranianas caso o acordo de associação fosse assinado. Autoridades russas se preocupavam publicamente com a perspectiva de que produtos baratos produzidos na UE vindos da Ucrânia prejudicassem os produtores russos. Por trás das ameaças econômicas escondia-se o temor de Putin sobre as implicações de relações mais próximas entre a UE e Kiev para seu projeto geopolítico de construir uma “união eurasiática” por todo o vasto espaço pós-soviético. A retaliação econômica russa era uma preocupação séria: ela rapidamente transformaria a recessão ucraniana em uma verdadeira crise, enquanto a assinatura do acordo de associação permanecia (ao menos no curto prazo) um passo em larga medida simbólico, que não faria nada para suprir as necessidades imediatas dos eleitores ucranianos.

Por fim, havia o risco representado pela principal demanda da UE, que era a liberação de Tymoshenko. Um acordo que a permitiria deixar a Ucrânia para tratamento médico na Alemanha parecia oferecer uma saída, mas fracassou quando a Alemanha rejeitou quaisquer limites à sua liberdade de circulação uma vez no país. Até que ela fosse libertada, a UE não iria assinar o acordo, mas deixá-la ir concederia à oposição ucraniana uma importante vitória moral, daria a ela uma posição renovada como crítica de Yanukovych (especialmente aos olhos do Ocidente) e afastaria os próprios eleitores do presidente (majorita-

riamente a favor de mantê-la na prisão).

Se Yanukovych estivesse disposto a correr esses riscos, a única estratégia de campanha disponível era “mais do mesmo”. Ele teria que contar com o mesmo bloco eleitoral do leste que o havia apoiado em 2010 e teria que manter seu entusiasmo por meio da mesma dependência de clientelismo social, clivagens históricas e culturais e alinhamento com a Rússia que haviam funcionado em suas campanhas anteriores. Mais uma vez, buscar a ajuda financeira da Rússia — incluindo preços reduzidos de gás natural — ofereceria uma maneira de manter os gastos sociais altos, os preços de energia baixos, e uma rolagem segura da dívida de curto prazo. E, caso fosse necessário, a estratégia “mais do mesmo” também poderia incluir táticas eleitorais pesadas e até mesmo fraude como último recurso.

Ao cabo, os riscos econômicos e políticos de se assinar o acordo de associação se mostraram grandes demais para Yanukovych, levando à sua decisão no fatídico 21 de novembro de 2013 de suspender as negociações com a UE. No princípio, o retrocesso parecia gerenciável: as poucas centenas de manifestantes que se reuniram na Praça da Independência de Kiev naquela noite para reclamar não pareciam uma reminiscência das vastas multidões da Revolução Laranja. Ainda assim, semanas depois as fileiras de manifestantes se expandiram para um movimento mais amplo que representou a ameaça para a qual o regime de Yanukovych estava menos preparado.

O fim do regime

No começo, as autoridades não pareciam muito preocupadas com os pequenos protestos pró-UE no centro de Kiev. Yanukovych havia resistido a manifestações similares de fúria popular em agosto de 2012, quando assinara uma lei estabelecendo o russo como língua oficial e, novamente mais tarde naquele mesmo ano, quando acusações de fraude nas eleições parlamentares tornaram-se públicas. A tendên-

cia predominante na opinião pública não sinalizava uma profunda impaciência.¹⁹ Provavelmente estimando que as manifestações também se dispersariam, Yanukovych respondeu a elas com uma mistura errática de repressão, conciliação e contramanifestações fracamente organizadas. Quando o pequeno comício pró-europeu na Praça da Independência inesperadamente tornou-se uma ampla rebelião anti-governamental, tanto Yanukovych quanto a oposição política foram pegos de surpresa. Mas foi pior para o regime, que viu intensificadas suas contradições internas.

O estreitamento do círculo de confiança do presidente havia colocado os correligionários de linha-dura no comando dos ministérios mais poderosos, excluindo os mais moderados do PR, como Liovochkin. Isso ajuda a explicar a avaliação inicial do governo de que uma “mão pesada” rapidamente empregada impediria que a manifestação ganhasse o apoio da massa. No evento, entretanto, a repressão produziu o efeito contrário: a decisão de usar a força contra os poucos manifestantes remanescentes em 30 de novembro aumentou largamente o apoio ao movimento e radicalizou suas demandas. Em meados de dezembro, o envio pelas linhas-duras da tropa de choque para limpar a praça levou a um crescimento do isolamento do regime em relação ao Ocidente e a ameaças de sanções contra seus principais líderes. Para dinheiro e para apoio político, agora não restava outra opção a Yanukovych senão acenar para o Kremlin.

O movimento de protesto persistiu não apenas graças à coragem e engajamento de manifestantes comuns, mas também porque alguns dos principais empresários o financiaram. A decisão de Yanukovych de promover sua “família” como um negócio havia tornado a vida mais difícil para alguns dos oligarcas de sua coalizão. A lei de agosto de 2013 sobre preços de transferência diminuiu o espaço de evasão fiscal dos maiores exportadores da Ucrânia e impulsionou a capacidade extrativa da máquina de arrecadação de impostos do Estado. Aos olhos dos preocupados oligarcas, a lei parecia uma ferramenta para fazê-los

compartilhar renda com a “família” e punir qualquer sinal de deslealdade antes da eleição presidencial. Ao permitir que os “empresários da família” tomassem os ativos dos leais oligarcas, Yanukovych havia demonstrado que poderia dar as costas a seus aliados mais ricos. Alguns deles responderam financiando secretamente os protestos, como uma forma de autodefesa (a principal manifestação, em Kiev, custava cerca de 70 mil dólares por dia).²⁰ Como outra forma de manter o governo desnorteado, a maioria das redes de televisão de propriedade de oligarcas deu aos protestos uma cobertura ampla e altamente favorável. Ao voltar-se para o familismo, Yanukovych ajudou a engrossar as fileiras de seus inimigos.

A ausência de controles institucionais sobre a presidência agravou o impasse entre sociedade e Estado. Yanukovych usou seus amplos poderes para aprovar no parlamento uma lei que instituía novas multas e até mesmo penas criminais para vários tipos de protestos não autorizados. Essa jogada também produziu o efeito inverso, aumentando as tensões entre a polícia e os manifestantes, e ajudando a espalhar os protestos para além de Kiev.

A falta de supervisão institucional também criou um senso de impunidade dos agentes de aplicação da lei. A tropa de choque usava força excessiva contra qualquer um visto como um potencial manifestante, e valeu-se até mesmo de táticas letais nas últimas semanas de confronto. Agentes disfarçados abduziam participantes dos protestos, brutalizando ou assassinando-os para intimidar os demais. Quanto aos esforços explícitos de processar os manifestantes, estes não tinham nenhuma esperança de legitimidade, dada a notória subordinação do sistema judiciário ao presidente. Sem instituições imparciais de aplicação da lei, a ordem legal rapidamente se desintegrou.

O enorme poder da presidência tornava mais difícil para Yanukovych alcançar uma solução negociada junto à oposição. Quando ele tentou acalmar os protestos oferecendo nomear Yatseniuk como premiê, a

oposição rejeitou a ideia, temendo que Yanukovych estivesse apenas usando Yatseniuk para desacreditá-lo e posteriormente exonerá-lo. O impasse foi (aparentemente) resolvido apenas quando Yanukovych concordou com mudanças constitucionais imediatas em 21 de fevereiro de 2014, dando à maioria parlamentar o poder de formar um governo. Naquele momento, entretanto, mais de uma centena de pessoas já haviam morrido nas mãos das forças de segurança.

Outro fator que tornou o regime mais rígido — e, portanto, mais sujeito ao colapso — foi a coesão do PR. Com a exceção de pequenas deserções, o partido do governo permaneceu leal a Yanukovych. Isso o levou a superestimar sua própria força, enquanto impediu que a oposição resolvesse a crise dentro das limitações institucionais existentes. A maioria presidencial na Rada sabotou todos os esforços de se aprovar um voto de não confiança, mas estas foram vitórias de Pirro, já que apenas tornaram a ala radical do protesto ainda mais forte. Mesmo após inúmeros manifestantes terem sido mortos em Kiev nos dias 18 e 19 de fevereiro, apenas 35 dos 205 parlamentares do PR apoiaram a resolução de 20 de fevereiro condenando a violência e exigindo a retirada das tropas da cidade. De maneira similar, não houve nenhuma defecção da cúpula do aparato de segurança.

Isso contrastava enormemente com o que acontecera durante a Revolução Laranja. Naquela época, a maioria parlamentar do regime rapidamente se desintegrou, enquanto importantes oficiais do aparato de segurança trabalharam secretamente com líderes da oposição e sabotaram ordens superiores. Diferentemente de 2004, a elite dirigente de 2014 era dominada pelos grupos leais ao presidente. Além disso, não havia nenhuma figura popular como Viktor Yushchenko, que conseguia mobilizar a oposição e dividir o regime. Importantes tenentes de Yanukovych poderiam privadamente hesitar, mas sem ter para onde ir, permaneceram ao lado de seu comandante. Isso explica a diferença na maneira como terminaram os dois levantes populares. Em dezembro de 2004, Kuchma aceitara a decisão da Suprema Corte de que teria

que haver um terceiro turno (ou seja, uma disputa entre Yushchenko e Yanukovych), pois muitos da elite dirigente já haviam desertado para a oposição, e porque o sucessor escolhido por Kuchma havia se tornado cada vez mais isolado internamente. Quase dez anos depois, não havia instituições independentes que pudessem agir para neutralizar a crise. Yanukovych teve que aceitar as demandas da oposição apenas quando já havia se tornado claro que sua incursão de 18-20 de fevereiro na Praça da Independência havia terminantemente falhado.

Vendo-se incapaz de pôr fim aos protestos por força, Yanukovych concordou com o que se mostrou ser sua última rodada de negociações com três líderes da oposição além de mediadores estrangeiros na noite de 20 para 21 de fevereiro. O pacto que assinaram em 21 de fevereiro exigia: (1) a restauração imediata da Constituição de 2004, portanto dando poderes à Rada para formar um governo; (2) uma revisão constitucional até setembro de 2014, para limitar ainda mais os poderes presidenciais; (3) a convocação de uma eleição presidencial antecipada em dezembro de 2014; (4) uma investigação, a ser supervisionada pelo Conselho da Europa, sobre os mais recentes atos de violência; e (5) um fim ao uso da força na disputa.

Naquele mesmo dia, a oposição e facções do PR na Rada votaram para reestabelecer a Constituição de 2004 e exonerar o ministro do Interior Vitali Zakharchenko (suspeito de ter sido um ator-chave no uso de violência pelo regime). Essa nova maioria parlamentar também apoiou algo a que Yanukovych há muito resistia: a soltura de sua antiga inimiga política Tymoshenko da prisão. Quando outros trinta parlamentares da Rada da facção do PR cruzaram o plenário, tornou-se claro que o regime estava se desintegrando. A rapidez de seu colapso, entretanto, causou surpresa tanto entre os apoiadores remanescentes de Yanukovych quanto na oposição.

A repentina implosão do regime em 21 de fevereiro foi uma consequência de seu desenho institucional peculiar. Como demonstrou Henry

Hale, presidências “patronais” (baseadas em clientelismo), como a de Yanukovych, mantinham-se coesas por meio do “efeito informação” de uma quantidade esmagadora de poder formal concentrada no gabinete do presidente e um “efeito focal” no qual uma elite trabalha junta em torno de um padrão comum.²¹ Em termos claros, tais presidentes mantêm um forte domínio sobre as agências coercivas do regime e as facções da elite, ajustando assim as expectativas acerca de sua permanência no poder. Ao ceder formalmente a maior parte de seus poderes sobre o Executivo para o parlamento, e ao permitir a exoneração de seus comparsas, Yanukovych na prática “rendeu-se”, e assim foi: as centenas de tropas do ministério do Interior que estavam protegendo o complexo presidencial e outros edifícios governamentais-chave de Kiev deixaram seus postos. Embora a Rada em 20 de fevereiro tenha adotado uma resolução para que as tropas do ministério do Interior deixassem Kiev, aqueles no comando de unidades relevantes cumpriram a ordem somente quando perceberam que o presidente não mais detinha real poder. Como lembrou o ministro das Relações Exteriores polonês e participante das negociações, Radek Sikorski, no momento em que o pacto foi assinado “a descompressão do regime iniciou-se muito rapidamente”.²²

As concessões de Yanukovych, entretanto, pouco fizeram para acalmar a Praça da Independência. Furiosas com o derramamento de sangue em massa ocorrido nos três dias anteriores, os manifestantes rejeitaram o acordo negociado e prometeram ocupar o edifício da administração presidencial em questão de horas caso o presidente não renunciasse. Naquele momento, entretanto, Yanukovych já estava de saída. Deixado com apenas alguns guarda-costas para protegê-lo da fúria popular, ele preferiu fugir de Kiev. Pressentindo seu destino, durante a última rodada de negociações ele deu início à retirada dos bens de valor de sua vasta e ostentadora residência próxima à capital, que logo se tornaria notória. Naquele momento, ele parecia perceber de maneira mais aguda do que qualquer um que a perda de seus extensivos poderes formais significaria o imediato colapso do regime.

Quando, uma semana mais tarde, Yanukovych alegou, de seu exílio autoimposto na cidade russa de Rostov do Don, que ele ainda era legalmente o presidente da Ucrânia,²³ quase já não tinha um público a quem se dirigir. Em 22 de fevereiro, uma maioria de 328 membros da Rada havia votado sua deposição do poder, citando o abandono de funções e as mortes de mais de oitenta manifestantes e policiais na recente onda de violência. O Partido das Regiões o repudiou, e a maioria de seus próprios eleitores já não o reconheciam como líder legítimo.²⁴ Os únicos que ainda poderiam estar lhe dando ouvidos eram sua família e Vladimir Putin. De certa maneira, a carreira política de Viktor Yanukovych chegou ao fim.

Procurado: um novo equilíbrio institucional

A experiência da presidência de Yanukovych pode ser vista como, entre outras coisas, outra demonstração da incompatibilidade estrutural da Ucrânia com um governo autoritário. Embora tenha parecido mais adepto do que qualquer um de seus antecessores a acumular poder em suas próprias mãos, o presidente provou ser muito menos habilidoso em responder às complicadas contracorrentes da política regional e de grupos de interesse que atravessam o país. Tentativas de impor as preferências de uma elite dirigente central em um Estado regionalmente diverso mais cedo ou mais tarde encontrariam resistência e, com ela, o possível desmantelamento da ordem política. O controle hierárquico por meio de uma “vertical de poder” é disfuncional quando faltam aceitação nacional e legitimidade. Se seus beneficiários se limitam ao círculo próximo do governante e representam apenas seu feudo regional, o governo está certamente condenado.

Infelizmente, o fracasso do segundo experimento autoritário na Ucrânia não significa que uma nova tentativa de desenhar um sistema democrático duradouro será bem sucedida. A violência e intervenção estrangeira que acompanhou e seguiu a queda do regime de Yanukovych produziu uma crise existencial do Estado ucraniano, com riscos enor-

mes para os ucranianos e muitos outros. Do ponto de vista da democracia, a vantagem de tal “conjuntura crítica” é que ela remove restrições anteriores ao redesenho das instituições políticas e torna mais prováveis inovações importantes. Ao mesmo tempo, as crises sempre encurtam os horizontes de tempo de atores-chave, na medida em que suas prioridades mudam da construção de uma governança democrática para impedir a ameaça imediata de aumento da dissolução do Estado.

A Ucrânia certamente necessita de uma maior descentralização, mas o mero empoderamento das regiões pode impedir a consolidação democrática no nível nacional. Como a experiência da Rússia nos anos 1990 indica, uma descentralização espontânea em um Estado fraco pode dar um controle monopolista sobre recursos regionais para algumas poucas elites locais. Isso levará à emergência de enclaves autoritários subnacionais, tendo chefes dos Executivos regionais como caciques.²⁵ Por sua vez, isso pode dificultar ainda mais a construção de capacidade de Estado de longo prazo e *accountability* horizontal em todos os níveis. O desfecho pode ser uma democracia fraca dividida em áreas de governo autoritário subnacional e baixa governança.

Para evitar tal resultado, a reforma genuína de instituições-chave — especialmente os tribunais e o aparato de segurança — precisa avançar em paralelo à descentralização de poder. Para se prevenir que o entrincheiramento autoritário aconteça nas regiões da Ucrânia, o país precisa ter um aparato de segurança com *accountability* e transparência para garantir a aplicação das leis nacionais, e um sistema de justiça despolitizado que possa administrar a justiça independente de lealdades clientelistas. Obviamente, não apenas as “pessoas armadas” e os juízes precisam ser reformados. Também deve sê-lo o funcionalismo público, começando com sua sujeição a mecanismos fiscalizatórios robustos que possam assegurar imparcialidade *vis-à-vis* interesses políticos e comerciais.

Da mesma forma, a adoção de um sistema eleitoral baseado na representação proporcional de lista aberta poderia contribuir para transformar a Rada de um tipo de clube exclusivo em um corpo legislativo verdadeiramente representativo. Partidos políticos precisam operar sob exigências mais estritas de transparência financeira, e deveriam revisar seus próprios procedimentos internos para garantir a rotatividade dos assentos parlamentares e outros cargos públicos importantes. Por fim, o empoderamento do governo formado por meio de maioria parlamentar deveria ser acompanhado de uma reforma consociativa do Poder Executivo, quicá por meio da introdução de quotas regionais no preenchimento de postos ministeriais e outros cargos públicos-chave.

A UE e outras organizações internacionais podem enviar dinheiro e assistência técnica para auxiliar essas reformas, mas no final das contas tanto a sociedade ucraniana de maneira geral quanto as elites do país terão que acreditar nelas e fazê-las funcionar. Se algo bom pode advir do governo destrutivo de Yanukovych, pode ser o fato de ele ter feito com que ucranianos comuns e da elite percebessem os benefícios relativos de um governo genuinamente democrático. Mesmo se a construção da democracia pareça custosa para qualquer grupo no curto prazo, permanece a única maneira de assegurar o desenvolvimento pacífico da Ucrânia como um Estado unificado.

Notas

1. Uma “eleição de alinhamento” é uma cujo resultado mostra continuidade nas escolhas do mesmo grupo de eleitores comparado à eleição anterior, e reflete a solidificação de sua lealdade a um candidato ou partido particular. Ver Timothy Colton, “An Aligning Election and the Ukrainian Political Community”, *East European Politics and Societies*, 25(1), fevereiro de 2011, pp. 4-27.

2. Larry Diamond, “Elections Without Democracy: Thinking About Hybrid Regimes”, *Journal of Democracy*, 13(2), abril de 2002, pp. 21-35; Steven Levitsky e Lucan A. Way, *Competitive Authoritarianism: Hybrid Regimes After the Cold War* (Cambridge: Cambridge University Press, 2010).

3. Em novembro de 2011, apenas 3% dos respondentes a oeste da Ucrânia disseram estar dispostos a votar em Yanukovych. O número para o leste foi de 21%. Ver http://dt.ua/POLITICS/elektoralna_pidtrimka_yanukovicha_za_4_misyatsi_vpala_z_15_do_12.html

4. Paul D'Anieri, "Structural Constraints in Ukrainian Politics", *East European Politics and Societies*, 25(1), fevereiro de 2011, p. 32.

5. Mark Beissinger, "Nationalism and the Collapse of Soviet Communism", *Contemporary European History*, 18(3), edição especial, agosto de 2009, p. 338.

6. Mark Beissinger, "The Semblance of Democratic Revolution: Coalitions in Ukraine's Orange Revolution", *American Political Science Review*, 107(3), agosto de 2013, p. 8.

7. Ver http://ratinggroup.com.ua/upload/files/RG_Protesty_032012.pdf

8. Graeme B. Robertson, "Managing Society: Protest, Civil Society, and Regime in Putin's Russia", *Slavic Review*, 68(3), Fall 2009, pp. 528-47.

9. Ver o relatório dos observadores eleitorais da OSCE em <http://www.osce.org/odihr/elections/98578>

10. Ver <http://www.freedomhouse.org/report/freedom-press/2013/ukraine>

11. De acordo com o *UN Demographic Yearbook* [Anuário demográfico da ONU] e o Comitê de Estatísticas Públicas da Ucrânia, o país passou de uma população total de 46,6 milhões em 2007 para 45,6 milhões em 2012.

12. Milan W. Svoboda, *The Politics of Authoritarian Rule* (Cambridge: Cambridge University Press, 2012), p. 54.

13. Isso se baseia no ranking de compras públicas compilado pela *Forbes* em <http://forbes.ua/ratings/people>

14. "Opros: Prezidentskii reiting Yanukovych umenchilsia potchti v dva raza" [Pesquisa: Aprovação de Yanukovych caiu quase pela metade], *Korrespondent* (Kiev), 24 de fevereiro de 2011.

15. "Elektoralni namiri vibortsiv Ukraini naprikintsi travnia" [Intenções eleitorais de eleitores da Ucrânia no fim de maio], 17 de junho de 2013, disponível em <http://www.kiis.com.ua/?lang=eng&cat=reports&id=173&page=1>

16. IFES, “Public Opinion in Ukraine 2013: Key Findings, December 2013”, disponível em <http://www.ifes.org>

17. Petr Chuklinov, “Chuvalov: Tshuvstvuiu otvetstvenost za to, tchto natvoril Yanukovych” [Chuvalov: ‘Sinto-me responsável pelas ações de Yanukovych’], *Liga.net*, 2 de abril de 2014, disponível em http://news.liga.net/interview/politics/1155843-shuvalov_chuvstvuyu_otvetstvennost_za_to_chno_natvoril_yanukovich.htm

18. IFES, “Public Opinion in Ukraine 2013: Key Findings, December 2013”, disponível em <http://www.ifes.org>

19. Para uma análise mais detalhada das pesquisas de opinião, ver Maria Zolkina, “Euromaidan: Peredumovi masovoho protestu” [Euromaidan: Pré-condições para protestos em massa], *Hromadska Dumka* [Opinião pública], 21(1), 2014.

20. Entrevista do autor com Taras Stetskiv, Kiev, 19 de dezembro de 2013.

21. Henry Hale, “Formal Constitutions in Informal Politics: Institutions and Democratization in Post-Soviet Eurasia”, *World Politics*, 63(4), outubro de 2011, pp. 581–617.

22. Como visto no programa *GPS* de Fareed Zakaria na CNN, 23 de fevereiro de 2004.

23. Sobre as questões legais e constitucionais relacionadas à saída de Yanukovych, ver Daisy Sindelar, “Was Yanukovych’s Ouster Constitutional?”, *Radio Free Europe/Radio Liberty*, 23 de fevereiro de 2014, disponível em <http://www.rferl.org/content/was-yanukovychs-ouster-constitutional/25274346.html>

24. No começo de abril, 70% dos pesquisados ao leste e ao sul da Ucrânia não consideravam Yanukovych um presidente legítimo, disponível em http://zn.ua/UKRAINE/mneniya-i-vzglyady-zhiteley-yugo-vostoka-ukrainy-aprel-2014-143598_.html. No fim de abril, 90,3% dos respondentes em toda a Ucrânia eram contra o retorno de Yanukovych à presidência, incluindo 81,8% ao leste e 84,7% ao sul, disponível em http://www.razumkov.org.ua/upload/1399382915_file.doc

25. Vladimir Gelman, “The Dynamics of Sub-National Authoritarianism: Russia in Comparative Perspective”, *Russian Politics & Law*, 48(2), março-abril de 2010, pp. 7–26.

Dossiê Ucrânia

SOCIEDADE CIVIL E DEMOCRATIZAÇÃO*

Lucan Way

Lucan Way é professor-assistente de Ciência Política da Universidade de Toronto. É autor (com Steven Levitsky) de Competitive Authoritarianism: Hybrid Regimes After the Cold War [Autoritarismo competitivo: regimes híbridos após a Guerra Fria] (2010), e está terminando um livro cujo título provisório é Pluralism by Default: Weak Autocrats and the Rise of Competitive Politics [Pluralismo por padrão: autocratas fracos e a ascensão da política competitiva].

A atual crise na Ucrânia levanta questões importantes a respeito do relacionamento entre sociedade civil, protestos e democracia em regimes autoritários híbridos ou competitivos. Como podemos saber quando a sociedade civil é forte ou fraca? Que papel ela desempenha na mobilização das manifestações antirregime? Quando a sociedade civil contribui para o desenvolvimento democrático e quando ela ameaça prejudicar esse processo? Um olhar mais atento para a crise mostra que a sociedade civil da Ucrânia é mais fraca do que parece, e que nem sempre ela é boa para a democracia. Em especial, à medida que a Ucrânia se depara com uma potencial guerra civil, a sociedade civil precisa encontrar maneiras para mobilizar a sociedade sem fragmentar o sistema político e encorajar ainda mais violência.

*Publicado originalmente como “Civil Society and Democratization”, *Journal of Democracy*, Volume 25, Número 3, Julho de 2014 © 2014 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

A queda do presidente Viktor Yanukovich pelas mãos dos manifestantes foi amplamente alardeada como uma vitória da sociedade civil ucraniana. O líder dos protestos Euromaidan, Yuri Lutsenko, alegou que as demonstrações “mostraram que a Revolução Laranja não havia sido um evento único, mas uma característica da Ucrânia. A sociedade civil existe”.¹ Nisso, ele repetiu especialistas que, uma década antes, haviam argumentado neste periódico que a “revolução colorida” de 2004 da Ucrânia havia surgido em meio a uma sociedade civil “poderosa” e “vibrante”.²

De fato, a Ucrânia independente havia testemunhado exemplos frequentes e poderosos de mobilização social. Desde 1990, protestos resultaram na surpreendente saída de dirigentes em quatro ocasiões diferentes: em 1990, manifestações estudantis organizadas em barracas no centro de Kiev removeram Vitali Masol do cargo o premier da era soviética. Em 1993, greves de mineradores do leste da Ucrânia levaram o então presidente Leonid Kravchuk a aceitar eleições antecipadas, que ele perdeu. Por fim, Yanukovich por *duas vezes* foi retirado do poder por manifestantes — primeiro em 2004, depois em 2014.

Com esse histórico, pode parecer evidente que a sociedade civil da Ucrânia seja forte. Ainda assim, grandes e bem sucedidos protestos não refletem necessariamente a presença de organizações poderosas na sociedade. Manifestações podem emergir espontaneamente ou serem criadas por organizações externas à sociedade civil. Para entender melhor a relação entre sociedade civil e mobilização popular na Ucrânia e em outros regimes autoritários competitivos é importante decompor as diferentes formas pelas quais uma sociedade civil pode ser considerada “forte”. De maneira geral, a sociedade civil ucraniana tem sido mais bem sucedida em canalizar o descontentamento popular uma vez iniciados os protestos do que tem sido em levar as pessoas às ruas. A dependência de protestos espontâneos e imprevisíveis não dá indícios do desenvolvimento de uma democracia estável na Ucrânia. Ao mesmo tempo, nem sempre a sociedade civil é boa para a democracia.

No presente contexto de potencial guerra civil, a sociedade civil pode dividir de maneira perigosa um sistema político já frágil. A recente emergência de grupos violentos fora do Estado ameaça de maneira grave o desenvolvimento político da Ucrânia.

À medida que declinava o comunismo no final dos anos 1980, a sociedade civil se tornou um tópico popular para pesquisadores do Leste Europeu. No final dos anos 1980, acadêmicos empregaram o termo para argumentar que as reformas de Gorbachev haviam surgido de uma base popular em uma União Soviética que se modernizava.³ (Como um estudante de Línguas em Moscou em 1989, eu mesmo era membro de um dos primeiros grupos independentes da sociedade civil da URSS, a Perestroika Democrática.) O tema ganhou destaque nos anos 1990, e foi adotado pela comunidade de ajuda externa do Ocidente enquanto buscavam promover o crescimento de organizações não governamentais na antiga União Soviética.

O termo “sociedade civil” tem sido definido de diversas formas.⁴ Aqui, usei-o de maneira ampla, para descrever uma rede de organizações e instituições voluntárias e autônomas que existem fora do Estado, do mercado e da família, e que são difíceis de se eliminar ou controlar por parte dos líderes do Estado. (Também incluí nessa definição os partidos políticos, embora eles claramente se beneficiem de ligações com o Estado.) Exemplos clássicos de grupos fortes da sociedade civil incluem as igrejas e faculdades afro-americanas no sul dos Estados Unidos nos anos 1950 e 1960, a Igreja Católica na Polônia e as organizações sindicais na África do Sul nos anos 1980. Nesses casos, a sociedade civil era relativamente estável, resistente a fortes pressões do Estado, e fornecia um espaço crucial para que a atividade de oposição pudesse acontecer.

Como discuto adiante, a sociedade civil nem sempre é boa para a democracia. Apesar disso, em muitos países (ex.: Polônia, África do Sul e Coreia do Sul) tais grupos se mostraram fundamentais para promover a democratização e a deposição de governos autoritários. Por outro lado, quando a sociedade civil é pouco desenvolvida ou não

consegue se mobilizar contra o Estado (como na Belarus e na Rússia), autocratas conseguem monopolizar o controle político mais facilmente. Entre as antigas repúblicas soviéticas, a fraqueza da sociedade civil (que Marc Howard atribui ao legado comunista) tem sido sem dúvida uma razão importante para o fracasso da democratização.⁵

Podemos medir a força da sociedade civil dentro de três dimensões. Primeiro, a sociedade civil pode desempenhar o papel de “guarda de trânsito” — direcionando e facilitando as atividades de protesto que emergem. Quando a sociedade civil é efetiva como guarda de trânsito, torna-se mais provável que protestos disponham de recursos para se manter e para influenciar os resultados políticos. Ainda assim, guardas de trânsito não conseguem colocar os carros na rua. Portanto, uma segunda dimensão é o papel da sociedade civil enquanto mobilizadora.⁶ São as organizações da sociedade civil capazes de levar as pessoas às ruas ou mobilizar outras formas de pressão? Um exemplo de mobilização efetiva pela sociedade civil nos Estados Unidos é a Associação Nacional de Rifles da América, que tem a capacidade de gerar apoio significativo para qualquer assunto relacionado a armas de fogo. Por fim, a terceira dimensão é a da institucionalização ou estabilidade. Os protestos são organizados por organizações de longa data, com continuidade institucional, ou por grupos que emergem espontaneamente dos próprios protestos?

A sociedade civil como “guarda de trânsito”

Os grupos e ativistas da sociedade civil da Ucrânia têm sido relativamente efetivos como guardas de trânsito. Os protestos Euromaidan deixaram isso claro. Desde que começaram, no fim de novembro de 2013, a Praça da Independência no centro de Kiev (conhecida informalmente como “Maidan” [praça]) rapidamente se transformou em uma pequena “república independente”, com 1.500 a 2.000 residentes permanentes e sua própria (ainda que bastante fragmentada) estrutura de liderança, orçamento, guardas de fronteira, unidades de auto-

defesa, universidade aberta, atividades de entretenimento, moradia (quatro prédios ocupados, além de duzentas barracas), sistemas para a distribuição e até mesmo produção de gêneros alimentícios.⁷ Possuía uma estrutura de governança capaz de lidar com um número enorme de manifestantes que circulavam pela praça a cada dia. Legiões de voluntários cozinhavam refeições para milhares de pessoas, enquanto guardas atentos a provocadores observavam diligentemente todos aqueles adentrando o local do protesto. Organizadores desempenharam um papel impressionante de limitar o consumo de álcool entre os manifestantes do local — uma tarefa bastante difícil, considerando o tamanho e a idade dos participantes. Em dezembro, cambaleando por conta de uma febre alta, eu mesmo fui temporariamente detido por um “guarda de fronteira” sob suspeita de estar bêbado.

No começo, o núcleo organizacional dos protestos vinha de três partidos da oposição no parlamento (a Aliança Democrática Ucraniana pela Reforma [UDAR], de Vitali Klitschko; o Pátria, de Yulia Tymoshenko; e o nacionalista Svoboda). Seus parlamentares preenchiam postos-chave e forneceram a maior parte do financiamento e da liderança política iniciais.⁸ O Pátria, partido da antiga premier e então prisioneira Yulia Tymoshenko, também foi ativo na organização de protestos em 2001 e 2004. Outras instituições, como o Mosteiro de São Miguel das Cúpulas Douradas, próximo à praça, serviram de refúgio aos protestantes durante as ofensivas periódicas do governo. Os partidos da oposição e o mosteiro da Igreja Ortodoxa Ucraniana — que havia sido destruído pelos soviéticos nos anos 1930 e reconstruído na Ucrânia independente dos anos 1990 — deram ao movimento de protesto suas mais estáveis (embora nem sempre muito potentes) bases organizacionais.

De maneira mais ampla, os anos de relativo pluralismo e repetidos protestos da Ucrânia significaram que o país dispunha de redes de ativistas experientes, que serviam às manifestações com sua liderança e experiência. Assim, muitos veteranos de protestos anteriores — as manifestações estudantis contra os soviéticos, de 1990, os comícios

“Ucrânia sem Kuchma”, de 2001, e a Revolução Laranja de 2004 — desempenharam papéis-chave na mais recente crise.

Desde 2004, Kiev em particular também se tornou notável por seu forte corpo de jornalistas relativamente independentes. Entre eles se incluem Mustafa Nayem e Serhiy Leshchenko, do periódico online *Ukrainskaia Pravda*, além de escritores do semanário *Zerkalo Nedeli* — os quais fizeram coberturas relativamente equilibradas dos eventos (embora sua cobertura tenha se tornado muito menos neutra após a agressão da Rússia contra a Ucrânia).⁹ Os apresentadores do Hromadske.tv e do Canal 5 fizeram o possível para manter as informações circulando livremente durante a crise.

Mas a despeito de padres prestativos, líderes experientes e jornalistas contundentes, a realidade é que muitas das organizações por trás do Euromaidan emergiram espontaneamente *durante* a crise. O processo envolveu uma boa dose de caos — três ou quatro diferentes juntas alegavam falar em nome dos manifestantes. Foi apenas após o início dos protestos que vários pequenos partidos e facções da extrema direita se juntaram para formar o Setor de Direita, que emergiu na segunda metade de janeiro, quando os protestos se tornaram violentos. Isso reflete um padrão similar àquele visto durante a Revolução Laranja. O movimento jovem conhecido como Pora! (“Está na hora!”) surgiu durante a campanha presidencial de 2004 e se tornou famoso por desempenhar um papel na Revolução Laranja. Quase imediatamente depois, porém, o Pora! se dividiu em dois e caiu no esquecimento. Não teve participação nos recentes protestos.

Além disso, é um erro pensar que apenas uma sociedade civil forte pode produzir protestos bem organizados. Na Ucrânia e em inúmeros outros países, protestos de larga escala emergiram e persistiram sem que tivessem sido liderados por grupos poderosos ou bem estabelecidos da sociedade civil. O Egito testemunhou uma impressionante organização espontânea durante os enormes protestos da praça Tahrir,

que derrubaram o ditador Hosni Mubarak no início de 2011. Na Turquia, dois anos mais tarde, as enormes e bem orquestradas manifestações do parque Gezi foram, em grande medida, espontâneas.

Talvez de maneira ainda mais notável, a República dos Camarões, que possuía uma sociedade civil extremamente fraca, testemunhou uma greve geral em 1991 contra o longo presidente Paul Biya. Os protestos, apelidados de “Operação Cidades Fantasmas”, envolveram mais de dois milhões de pessoas (cerca de um sexto de todo o país), que fecharam seus comércios, não foram à escola, e se recusaram a pagar impostos. A greve foi um dos maiores e mais prolongados protestos contra o autoritarismo na África pós-Guerra Fria.¹⁰ O governo de Biya foi abalado, embora ele tenha se mantido no cargo e permaneça como presidente do país até hoje.

De maneira similar, é errado assumir que a deposição bem sucedida de autocratas seja necessariamente evidência de uma sociedade civil forte ou emergente. No Benin, em 1990, por exemplo, a realização de uma conferência nacional que levou à derrota eleitoral do presidente Mathieu Kérékou foi alardeada como um “triunfo da sociedade civil”.¹¹ Da mesma forma, no Maláui, poucos anos depois, a sociedade civil era vista como poderosa por conta da queda do presidente Hastings Banda logo após bispos católicos terem escrito uma carta pastoral criticando seu governo. Na verdade, a queda de Kérékou e de Banda pode ser muito mais facilmente explicada pela fraqueza dos respectivos líderes ao final da Guerra Fria do que por uma sociedade civil poderosa. Kérékou viu-se acossado por uma severa crise financeira e um exército que rejeitava abertamente seu governo. Banda, que tinha mais de noventa anos de idade, enfrentava um serviço de segurança cada vez menos leal, de um lado, e uma redução da ajuda vinda de doadores ocidentais, de outro. Em junho de 1993, o regime de Banda se mostrou “fraco demais para ganhar ou fraudar” um referendo sobre governo multipartidário.¹² Os eleitores o expulsaram da presidência em 1994, e ele morreu três anos mais tarde.

A sociedade civil enquanto mobilizadora

A sociedade civil age como mobilizadora quando é capaz de levar pessoas às ruas. A sociedade civil da Ucrânia tem sido fraca nesse quesito. Uma série de pesquisas conduzidas pela Fundação Iniciativas Democráticas e pelo Instituto Internacional de Sociologia de Kiev indicaram que apenas 8% a 24% dos manifestantes haviam participado por meio de algum partido político ou organização da sociedade civil.¹³ Outro time de pesquisadores, liderado por Olga Onuch da Universidade de Oxford, concluiu que menos de um décimo daqueles protestando em Kiev soube das manifestações por meio de uma mensagem de e-mail ou por uma atualização no Facebook originada de uma organização da sociedade civil ou estudantil.¹⁴

Estudantes da Revolução Laranja pintam um quadro semelhante. Mark Beissinger demonstrou que a “esmagadora maioria” dos participantes do protesto de 2004 nunca havia se envolvido com qualquer grupo da sociedade civil, enquanto aqueles que se *opunham* aos protestos “estavam na verdade mais envolvidos com associações da sociedade civil”.¹⁵ Isso não quer dizer que a sociedade civil não desempenhou nenhum papel em 2004, mas sugere que sua importância como guarda de trânsito (orquestradora do protesto) superou sua importância como mobilizadora (originadora do protesto).

Se a sociedade civil não estava liderando o imenso comparecimento do público nesses protestos, como eles se tornaram tão grandes? Aqui, é importante destacar o papel de sociedade civil “emprestada”. Esse termo se refere a instituições do mercado e do Estado que normalmente não consideramos pertencer à sociedade civil, mas que são temporariamente apropriadas por ela para mobilizar as pessoas contra o governo. Nessa linha, X. L. Ding descreveu como as atividades da oposição na China e no Leste Europeu comunistas nos anos 1980 raramente emergiam de grupos estritamente autônomos da sociedade civil, mas de “instituições anfíbias” — tais como editoras estatais

— que levavam uma “vida dupla”, na qual representavam o Estado, mas também disseminavam ideias anticomunistas.¹⁶ Nos anos 1980 e início dos anos 1990, instituições do Estado também desempenharam um papel direto na promoção de mobilização popular. Em particular, as instituições culturais do Estado nas repúblicas não russas da URSS assistiram movimentos nacionalistas na mobilização de pessoas contra o domínio soviético. Em 1988–9, por exemplo, o Sindicato dos Escritores da Ucrânia da era soviética elaborou o primeiro programa do movimento nacional-democrático conhecido como Movimento Popular da Ucrânia. Frequentemente, instituições do Estado garantiram um acesso crucial a recursos mobilizadores (espaços de encontro, fotocopiadoras) que estariam de outra forma indisponíveis à época.¹⁷ Esse fenômeno persistiu após o colapso da União Soviética, embora de maneira menos proeminente. Assim, no leste da Ucrânia em 1993, diretores das minas estatais facilitaram a onda de greves que levaram à queda do presidente Kravchuk.

A Revolução Laranja testemunhou o aumento de tais empréstimos à medida que os apoiadores de Yushchenko assumiram o controle de uma ampla gama de instituições públicas e privadas que ajudaram a mobilizar apoio para a oposição. Unidades policiais do *oblast* Ivano-Frankivska, no oeste da Ucrânia, escoltaram milhares de manifestantes até Kiev.¹⁸ Como observador das eleições do final de 2004, deparei-me com inúmeras empresas que apoiavam Yushchenko. O diretor de um negócio agrícola na cidade de Ternopil, a oeste, contou que havia enviado 88 de seus empregados por ônibus para o sul da Ucrânia, para observar a votação em nome de Yushchenko. Nove anos depois, a sociedade civil “emprestada” continuava importante. No oeste da Ucrânia, universidades tanto estatais quanto privadas dispensavam seus alunos das aulas e os ajudavam a viajar para Kiev para protestar. De acordo com Andrew Wilson, muitas das “centenas” (*sotni*) de pessoas que foram reunidas no fim de janeiro para combater forças pró-Yanukovych foram organizadas

por pequenas e médias empresas, que enviaram trabalhadores para protestar em turnos.¹⁹

Ainda assim, a coisa mais impressionante a respeito das recentes manifestações tem sido a predominância de mobilizações espontâneas por cidadãos agindo por conta própria ou em grupos muito pequenos. Sondagens da Iniciativas Democráticas mostraram que uma proporção esmagadora — 75% a 92% — dos manifestantes haviam comparecido por conta própria ou com amigos e familiares.²⁰ Com base em entrevistas conduzidas por seu time, Olga Onuch concluiu que 83% havia comparecido às manifestações não com algum grupo organizado maior, mas ou sozinhos ou com apenas amigos ou parentes. Redes privadas foram um mobilizador muito mais importante de manifestantes do que a sociedade civil — emprestada ou não.

Além disso, a identidade regional desempenhou um papel fundamental no estímulo aos protestos. Em 2013 e em 2014, uma fração desproporcional dos manifestantes do Euromaidan veio do oeste da Ucrânia. O mesmo padrão foi observado em 2004, quando uma pesquisa pelo Instituto Internacional de Sociologia de Kiev concluiu que mais de um terço dos adultos que então viviam no oeste da Ucrânia (incluindo metade de todos os entrevistados em Lviv) haviam protestado a favor de Viktor Yushchenko. No leste e no sul da Ucrânia, em contraste, a proporção era de apenas 3%. O trabalho de Mark Beissinger, que controlou o efeito de uma ampla gama de fatores, demonstra que a identidade ucrainófila previa de maneira poderosa a participação na Revolução Laranja.²¹

Em geral, a Ucrânia e, em particular, sua capital, ostentam fortes redes de jornalistas e ativistas independentes e várias organizações razoavelmente estáveis (incluindo o partido Pátria, de Tymoshenko) que funcionaram como guardas de trânsito para os protestos por mais de uma década. Ainda assim, em 2013–4, como nos anos anteriores, grande parte da infraestrutura organizacional emergiu espontaneamente a partir dos próprios protestos, e pareciam que se dissipariam

rapidamente. Além disso, como mobilizadora de manifestantes, a sociedade civil da Ucrânia é uma força menor. Ela pode dar forma, foco e voz às manifestações, mas é virtualmente impotente para produzi-las. De maneira mais geral, como vimos, é errado assumir que ações bem sucedidas conduzidas por protestantes ou mesmo por representantes da sociedade civil necessariamente reflita uma sociedade civil poderosa ou “emergente”.

Um olhar adiante

O que a força ambígua da sociedade civil da Ucrânia nos diz sobre o futuro da democracia no país? Por um lado, a relativa fraqueza de sua sociedade civil não é um bom presságio para o desenvolvimento democrático. Os grupos são relativamente instáveis e efêmeros, e dependem de redes privadas para mobilizar um grande número de cidadãos. A única maneira pela qual organizações tão limitadas podem exercer uma grande pressão sobre o governo é tirando vantagem de episódios esporádicos e imprevisíveis de mobilização popular. Assim, nos quatro anos que antecederam o Euromaidan, a sociedade ucraniana estava passiva diante do comportamento agressivo de Yanukovych — a assinatura do controverso tratado da Frota do Mar Negro com a Rússia, a realização de mudanças repentinas e ilegais à constituição, e o encarceramento da principal líder da oposição. De fato, as mesmas qualidades que tornaram os recentes protestos da Ucrânia tão inspiradores para o mundo — sua espontaneidade e dependência de cidadãos privados em vez de organizações preexistentes ou membros da elite — também aludem a fraquezas fundamentais que caracterizam a sociedade civil ucraniana.

Ao mesmo tempo, como nos lembra Sheri Berman, a sociedade civil nem sempre é boa para a democracia.²² Ela argumenta que, dentro de um contexto de instituições nacionais fracas, a atividade associativa pode fortalecer a fragmentação social, o que pode enfraquecer o desenvolvimento democrático. (Seu foco é na Alemanha de Weimar,

mas não precisamos acreditar que o fascismo paire no horizonte para valorizarmos os efeitos danosos do sectarismo.) Na Ucrânia, grupos externos ao Estado tenderam a se dividir regionalmente. Assim, os partidos mais significativos e bem organizados da Ucrânia tinham como base ou o oeste (os antissoviéticos Movimento Popular da Ucrânia e Pátria) ou o leste (o Partido Comunista e o Partido das Regiões). Os partidos que ajudaram a organizar o Euromaidan (o Pátria e o Svoboda, mas não o UDAR) tinham fortes raízes no oeste da Ucrânia, e pouco suporte ao sul ou ao leste. O mesmo pode ser dito de grupos como o Setor de Direita, que emergiu durante os protestos. De fato, embora os manifestantes do Euromaidan frequentemente se apresentem como representantes de toda a nação ucraniana, a maioria das pesquisas sugerem que menos da metade do país apoiava os protestos.²³

Quando instituições nacionais são fortes, tal fragmentação não precisa ser problemática. Porém, em um momento como o atual, quando o futuro da Ucrânia enquanto país está ameaçado, tais divisões podem ser incrivelmente prejudiciais. De fato, a principal preocupação na Ucrânia já não é um Estado dominador, mas a preservação de instituições efetivas de ordem social. Grupos que se mobilizam majoritariamente por critérios regionais tendem a exacerbar tais problemas.

Por fim, a democracia é mais diretamente enfraquecida pelas inúmeras associações surgidas durante os protestos que promovem a violência. Tais associações incluem os grupos paramilitares do Setor de Direita e a “centena celestial”^{*} que combateram a polícia, e os *titchki*^{**} ou grupos vigilantes criados para acoessar os manifestantes. Também problemáticos são os “ultras”, grupos de torcedores fanáticos de futebol que começaram a oferecer proteção para os manifestantes anti-Yanukovych em janeiro. Ao promover a violência vigilante

* Como ficaram conhecidos os manifestantes mortos nos confrontos do Euromaidan. [N. T.]

**Agentes provocadores financiados por Yanukovych. [N. T.]

alheia ao controle do Estado, tais grupos ameaçam diretamente o desenvolvimento democrático. Eles facilitam a fragmentação do Estado e padrões sangrentos de agressão e revanche, tornando uma guerra civil muito mais provável. No começo de maio, por exemplo, ataques por grupos pró-Rússia contra uma marcha pró-Ucrânia levaram a confrontos armados entre gangues pró-Moscou e “ultras” ucranianos na cidade portuária de Odessa. Mais de trinta ativistas, em sua maioria pró-Rússia, morreram após terem recuado para dentro da Casa dos Sindicatos, no centro da cidade, que foi incendiada. Foi amplamente divulgado que uma multidão gritava “Glória à Ucrânia!” e “Morte aos inimigos!” enquanto o fogo consumia o prédio ocupado.²⁴

A tragédia de Odessa destaca os enormes desafios enfrentados atualmente pela democracia. Como no passado, a sociedade civil precisa limitar o abuso cometido pelo Estado. Mas ela agora também precisa lidar com uma Rússia agressiva enquanto evita qualquer coisa que possa semear o aumento da violência e da divisão no frágil sistema político do país.

Notas

1. Alison Smale, “Strategy Remains Elusive for Ukraine Opposition”, *The New York Times*, 22 de dezembro de 2013.

2. Adrian Karatnycky, “Ukraine’s Orange Revolution”, *Foreign Affairs*, 84(2), março-abril de 2005, p. 35; Taras Kuzio, “Ukraine’s Orange Revolution: The Opposition’s Road to Success”, *Journal of Democracy*, 16(2), abril de 2005, p. 117.

3. S. Frederick Starr, “The Soviet Union: A Civil Society”, *Foreign Policy*, 70, Spring 1988, pp. 26–41; Moshe Lewin, *The Gorbachev Phenomenon: A Historical Interpretation* (Berkeley: University of California Press, 1991).

4. Ver X. L. Ding, “Institutional Amphibiousness and the Transition from Communism: The Case of China”, *British Journal of Political Science*, 24(3), julho de 1994, pp. 293–318; Volkhart F. Heinrich, “Studying Civil Society Across the World: Exploring the Thorny Issues of Conceptualization and Measurement”, *Journal of Civil Society*, 1(3), dezembro de 2005, pp. 211–28.

5. Marc Howard, “The Weakness of Postcommunist Civil Society”, *Journal of Democracy*, 13(1), janeiro de 2002, pp. 157–69.

6. Agradeço a Chrystia Freeland pela ajuda com o termo “mobilizadora”, e pela discussão desses assuntos.

7. Ver a entrevista com Arsen Avakov, que era então o “comandante” da Praça da Independência e é o atual ministro do Interior da Ucrânia, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=R5BKLSdkIJQ>. Agradeço a Oxana Shevel por chamar minha atenção para essa entrevista.

8. “Ukraine: Stalemate”, *The Economist*, 6 de janeiro de 2014.

9. Por exemplo, em 17 de março, o *Ukrainskaia Pravda* reportou que no referendo de 16 de março da Crimeia, o comparecimento foi de 123% na cidade de Sevastopol.

10. Ver Steven Levitsky e Lucan A. Way, *Competitive Authoritarianism: Hybrid Regimes After the Cold War* (Cambridge: Cambridge University Press, 2010), pp. 259–60.

11. Chris Allen, “‘Goodbye to All That’: The Short and Sad Story of Socialism in Benin”, *Journal of Communist Studies and Transition Politics*, 8(2), junho de 1992, p. 72.

12. Levitsky e Way, *op. cit.*, pp. 293 e 283–84.

13. “Vid Maydanu-taboru do Maydanu-sichi: shcho zminylosya?” [Da Praça da Independência ao Acampamento da Independência: o que mudou?]. Disponível (em ucraniano) em <http://www.dif.org.ua/ua/events/vid-ma-zminilosj.htm>

14. Comunicação pessoal com o autor, 7 de janeiro de 2014. Ver artigo de Onuch nesta edição do *Journal of Democracy*, disponível em <http://dx.doi.org/10.1353/jod.2014.0045>

15. Mark R. Beissinger, “The Semblance of Democratic Revolution: Coalitions in Ukraine’s Orange Revolution”, *American Political Science Review*, 107(3), agosto de 2013, pp. 581–82.

16. Ding, *op. cit.*

17. Ver Mark Beissinger, *Nationalist Mobilization and the Collapse of the Soviet State* (Nova York: Cambridge University Press, 2002); Dmitry Gorenberg, *Minority Ethnic Mobilization in the Russian Federation* (Nova York: Cambridge University Press, 2003); e Henry Hale, *The Foundations of Ethnic Politics: Separatism of States and Nations in Eurasia and the World* (Nova York: Cambridge University Press, 2008).

18. Ashkold Krushelnycky, *An Orange Revolution: A Personal Journey Through Ukrainian History* (Londres: Harvill Secker, 2006), 306.

19. Comunicação pessoal com o autor, 14 de março de 2014.

20. “Vid Maydanu-taboru do Maydanu-sichi”.

21. Beissinger, “The Semblance of Democratic Revolution”.

22. Sheri Berman, “Civil Society and the Collapse of the Weimar Republic”, *World Politics*, 49(3), abril de 1997, pp. 401–29.

23. Ver, por exemplo, Instituto Internacional de Sociologia de Kiev, “Consumer Confidence in Ukraine”, 7 de fevereiro de 2014, disponível em <http://www.kiis.com.ua/?lang=eng&cat=reports&id=227>

24. “Dozens of People Killed in Odessa as Trade Union Goes up in Flames”, *Kyiv Post*, 3 de maio de 2014.



Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação IFHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Conjuntamente com vinte e um centros de pesquisas associados, localizados em onze países da América Latina, realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesAmericaLatina.aspx>

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesBrasilAmericaSul.aspx>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#MediosComunicacion>

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Poder_politico_e_meios.pdf

Sociedade civil e democracia:

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos_abusos_e_desafios_da_sociedade_civil_na_America_Latina.pdf

Biblioteca virtual:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/BuscaPublicacoes.aspx>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<http://plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#RecursosPesquisa>